

Organizadores

**DANIEL PORCIUNCULA PRADO**

**HARDALLA SANTOS DO VALLE**



# III JORNADA III GAÚCHA

DE HISTÓRIA  
AMBIENTAL



**PPGH**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA

**ICHI**  
FURG

**GT**  
**PEHA**



**ANAIS DA III JORNADA GAÚCHA DE HISTÓRIA  
AMBIENTAL**

## **Organizadores**

Daniel Porciuncula Prado

Hardalla Santos do Valle

## **Capa e arte**

Eduardo Rosca

Simone Machado Garima

Mauro Ricardo de Sá Laval

Rodrigo Romeu

## **Diagramação**

Hardalla Santos do Valle

Eduardo Henrique da Cruz Rosca

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

J828 Jornada Gaúcha de História Ambiental (3: 2015: Rio Grande).  
Resumos expandidos das Comunicações da III Jornada Gaúcha de História Ambiental, 26 a 28 de agosto de 2015 / Daniel Porciuncula Prado, Hardalla Santos do Valle [organizadores]; III Jornada Gaúcha de História Ambiental - Rio Grande: FURG, 2015.

ISBN: 978-85-7566-379-0

1. História. 2. História Ambiental. 3. Educação Ambiental.  
4. Patrimônio. I. Prado, Daniel Porciuncula (Org.). II. Valle, Hardalla Santos do. III. Título.

CDU: 504:37

**Catalogação na Publicação: Renata Braz Gonçalves CRB 10/ 1502**

## **Apresentação**

A Jornada Gaúcha de História Ambiental iniciou sua trajetória em 2011 e, de modo bienal, ocorre em parceria com o Mestrado Profissional em História (PPGH), o Laboratório de História, Imagem e Som (LAHIS), o Programa de Educação Patrimonial (PEP), o Centro de Documentação Histórica (CDH) e o Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Ao longo de suas edições anteriores, este evento se constituiu como um espaço importante para reunião, diálogo e avanço das pesquisas regionais no âmbito da História Ambiental. Em 2015, o Grupo de Trabalho, Pesquisa e Extensão em História Ambiental (GTPEHA-FURG) teve o prazer de convidá-los para participar da III Jornada Gaúcha de História Ambiental, que além das palestras e comunicações disponibilizou um convite ao público para uma saída de campo ao Ecomuseu da Picada, bem como à exposição “Imagens e percursos do ambiente rio-grandino”.

Os três simpósios que acolheram as discussões temáticas (Representações e discursos sobre o meio ambiente, História Ambiental e Educação Ambiental, e Patrimônio Cultural e Meio Ambiente) foram motivados pela crença na importância do diálogo acerca dos diversos rumos que a História Ambiental vem desbravando. Aposta-se em um campo constituído por pesquisadores engajados, abertos, propícios à troca e à construção coletiva. E é com a função de proporcionar o encontro destes, que a Jornada vem sendo cultivada.

Assim sendo, agradecemos a todos os palestrantes, participantes e bolsistas de iniciação científica envolvidos na realização deste evento, pelos três dias de muito trabalho e ideias semeadas.

*Daniel Porciuncula Prado*

*Hardalla Santos do Valle*

## Sumário

A contribuição de Alberto Lamego para a História Ambiental e Geografia Histórica da antiga paisagem do espaço fluminense presentes no livro “o homem e a serra” .....	8
A constituição do sujeito pampeano e a fabricação de um discurso de natureza .....	12
A Educação Ambiental Popular na contramão da Barbárie .....	17
A Indústria Pesqueira na cidade de Rio Grande, RS: Uma breve revisão.....	22
A Natureza em Ser e Tempo de Martin Heidegger .....	28
A obra, A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural, de Padre Balduíno Rambo .....	31
A responsabilidade estatal para a conservação de bens imóveis tombados e preservação da saúde pública.....	36
As raízes históricas da desigualdade ambiental no Extremo Sul do Brasil.....	41
Educação Ambiental e transformação do ensino de História .....	45
Educação patrimonial: uma experiência de apropriação da paisagem como patrimônio cultural em Pedro Osório (RS). .....	51
Escravidão e exploração ambiental na extração do pinus heliotis em São José do Norte: Educação Ambiental, conflitos ambientais e justiça ambiental .....	55
História Ambiental e Educação Ambiental: Um diálogo em busca de fundamentos do saber-fazer nos espaços educativos para o <i>ser mais</i> .....	61
História Ambiental da ilha de Santa Catarina, SC: condicionantes geopolíticos .....	66
História Ambiental da industrialização no estuário da Lagoa dos Patos (RS, Brasil) ...	72
Impactos da instalação do polo naval na cidade de Rio Grande: patrimônio, memória e identidades da urbe .....	77
Instituto Ballaena Australis Barra do Chuí-RS, o turismo enquanto processo educativo, história e sustentabilidade: possibilidades no horizonte da Educação Ambiental.....	80

Memórias e reflexões sobre os venenos utilizados por agricultores do município do Rio Grande R/S: “Um estudo de caso” .....	86
Museu das Águas: Um Patrimônio Cultural Negligenciado .....	92
O Ambiente como Promotor do patrimônio: sociedades, conjuntos identidades e estereótipos .....	95
Para efetuar o exemplo de utilização da metodologia contida nesta tabela, proponho contextualizarmos o ator social Negro, no Continente Africano, período Pré-colonial e o ator social Negro, no Brasil, período Colonial. Ao fazer uma breve busca para o preenchimento das tabelas referentes aos dois lugares geográficos, fica possibilitada e facilitada a visualização de algumas características de cada ambiente em relação ao Ator Social Negro Tabela 2 e Tabela 3.....	97
O conselho florestal federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967) .....	99
Os Agroquímicos Sobem a Serra: aspectos da <i>Revolução Verde</i> na Serra do Brigadeiro; relato de uma experiência de ensino em história ambiental. ....	105
Patrimônio e História Ambiental: relatos de ações em pesquisa e extensão-a constituição do GTPEHA .....	110
Patrimônio, memória e ambiente em Rio Grande: praças como espaços de aprendizagem.....	117
Praças riograndinas: espaços públicos do encontro com o Outro. ....	121
Rio Grande e São José do Norte (RS, Brasil): a constituição e complexificação de uma zona de sacrifício. ....	126
Sementes crioulas: uma reflexão sobre os saberes tradicionais e a humanização do uso da terra na cidade do Rio Grande/RS. ....	131
Subindo o morro da Urca como prática de sala de aula: apontamentos sobre ensino de História e História Ambiental.....	135
Transformações socioambientais do município do Rio Grande/RS dos anos 2000 a 2014 .....	140
Uma cidade no caos: as águas de março e os relatos de professores acerca da enxurrada de 2011 no município de São Lourenço do Sul /RS.....	142

## **A contribuição de Alberto Lamago para a História Ambiental e Geografia Histórica da antiga paisagem do espaço fluminense presentes no livro “o homem e a serra”**

Stella Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Inês Aguiar de Freitas<sup>2</sup>

### **Introdução**

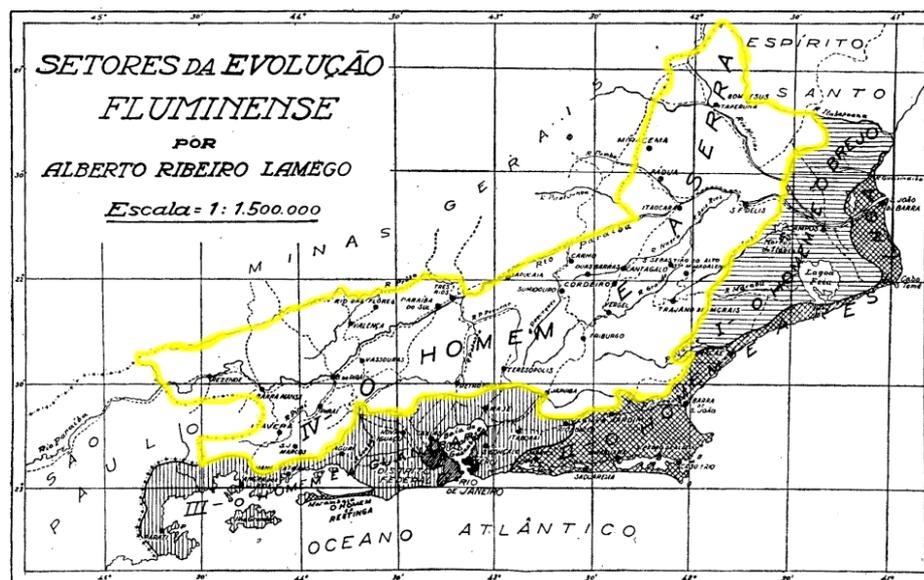
A História Ambiental nasceu a partir do interesse de uma pequena comunidade acadêmica que queria aproximar a história natural da história social a fim de possibilitar a compreensão de como a sociedade se inseriu no processo dinamizador da natureza. Ou seja, é uma nova forma de estudar as relações entre homem e o meio, este último sendo um agente e presença na história do homem. Já a Geografia Histórica seria, assim, o ramo da geografia interessado em estudar as relações pretéritas estabelecidas entre o homem e a natureza ao longo do processo histórico, em síntese, mas também interessada a evolução dos espaços históricos, sua morfologia, a organização assim como sua formação social e a difusão de culturas ou histórias regionais.

Tendo como objeto de estudo o quarto livro da tetralogia Setores da Evolução Fluminense – O Homem e a Serra (1950) – de Alberto Ribeiro Lamago, autor clássico da geografia brasileira, foi realizada uma releitura e análise da sua obra com o objetivo de me apropriar do discurso e das ideias do autor com relação à Geografia Histórica e História Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, onde o autor relata como o homem desbravou e povoou a Região Serrana Fluminense a partir do século XVII, e como o café foi o fator determinante para o real povoamento da área, dando destaque também à riquíssima iconografia que o autor apresenta em sua obra.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Geografia Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ: [ferreirastella9@gmail.com](mailto:ferreirastella9@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Geografia Humana Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ: [freitasines@bol.com.br](mailto:freitasines@bol.com.br)



**Figura 1 - Mapa dos Setores da Evolução Fluminense de Alberto Lamego (LAMEGO, 1950, pg. 5)**  
 Delimitação do setor fluminense “O Homem e a Serra” elaborado por Stella Ferreira da Silva

que concerne à obra geográfica de Alberto Lamego, neste quadro de inter-relações entre história ambiental e geografia histórica, reforçam-se os objetos de interesse, temas e questões da geografia em si. Torna-se mais clara a contribuição de Lamego para a elaboração de uma Geografia Histórica do Rio de Janeiro, afinal em 1950, este já produzia trabalhos sobre História Ambiental, uma vez que estava interessado na evolução dessas paisagens.

### Metodologia

A pesquisa sobre a contribuição de Alberto Lamego para a História Ambiental e Geografia Histórica do espaço, dado os seus objetivos e características, foi um trabalho conceitual que se fundamentou em uma discussão teórico- metodológica e que se apoiou em uma análise bibliográfica, sendo essencialmente um trabalho de gabinete que se realizou dentro do NUAGE (Núcleo de Estudos em História Ambiental e Geografia) pertencente ao Instituto de Geografia da UERJ com a orientação da professora Inês Aguiar de Freitas.

### Resultados

Um dos fundadores da História Ambiental, Donald Worster (1991), procurou dividir a História Ambiental em três níveis de análise e mostrarei como Lamego escreveu seu livro, lá em 1950, dentro desses níveis e dividiu o livro em três grandes partes. O primeiro nível de análise busca compreender as questões referentes ao estudo das paisagens do passado e seus fatores bióticos e abióticos e trata de reconstruir as paisagens do passado, descrevendo-as e verificando como funcionavam antes que as sociedades humanas as penetrassem e modificassem. Na

primeira parte da obra de Lamego intitulada “A Terra”, o autor explica os aspectos geológicos, fisiológicos, geomorfológicos, climatológicos e biogeográficos da Região Serrana Fluminense.

O segundo nível busca analisar as questões socioeconômicas e sua interação com o meio ambiente e é o nível que mais se aproxima da Geografia com a economia, vida social e decisões políticas e legais. São estudadas aqui as ferramentas de trabalho, os modos de produção, as relações sociais, as instituições e as decisões políticas que afetam (direta ou indiretamente) determinada área. Nessa segunda parte do livro, “O Homem”, Lamego escreve sobre como o homem desbravou e povoou a região serrana, sua interação com o meio e como o café foi o fator determinante para o tardio povoamento da área.

Segundo Lamego,

(Embora o essencial elemento responsável pela devastação das florestas na Serra Fluminense fosse o café [...] haveriam de subordinar-se a fatores diversos, orientadores das várias diretrizes de penetração. Determinismos telúricos, geográficos, linhas naturais de comunicação obstáculos serranos, encruzilhadas, rios, caminhos de ferro, tradições religiosas, inconscientes manifestações gregárias, razões de estado, seleção natural de valores pelo trabalho, os mais diferentes físicos, econômicos, biológicos e espirituais, todos eles contribuem, cada qual predominante em sua zona, para o domínio cultural da cordilheira.) (LAMEGO, 1950, p. 94).

O terceiro nível trata da ação da cultura sobre o meio físico-material descobrindo na paisagem os usos e significados e vendo-os como elementos formadores da memória de um povo. No livro, o autor o conclui com a terceira parte “A Cultura” falando das consequências decorrentes das relações estabelecidas entre os dois fatores anteriores em que discorre sobre os Barões do Café, as classes sociais e a ação da cultura sobre o meio, como a descrição dos ricos casarões.

Segundo Drummond (1991), há ainda as principais características de uma verdadeira história ambiental, onde podemos reconhecer fortes semelhanças com a Geografia. A primeira característica é que quase todas as análises realizadas em História Ambiental até agora focalizam em uma região geográfica com algum grau de homogeneidade natural. A segunda característica, também peculiar à Geografia, é o seu diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais aplicáveis ao entendimento das regiões estudadas, ou seja, um trabalho interdisciplinar e Lamego em seu livro “O Homem e a Serra”, focaliza seu estudo na Região Serrana Fluminense e precisa constantemente buscar em outras áreas a fundamentação teórica para explicar como essa região passou a ser povoada e ocupada.

A terceira característica da história ambiental é explorar as interações entre o quadro de recursos úteis e os diferentes estilos ou níveis civilizatórios das sociedades humanas. Já

quarta característica é a grande variedade de fontes disponíveis, (daí a particular inclusão Lamego). E a quinta e última característica da história ambiental seria o trabalho de campo, ponto fundamental da prática geográfica em todos os tempos. No livro, Lamego faz a referência a 267 obras bibliográficas de diversas áreas do conhecimento, além de introduzir diversas imagens feitas por ele em seus trabalhos de campo na região serrana.

Como visto, os resultados de minha pesquisa são extremamente teóricos e os três níveis de análise apontada pela História Ambiental têm relação direta com os objetos da Geografia em geral, como visto acima. As características da História Ambiental caminham juntas com as da Geografia, o que leva as duas disciplinas a lançarem mãos de temas, métodos, ferramentas e formas de abordagem bastante semelhantes. Tais semelhanças são percebidas até mesmo por aqueles estudiosos não diretamente ligados à Geografia.

### **Considerações finais**

É clara a contribuição de Alberto Lamego para uma Geografia Histórica e uma História Ambiental do Rio de Janeiro. A rica descrição das paisagens, dos ambientes urbanos e rurais, a observação das atividades econômicas, o surgimento das cidades, a evolução dos meios de transporte, enfim, todo um relato da produção material da sociedade fluminense (especialmente nos capítulos dedicados ao Homem e ao Meio) nos permite apontar Lamego como uma grande fonte para uma geografia histórica do Rio de Janeiro – dentro daquelas preocupações que formam o escopo do segundo nível de análise em história ambiental.

### **Referências**

#### **Livro completo**

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro. IBGE, 1950.

#### **Artigo em revista**

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.4, n.8,1991, p.177-197. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319>

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198215, 1991. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324>

## **A constituição do sujeito pampeano e a fabricação de um discurso de natureza**

Renata Lobato Schlee<sup>3</sup>  
Virginia Tavares Vieira<sup>4</sup>  
Paula Henning<sup>5</sup>

As terras no extremo sul do continente da América do Sul, cercando áreas que compõe o Uruguai, Argentina, Chile e o sul do estado do Rio Grande do Sul no Brasil, tem sua geografia predominantemente distinguida por relevos de planícies e coxilhas, matas de galeria e banhados. Algumas espécies endêmicas são encontradas nesses campos que compõe aproximadamente 700 mil Km<sup>2</sup> (aqui incluindo o sul do Rio Grande do Sul, o Uruguai e parte da Argentina<sup>6</sup>). O Pampa como território e enquanto território, como tentamos apresentar nesta pesquisa, é entendido para além do conceito geográfico. É Guattari (1995) quem nos ajuda a refletir sobre esse conceito quando nos convida a reexaminá-lo a partir de conjuntos que atravessam a relação entre o indivíduo e a subjetividade, trazendo-o como modos de viver padronizados. Ou seja, queremos explorar o território pampeano como uma composição histórica, como território, como conjunto de diferentes fatores, que incluem maneiras de ser, de pensar, maneiras de viver já uniformizadas.

O desafio de entender a história não é simples. Podemos começar nos perguntando sobre o que é a própria história. Colocar a posição que assumimos no entendimento sobre a história passa a ser estratégico para que os passos percorridos nesta pesquisa fiquem mais claros. Tal fato nos leva também a querer salientar, de início, o quanto é desafiador escrever sobre a história.

Quando falamos de história, pensamos em acontecimentos passados que podem ser relatados em nosso presente. Pensamos ter a capacidade de retratar esse passado exatamente como ocorreu em tempos idos. Os fatos históricos vão sendo contados e construídos como verdades absolutas e assim vamos construindo entendimentos sobre o que passou, tomando esses acontecimentos como revelados, desvendados e desvelados.

---

<sup>3</sup> Autora

<sup>4</sup> Autora

<sup>5</sup> Autora

<sup>6</sup>ONG Amigos da terra. Site da internet: <http://amigosdaterrabrasil.htm> (consultado em junho 2009).

Sobre um outro olhar para os acontecimentos históricos, pensamos em nossos próprios limites quando estudamos e analisamos um determinado tempo histórico. Entendemos que fazemos e construímos narrativas sobre esses tempos através de documentos e testemunhos. Sendo assim, há sempre uma incompletude a ser considerada. Como nos lembra Veyne (2008), há sempre uma defasagem entre a reflexão da narrativa histórica e as vivências, próprias do tempo em que ocorreram. A análise histórica, na capacidade e potencialidade expressada, evidencia posições e escolhas que vamos assumindo na construção dessa narrativa. São seleções documentais e de testemunhos que vamos executando e produzindo. São narrativas que expressam olhares, expressam tramas e atravessamentos selecionados de um espaço tempo. É como se pinçássemos os elementos que formam nossa narrativa. E, ao pinçar, selecionamos entre outros elementos aqueles com os quais queremos trabalhar nessa análise. Por isso, é possível dizer a história é feita também de escolhas e renúncias.

Atuamos, na análise histórica, assumindo posições. Assumimos posições de sujeito que anunciam de que lugar estamos falando e, portanto, nossa posição nas tramas e jogos de poder para e na execução da análise histórica. Concomitante, a narrativa vai também evidenciar os jogos de poder pinçados sobre aquele espaço tempo. São relações de poder que estão em evidência. E isto, desloca o entendimento da história como desveladora das verdades do passado. Entendemos que não desvelamos verdades, mas assumimos uma seleção e compomos uma narrativa histórica. Construímos essa narrativa em meio a seleção que vamos executando. Construímos verdades? Sim, construímos verdades em nosso tempo. Construímos, nesta perspectiva verdades entendidas como provisórias. Portanto, as verdades históricas são temporárias e sujeitas a revisões, novos olhares e perspectivas. Sujeitas a novos pinçares, seleções, entendimentos e análises.

Assim, a história é assumida por nós, como campo de possibilidades. É no pinçar das fontes, no seu manuseio, nas tramas e entrelaçamentos que vamos construindo, de acordo com nossos critérios, o que chamamos de história.

Então, falar da história do Pampa do RS, Uruguai e Argentina é percebido neste trabalho como possibilidade de destacar algumas tramas e entrelaçamentos. É um pinçar construído na e pela pesquisa. No manuseio das fontes procurar a história do presente e as especificidades que se apresentam em jogos e lutas, estratégias e táticas de poder.

Encaramos a história do Pampa como plural e sujeita a diferentes perspectivas. Vamos recortando as ações humanas em perspectivas temporais e espaciais, montamos

narrativas que pretendemos coerentes. E, como nossa seleção depende dos nossos critérios, encaramos que a história é subjetiva. Encaramos que a história se dá como campo de possibilidades de interpretações.

Quando escolhemos pesquisar sobre o Pampa e sua cultura, sua natureza e o sujeito que se constitui e ao mesmo tempo é constituído nesses discursos, percebemos que estamos tentando selecionar e construir possibilidades de olhares. Atentamo-nos em cruzamentos de itinerários que se apresentam como possíveis no processo de pesquisa. Tencionamos as forças que se apresentam, tendo o problema de pesquisa **“como o sujeito do Pampa fabrica um discurso de natureza a partir do dito e não dito?”** Como o discurso de natureza no Pampa do RS, do Uruguai e Argentina vem se constituir como legítimo? Nosso olhar sobre o Pampa vem na tentativa de problematizar como se constitui o discurso de natureza do Pampa na atualidade, pois notamos na configuração desse território traços que são marcados através do dito e não dito e que se estabelecem em um discurso de natureza.

Tomamos o discurso de Natureza do Pampa a partir dos ensinamentos de Foucault sobre análise do discurso, e temos como *corpus* empírico entrevistas com sujeitos pampeanos vinculados ao RS, Uruguai e Argentina e ainda, registros fotográficos efetuados pelos entrevistados ao representarem suas imagens do que é a natureza. Essas narrativas serão tomadas como enunciações sobre o Pampa e sua natureza.

Em conjunto as entrevistas, as imagens compõem a pesquisa no entendimento de que elas também nos dizem da representação desse território. Ditos e não ditos como forças que nos falam e nos constroem pelas representações de natureza que constituem e fabricam. Entendendo que essas próprias forças são ao mesmo tempo constituídas e fabricadas.

As fotografias e as entrevistas serão estudadas na possibilidade de reflexões e análises sobre o problema que levantamos através desse *corpus* empírico. É na análise das forças acionadas a partir desse *corpus* que vemos potência para o entendimento de como o sujeito pampeano percebe, constrói e fabrica um discurso de natureza. Diante da temática do problema e do *corpus* empírico apresentado notamos a possibilidade de enunciações que se ligam e se tornam fortes para a análise da formação discursiva em estudo: a natureza.

Para olhar para o Pampa de hoje, é preciso olhar para a história. Aqui o dito nos reporta olhar para a história com os olhos do presente através das entrevistas. Buscar e

descrever o dito, esse recorte vai constituindo o discursivo desse *corpus* de pesquisa. Pretendemos colocar em evidência alguns enunciados, definir as regras que os constituem mais potentes entre outros, dentre as condições sociais, ambientais, econômicas etc. Nossa intenção é chegar ao discurso através desses enunciados, considerando-os como partículas desse discurso, enfim entender e descrever como o discurso de natureza se formou no Pampa.

O Pampa vem sendo bastante estudado nos últimos anos e caracterizado em suas diferentes expressões. A problemática socioambiental do Pampa vem sendo pauta de diferentes eventos e instituições através de estudos e trabalhos de cunho científico, artístico, literário, etc. Temos trabalhos elaborados sobre o Pampa que nos remetem a diferentes dissertações e teses, mas também temos inúmeros trabalhos e instalações artísticas sobre o mesmo. São atravessamentos que nos fazem pensar e questionar a construída dicotomia entre cultura e natureza. O que no Pampa podemos dizer como natural? E, o que no Pampa podemos definir como cultural? Pois, entendemos que são definições e marcações que expressam um discurso de natureza que é fabricado e produzido na e pela cultura.

Tomamos a natureza como formação discursiva e é Foucault quem nos situa

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, 2002, p. 43)

Com esse problema de pesquisa colocado, chegamos a dois grandes questionamentos: 1. Como se estabelece a relação entre cultura e natureza na constituição do sujeito do Pampa? / 2. Como se entrelaçam os ditos e as fotografias pampeanas na fabricação de um discurso de natureza?

Buscamos o caráter construído, contingente, não transcendental do sujeito que vive no Pampa e fabrica esse discurso, entendendo que ao mesmo tempo, esse sujeito se constrói nesse processo. Esse discurso de natureza que sujeita o sujeito, mas que ao mesmo tempo é construído por ele será colocado em suspenso nesta pesquisa. Pois os discursos são invenções e como invenções se estabelecem em regimes de verdade. Regimes de verdade enquanto fabricação cultural. A verdade pode ser vista como um

produto de relações de força, jogos de verdade em que algumas são dadas como corretas. E voltando ao que foi colocado no início deste texto, tentaremos entender algumas verdades produzidas historicamente sobre o Pampa e seu sujeito cultural, o gaúcho, ou *gaucho*, como é conhecido no Uruguai e Argentina. Como o sujeito pampeano produz esse discurso de natureza colocado na atualidade? Neste momento então, vamos nos debruçar sobre a história dessa formação cultural, procurar entender a produção desse sujeito cultural. Buscar as articulações entre a história e o discurso de natureza produzido e tomado como verdade.

É com Foucault (2002) que buscamos o entendimento de verdade, pois esse autor transporta para o sentido de invenção aquilo que se tinha por origem. Ou seja, passamos a encarar a verdade como possibilidade de invenção. Não buscaremos na história do Pampa do RS, Uruguai e Argentina a verdade absoluta, mas *as* verdades sobre natureza inventadas, fabricadas, narradas e assumidas como legítimas pelo sujeito pampeano nesse espaço específico: o Pampa. Assim, passamos a trabalhar com algumas condições de possibilidade para a formação do discurso de natureza. Trazendo a história, tentaremos estabelecer possíveis articulações ao discurso de natureza. Tentaremos escrever e descrever possíveis atravessamentos da história para o discurso de natureza.

O sujeito pampeano, o gaúcho, é um sujeito discursivamente construído, sendo um resultado, um produto cultural. Assim nos lançamos em sua história numa perspectiva que entrelace saberes e poderes e evidencie não só a sua própria fabricação enquanto sujeito, mas em como esse sujeito inventa um discurso de natureza.

Esse Pampa, para além de um território geográfico pode ser entendido como uma forma de ser, de viver. Constitui e é constituído por diversos atravessamentos culturais, geográficos, políticos, sociais, econômicos, biológicos... historicamente é um campo de saberes, lutas, disputas, chegadas e partidas. Dizemos que o gaúcho é uma figura cultural que se desenvolveu nos últimos séculos ao longo das pradarias do Pampa e aqui será buscado em sua singularidade e complexidade nos indagando sempre em que condições de possibilidade se constitui um discurso de Natureza nesse Pampa.

## Referências

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** 4ª edição. Editora Universidade de Brasília. 2008.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª edição. NAU Editora. 2002.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 6ª edição. Forense Universitária. 2002.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. 5ª edição. Papyrus. 1995.

### **A Educação Ambiental Popular na contramão da Barbárie**

Roberta Avila Pereira<sup>7</sup>

Lisiane Costa Claro<sup>8</sup>

Vilmar Alves Pereira<sup>9</sup>

#### **Considerações iniciais ao diálogo**

Compreendemos que vivenciamos as contradições dos modos de produção capitalista, em que a divisão de trabalho é condição necessária e, com isso, separa o sujeito do processo de produção e força-o a atividades fragmentadas, repetitivas e irrefletidas, afastando-o de sua capacidade de criação e individualidade. Levantamos enquanto objetivo, apresentar uma concepção que anuncie a ruptura com a lógica dominante, a qual transpõe a fragmentação presente no processo produtivo no bojo educacional.

Para isso, buscamos traçar algumas considerações sobre o entendimento de barbárie e emancipação para Adorno entrelaçando com a Educação Ambiental Popular. Assim, questionamos: Em quais nuances a barbárie se faz presente na sociedade regida pelas acepções do capital? A Educação pode contrapor-se a barbárie? Quais as possibilidades a partir de uma educação que esteja atenta aos enfrentamentos socioambientais?

A partir dessas indagações, propomo-nos a retomar uma concepção que, ao adentrar um campo construído, merece nosso esforço na busca por formas mais solidárias de anunciar transformações na esfera educacional. Reivindicamos um caminho que seja uma contramarcha na era da barbárie por meio da Educação Ambiental Popular.

---

<sup>7</sup> Graduanda do curso de Pedagogia-FURG

<sup>8</sup> Doutoranda PPGEA-FURG

<sup>9</sup> Prof. Dr. do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande-FURG

## **Sobre a barbárie e o contraponto por meio da Educação Ambiental Popular**

Dentro da racionalidade instigada pelo capital, os consumidores dos produtos padronizados são indivíduos que são moldados pelos veículos de comunicação, instrumentalizados pela indústria cultural, para consumir estes produtos passivamente.

Nesta lógica, tanto na produção quanto no consumo, é internalizada a pedagogia de repetição, produção e consumo de artefatos padronizados e irrefletidos. A organização da sociedade está centrada na perpetuação desta estrutura, alheia a consciência individual, onde cerceia a individualidade em prol da massificação para lubrificar as engrenagens deste sistema e perpetuar a ideologia dominante.

A barbárie compreendida por Adorno (2003), é contrária a formação humana. Está enraizada no processo de civilização, na competitividade, preconceitos e atitudes repressivas. Nas sociedades industriais há um controle da vida social, através do predomínio das forças dominantes da sociedade sobre os indivíduos. Neste processo de controle dos segmentos da vida social, a socialização total, produz o anseio de abstrair-se da situação.

Desse modo, percebe-se a barbárie instaurada nas manifestações objetivas da violência (física ou simbólica) advinda de pessoas sádicas reprimidas – as situações de violência sociais (re)produzem a mesma violência, os sujeitos infringem-na aos outros membros da sociedade de forma banalizada. Freire (1987) nos aponta que o processo de organização social na lógica opressora está atrelado a (re)produção e perpetuação deste modelo através da residência da verdade do opressor na consciência do oprimido. Nesta perspectiva, o processo de civilização produz suas próprias contradições, a barbárie.

Adorno (2003) defende que uma maneira de opor-se a barbárie é através da resistência. Neste sentido, entende que a educação que objetive a desbarbarização não é uma educação para o conformismo e para a identificação com o ideologicamente estabelecido, mas, ao contrário, uma educação para a contraposição, uma Educação Política. Segundo Maar (2003) “Em Adorno a teoria social é na realidade uma abordagem formativa, e a reflexão educacional constitui uma focalização politico-social. Uma educação política.” (p. 15)

Com efeito, buscamos possibilidades de perspectivas no campo da Educação que dialoguem com a educação política presente na crítica do autor. Assim, podemos com Carvalho (2001), identificar a aproximação da Educação Ambiental com a Educação

Popular no reconhecimento da proximidade em âmbito nacional das manifestações de cunho ecológico a um projeto que se articulava com os movimentos sociais de base

(...) mesmo demarcando seu lugar fora e contra os marcos da ação política vista como tradicional, não se poderia pensar os movimentos ecológicos, a ecologia política, nem o leque mais amplo da questão ambiental no Brasil, sem levar em conta o importante papel que tiveram em sua configuração os movimentos sociais rurais e urbanos dos anos 70 e 80, bem como os movimentos populares ligados à educação popular, à Igreja da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base. (CARVALHO, 2001, p. 180).

Nessa trama, Reigota (2002) considera que a Educação Ambiental e a Educação Popular se aproximam pois coadunam da perspectiva política, da preocupação com as camadas mais pobres e com a população, bem como enfatiza a construção dos saberes e conhecimentos dos sujeitos populares. Afirmamos a perspectiva de uma Educação Ambiental Popular. Sobre essa constituição:

Essa terminologia surge primeiramente em outros países da América Latina, ao que parece, no âmbito do Consejo de Educación de Adultos de America Latina - CEAAL, onde vários centros afiliados assumem explicitamente a perspectiva ambiental em seus trabalhos, lançando a proposta, no ano de 1987, durante a sua Assembléia Geral realizada em Guanajuato, México, de criação da Red de Educación Popular y Ecologia – REPEC. (BARBOSA, 2002, p.88)

Sobre a criação da rede, Peralta (1992) salienta que a mesma teve um processo emergente da busca por um espaço de diálogo entre educadores populares os quais coadunavam da necessidade de construção por uma outra racionalidade ambiental, os quais mantinham suas bases teóricas a partir da educação popular. Para Ruiz (1994) esse conceito apresenta incorporação dos problemas de cunho ecológico presentes na educação ambiental e os princípios sócio-políticos da educação popular.

Ponderamos que a Educação Ambiental Popular, ontologicamente, deve movimentar-se contra as desigualdades, compreendendo e problematizando as contradições impostas, buscando a libertação com o coletivo, a conscientização do povo, rompendo com a condição que sustenta a camada opressora. Portanto, acreditamos que essa concepção educativa está na contramão da barbárie presente na crítica evidenciada.

Do mesmo modo, articulamos essa concepção educativa ao que a Educação Ambiental em seu sentido crítico vem apresentando enquanto possibilidades de resistência à lógica opressora que instiga a barbárie.

Além disso, ponderamos que a prática pedagógica precisa estar voltada para a criticidade dos educandos e educandas, através de formação continuada e permanente. Precisamos estabelecer uma relação de confiabilidade que aponta para uma nova ontologia, criando possibilidades dos sujeitos de ser mais. Concordando com Adorno (2003), uma educação humanizadora, que visa o esclarecimento, que se proponha à resistência ao processo da barbárie. Assim,

(...) gostaria de apresentar minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar as pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua idéia [de H. Becker], se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar; mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. (Adorno, 1995, p. 141-142).

Nesse sentido, é que estamos nos constituindo enquanto educadores ambientais populares, principalmente através de uma prática problematizadora que possibilita aos sujeitos a oportunidade de se posicionar diante da sociedade. Assim, oportunizamos a aprendizagem e novos conhecimentos para a educação das classes populares.

No entendimento de Adorno (2003), uma educação que busque a visão crítica da sociedade, na tentativa de responder aos processos de constituição da estrutura social, em síntese, uma educação contextual que se opõe a alienação. No contexto da Educação Ambiental Popular, conhecer a realidade dos sujeitos envolvidos e da sociedade em que estão inseridos torna-se imprescindível para todo trabalho educativo. Nesta educação, deve-se, necessariamente, estar comprometida com a reflexão sobre a realidade objetiva, buscando compreender os processos de constituição social para modifica-los.

No compromisso está intrínseca a nossa aposta no ser mais dos educandos enquanto sujeitos que buscam pelas suas lutas cotidianas superar a lógica de um sistema que não acredita nas condições de emancipação do sujeito. Para Adorno, a condição necessária para o desenvolvimento da emancipação, enquanto um projeto sócio cultural, é a formação de indivíduos autônomos - que é entendido como força verdadeira de contraposição dos princípios da barbárie, uma vez que a autonomia é compreendida como reflexão, autodeterminação e auto condução.

## Considerações

Com a certeza da pertinente aproximação entre o entendimento sobre a condição de barbárie presente na conjuntura atual e a Educação Ambiental Popular, que se compreende profundamente emancipatória, uma vez que propõe a superação das formas de opressão da estrutura capitalista, consideramos que a educação, enquanto ação emancipatória, é o meio pelo qual podemos romper com a estrutura dominante vigente de civilização, a barbárie. “Educar é emancipar a humanidade, criar estados de liberdade diante das condições que nos colocamos no processo histórico e propiciar alternativas para irmos além de tais condições.” (LOUREIRO, 2006, p. 142).

Compreendemos que, como práxis social, a Educação Ambiental Popular, em seu caráter emancipatório e transformador, contribui para processo de construção de uma organização social, na qual a atuação crítica, política e ética esteja no cerne. Trilhamos esse caminho, pois acreditamos em uma educação comprometida com o social.

## Referências:

BARBOSA, Malba Tahan. **Educação Ambiental Popular: A experiência do centro de vivência Agroecológica CEVAE/TAQUARIL**. 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Qual educação ambiental?** Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.2, n.2, pp. 43-51. abr./jun. 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernado. **Complexidade e Dialética:** contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

PERALTA, Joaquín Esteva. **Ambientalismo y educación. Hacia una educación popular ambiental en América Latina**. Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. Guadalajara, 1992.

RUIZ, Javier Reyes. **La educación popular y la dimensión ambiental del desarrollo:** documento base para la asamblea del CEAAL, de la Red de Educación Popular y Ecología. s.l.: CEAAL. 1994.

## **A Indústria Pesqueira na cidade de Rio Grande, RS: Uma breve revisão**

Julliet Corrêa da Costa<sup>10</sup>

### **Introdução**

A pesca é uma das atividades mais antigas e importantes do Brasil, fazendo-se presente desde o período colonial (SOUZA, 2007). Expandiu-se fortemente por todo o mundo na segunda metade do século XX, em especial a pesca industrial, com notável aumento do esforço e do poder de pesca e do alcance das frotas (HAIMOVICI et al., 2014). No Brasil, através da criação de políticas públicas voltadas para a expansão, modernização e para o desenvolvimento da pesca industrial (DIEGUES, 1983) a produção pesqueira marinha chegou a superar as 700 mil toneladas anuais na metade da década de 1980 (HAIMOVICI et al., 2014). O setor envolve centenas de milhares de pescadores e mais de meio milhão de toneladas de pescado são desembarcados em terminais pesqueiros por ano (VASCONCELLOS et al., 2007). Todos os tipos de pescaria (amadora, de subsistência, artesanal e industrial/empresarial) possuem elevada importância social e econômica para o país, tanto na produção de alimentos como na geração de emprego e renda.

No Rio Grande do Sul (RS) o principal polo pesqueiro marinho e estuarino se encontra na região sul, ao longo da desembocadura da Lagoa dos Patos, onde se localizam as cidades de São José do Norte, São Lourenço do Sul, Pelotas e Rio Grande (HAIMOVICI et al., 2014). A pesca comercial, a industrialização e exploração de produtos pesqueiros existem desde o século passado nesta região (IHERING, 1886) *apud* (HAIMOVICI, 1997). Dada a disponibilidade de matéria-prima, grande número de mão-de-obra especializada (pescadores artesanais) e possibilidade de acesso de embarcações ao porto local, o município de Rio Grande concentrou a maior parte das indústrias pesqueiras. (SOUZA, 2004). Segundo FINCO & ABDALLAH (2001) havia nos anos 1980 mais de 30 indústrias pesqueiras no RS, todas desenvolvendo atividades de congelamento, processamento e salga, em 1990 os números caíram para 17 e nos anos 2000 havia apenas 9 indústrias em todo Estado. Estudos recentes publicados por HAIMOVICI et al (2014) relataram com base em trabalhos elaborados pelo Departamento de Estudos Econômicos do Centro de Indústrias de Rio Grande (CIRG) e

---

<sup>10</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro (PPGC) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – jullietcorrea@hotmail.com;

o Departamento de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) que em Rio Grande o parque industrial pesqueiro, no seu auge em 1979, possuía mais de 15 empresas com instalações industriais e uma frota de 26 barcos estava sediada no município. No início da década de 2000 restavam apenas quatro 4 das indústrias de grande porte na cidade: Leal Santos S.A., Torquato Pontes S.A., Albano de Oliveira S.A. e Junção Pescados S.A. Atualmente apenas as duas primeiras permanecem em atividade.

O parque pesqueiro de Rio Grande começou a ruir na década de 1980. Entre as causas determinantes da queda pode-se arrolar a defasagem tecnológica, a estrutura organizacional ultrapassada e os métodos de gestão desatualizados. Outros fatores importantes, de ordem operacional são: esforço de pesca além da capacidade de reprodução das espécies; bloqueios à reprodução das espécies marinhas no estuário da Laguna dos Patos; níveis de poluição e ação predatória externa na zona econômica do mar territorial brasileiro (SILVA et al., 2005). De acordo com HAIMOVICI et al (2014) várias causas apontaram para o declínio da atividade pesqueira na região. O fechamento do acesso aos recursos pesqueiros em águas uruguaias e argentinas, a sobrepesca de espécies-alvo, políticas equivocadas de estímulo ao desenvolvimento desenfreado e mudanças no padrão de consumo de pescado, estão entre as principais.

Neste contexto, a partir das informações mencionadas acima, este trabalho tem como objetivo principal fazer uma breve revisão sobre a situação atual da atividade pesqueira industrial no extremo-sul do Rio Grande do Sul, com destaque para a ascensão e queda da indústria pesqueira na cidade de Rio Grande, o maior polo pesqueiro de todo o Estado.

### **Material e métodos**

A descrição dos temas abordados foi fundamentada em bibliografias específicas sobre o assunto e também em relatos obtidos em disciplinas da Graduação de Oceanologia da Universidade Federal do Rio Grande (Furg) voltadas para o estudo da atividade pesqueira, tais como: Técnicas de pesca, Dinâmica das populações pesqueiras, Hidroacústica e Avaliação e manejo dos recursos pesqueiros.

## Resultados

### Pesca Industrial no litoral sul do Rio Grande do Sul (RS)

No RS, a atividade pesqueira é realizada tradicionalmente em escala artesanal e industrial. A pescaria industrial abrange, além das regiões costeiras, as regiões oceânicas mais profundas, e é realizada por embarcações de maior tamanho, autonomia de navegação e tecnologia. A frota possui mais de 300 embarcações de médio porte (15 a 30 m), de madeira ou ferro, aparelhadas para pesca de arrasto de portas, parelha ou tangones, emalhe, cerco, espinhel de fundo e superfície e vara e isca viva e emprega cerca de 3000 pescadores industriais. Barcos estrangeiros arrendados congeladores de maior porte também atuam em diferentes períodos na região (HAIMOVICI et al., 2006).

No litoral sul, as principais pescarias se localizam na região estuarina da Lagoa dos Patos e na faixa costeira, embora existam pescarias demersais no talude superior e pescarias pelágicas oceânicas. Nos desembarques predominam peixes demersais, como corvina, castanha e pescadas, e peixes pelágicos como a tainha, a enchova, o bonito e atuns, camarões costeiros e caranguejos de profundidade (HAIMOVICI et al., 1997). O excesso de esforço tem levado a sobrepesca da maioria dos recursos, incluindo a depleção de vários deles, como o pargo-rosa, miaragaia e bagres, nas décadas de 1970 e 1980, e, mais recentemente, de cações, linguados, peixe-batata e chernes (HAIMOVICI et al., 2006). Os desembarques da pesca industrial no porto de Rio Grande sofreram um ciclo, com apogeu em 1971 com 83.698 toneladas e um posterior declínio para 24.721 toneladas em 2009 (Ceperg/Ibama) *apud* (HAIMOVICI et al., 2014).

A pesca industrial na zona costeira do RS é administrada com base em portarias do IBAMA/MMA e MPA e a fiscalização é pouco efetiva. Desde a década de 1980 diversos estoques estuarinos e marinhos mostravam sinais de depleção e as políticas federais sempre foram mais eficazes nas medidas de estímulo do que nas de controle da atividade. De acordo com ABDALLAH & SUMAILA (2007) os objetivos das atuais políticas públicas brasileiras sobre a pesca não mudaram e não ajudarão a reduzir a sobre-exploração dos recursos. Isso ocorre, pois estas políticas possuem um caráter otimista em relação à abundância de recursos encontrados ZEE (Zona Econômica Exclusiva) de pesca brasileira e pela falta de um plano de gestão para atividade pesqueira que realmente funcione.

## **Indústria Pesqueira na cidade de Rio Grande – RS**

A indústria pesqueira do Brasil teve um desenvolvimento efetivo a partir de 1967, com a regulamentação da atividade pelo Decreto-Lei n. 221/1967 (Código de Pesca). Até os anos 60, do século XX, a atividade pesqueira no país assim como no RS, era predominantemente artesanal e sua produção estava voltada basicamente para atender o mercado interno. Através de uma política de incentivos fiscais e crédito do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) à pesca, desenvolve-se a chamada pesca industrial, voltada, preferencialmente, para o mercado externo (SOUZA, 2004).

A pesca industrial sediada em Rio Grande teve seu apogeu na década de 1970 seguido de um longo declínio (HAIMOVICI et al., 2014). Naquela época, a existência das indústrias familiares de preparo de peixe salgado, a geografia do Estado, a mão-de-obra disponível (pescadores artesanais) e a localização da cidade junto às fontes de matéria-prima contribuíram para desenvolver, o maior parque industrial pesqueiro do Estado nesse município (SOUZA, 2001). Ao longo dos anos, a produção adquirida de pequenas salgas foi insuficiente para atender a demanda e as empresas estabeleceram suas próprias salgas. Algumas destas empresas investiram no processo de industrialização de pescados e aquisição de barcos com fundos dos incentivos fiscais originários do Decreto-Lei n. 221/1967 (HAIMOVICI et al., 2014). Neste sentido, as indústrias pesqueiras de Rio Grande forneceram volumosas quantidades de pescado em diferentes modalidades de beneficiamento para o mercado brasileiro e externo. Tal expansão deu-se pelas políticas de promoção ao desenvolvimento da atividade pesqueira, que ocasionou no crescimento do volume de produção pesqueira, mas sem a preocupação com a conservação do estoque natural do pescado o que levou, a partir de 1980, na diminuição do número de indústrias pesqueiras, pois já não havia pescado suficiente para suprir as necessidades de todas as indústrias (SOUZA, 2001).

No começo da década de 1980 havia mais de 15 indústrias de pescado operando em Rio Grande gerando 17.000 empregos diretos e a manipulação de aproximadamente 125.000 toneladas de pescado (CIRG, 1980) *apud* (HAIMOVICI et al., 2014). As características regionais e as políticas governamentais aplicadas ao desenvolvimento da pesca na cidade de Rio Grande levaram, a princípio, ao crescimento acelerado do volume de produção, havendo, no entanto, posteriormente, uma queda brusca da atividade desenvolvida em cima de recursos naturais. Há uma importante questão de limites a ser considerada neste caso. Os limites suportáveis pelo recurso renovável e os limites das estruturas organizacionais. No primeiro caso a relação é com o esforço de

pesca e a segunda com a capacidade de mudança e inovação (SILVA, 2005). No trabalho recente de HAIMOVICI et al (2014) sobre o desenvolvimento da pesca industrial sediada em Rio Grande são discutidas algumas causas do declínio da indústria pesqueira no município, são elas: 1) O fechamento do acesso aos recursos pesqueiros em águas uruguaias e argentinas, com o fim do acordo de pesca com estes países, os recursos demersais pescados no sul do Brasil não foram suficientes para sustentar a atividade e as indústrias dimensionadas para larga escala e exportação; 2) A política desenvolvimentista que estimulou uma exploração não sustentável dos recursos demersais; 3) Mudanças no padrão de consumo mundial levaram a maior valorização do peixe fresco do que o congelado, fazendo com que os armadores não vendessem mais sua produção para indústria, preferindo apenas utilizar os terminais para lavagem, descarga e gelo, enviando eles mesmos o produto fresco para o mercado consumidor; 4) A localização geográfica de Rio Grande no extremo sul, antes vantajosa pela proximidade com o Uruguai e Argentina, tornou-se menos adequada em comparação a Itajaí, Santa Catarina pois se encontra mais próxima dos grandes mercados consumidores brasileiros.

### **Considerações**

As principais causas para a crise do setor pesqueiro industrial apontadas neste trabalho são de origem antrópica, ambiental, econômica e legislativa. O crescimento da frota pesqueira industrial e as inovações técnicas no setor geraram uma enorme capacidade de captura de diversas espécies de interesse comercial, o que levou a uma rápida redução dos estoques pesqueiros disponíveis. PAIVA (1997) conclui serem comuns as evidências de declínio (sobrepesca) em diversas pescarias estuarino-marinhas do país, decorrentes principalmente do aumento descontrolado dos esforços de pesca a que estão sujeitas. A maioria das pescarias não é administrada de maneira eficaz, isso quando há alguma forma de gestão destas atividades. Muitos dos principais estoques capturados estão sobrexplotados e alguns colapsados, deixando de ter importância comercial (HAIMOVICI, 1997; HAIMOVICI et al., 2006; HAIMOVICI et al., 2014). No Brasil as pesquisas desenvolvidas estão focadas predominantemente na prospecção pesqueira e na biologia e avaliação dos principais estoques explorados pelas frotas industriais, como sardinha, peixes demersais e camarões (HAIMOVICI, 2006). Nos dias de hoje, não existe nenhum plano elaborado que objetive a gestão e o manejo dos recursos pesqueiros, salvo algumas portarias e decretos muito específicos.

Neste sentido, tornam-se importantes pesquisas que levantam informações (ambientais, econômicas, sociais) sobre o cenário histórico do setor pesqueiro industrial para compor estudos que caracterizam a atividade pesqueira, considerando a grande importância da pesca na região do extremo - sul do Rio Grande do Sul.

### **Referências**

- ABDALLAH, P.R.; SUMAILA, U. R. **An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies**. *Marine Policy*, v. 31, p. 444-450, 2007.
- DIEGUES, C.A.S. 1983. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 287p.
- FINCO, M.; ABDALLAH, P. **Análise econômica da atividade pesqueira no município de Rio Grande**. In: *Anais SOBER*. Recife, PE, 2001.
- HAIMOVICI, M. 1997. **Recursos pesqueiros demersais da região Sul**. Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (Revizee). Editado pela Fundação de Estudos do Mar (FEMAR), Rio de Janeiro, 81p.
- HAIMOVICI, M. et al. 2006. Diagnóstico da pesca no litoral do Rio Grande do Sul. In: ISAAC, V. J.; MARTINS, A. S.; HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETO, J. M. **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Projeto RECOS: Uso e apropriação dos recursos costeiros**. Grupo Temático: Modelo Gerencial da pesca. Belém: UFPA, 157-180
- HAIMOVICI, M.; et al. **Desenvolvimento da pesca industrial sediada em Rio Grande: uma visão histórica sob a ótica de atores privilegiados**. In: HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO, J. M.; SUNYE, P. S. 2014. **A pesca Marinha e Estuarina no Brasil**. Estudos de caso multidisciplinares. Rio Grande, RS, Editora da Furg.
- PAIVA, M.P. 1997. **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil**. Fortaleza, UFC Edições, 286p.
- SILVA, R. C. da et al. A indústria pesqueira no Rio Grande do Sul – ascensão e queda. **Read**, v. 11, n. 6, nov./dez. 2005.
- SOUZA, M. **Política e evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul: 1960 a 1997**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, UFRGS, 2001. (Dissertação em Economia Rural)
- SOUZA, M. A. **Formação, desenvolvimento e realidade da atividade pesqueira artesanal no Rio Grande do Sul**. In: *Anais do II Encontro de Economia Gaúcha*. Porto

Alegre, 2004.

SOUZA, M. A. **Análise Institucional da Atividade Pesqueira Artesanal do Rio Grande do Sul**. In: *XLV Congresso da SOBER “Conhecimentos para Agricultura do Futuro”*. Londrina, PR, 2007.

VASCONCELOS, M.; DIEGUES; A. C. S. A; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa, A. L. (Org.) **Nas Redes da Pesca Artesanal**. Brasília: IBAMA, 2007, p.2-70.

### A Natureza em Ser e Tempo de Martin Heidegger

Alesson Ramon Rota<sup>11</sup>

O presente resumo tem como objetivo questionar a existência do o conceito de Natureza no livro *Ser e Tempo* de Martin Heidegger. Este livro foi publicado primeiramente em 1926 e constitui um clássico da Filosofia. É importante voltar a obra para perceber problemas do pensamento moderno expressos há quase 100 anos que ainda continuam em aberto. Para explicar tal sentido de Natureza farei uma digressão aos conceitos de Dasein e de Mundaneidade.

A obra *Ser e Tempo* tem como objetivo responder o sentido de *ser* do humano. Segundo Heidegger tal questão nunca fora feita antes na Filosofia por três preconceitos: 1º universalidade (tudo é ser), 2º indefinível, 3º evidente, então não se questiona (HEIDEGGER, 2012: §1). Tal afirmativa é questionado por Hervé Pasqua em seus comentários sobre o livro, para este tais formulações são notórias em Aristóteles e Tomas de Aquino, mas não com a mesma perspectiva e fôlego de Heidegger (Pasqua, 1993: 16). Heidegger chama a presença do homem no mundo de Dasein, a tradução de tal termo é feito comumente como Ser-Aí, mas em outras traduções como a de Maria Sá Cavalcanti Schuback o termo é substituído por *presença*<sup>12</sup>. Ora, e agora, o que implica este termo Dasain ou Ser-Aí? Significa um ser que se constitui no mundo, que está

<sup>11</sup> Graduando do curso de História da FURG.

<sup>12</sup> O conceito de Dasein pode ser entendido, de maneira superficial, como a maneira de existir do homem. O Dasein é um ente formado por um *ser* e por um *ente*, a qual corre que o ser é o sentido do homem e o ente é a estrutura física dele (Heidegger, 2012 §8). Heidegger no livro *ser e tempo* procurou responde questões apenas referente ao ser; a parte referente ao ente nunca foi acabada. No Brasil o termo Dasein é usualmente traduzido poder *Ser-Aí*, o que significa um ser-no-mundo. Mas a tradutora Schuback resolveu problematizar o termo, traduzindo-o para *pre-sença*. Segundo ela, Heidegger utilizou palavras cotidianas do idioma alemão, como Dasein, para definir a existência do homem, então a nomenclatura pre-sença tem objetivo o mesmo sem maiores perdas conceituais (2012: 16).

sempre em movimento, sempre se transformando em qualquer coisa que ele não era anteriormente.

O Dasein – ou a presença do homem – é composta por dois núcleos indissociáveis: o ser e o ente. A grosso modo, podemos entender o ser como aquilo que está em constante movimento, o que se transforma no tempo, já o ente é a parte física do homem. Mas não se pode confundir o ente Dasein com outros demais entes do mundo ou entes *intramundanos*, por exemplo, a cadeira, o martelo, o computador, a árvore, pois a característica destes entes é servir: o martelo é para isto, o computador é para aquilo. O que quero dizer que ele *é* e não *está*; o *estar* é uma característica do ser do Dasein (HEIDEGGER, 2012, p. 5). Os entes *intramundanos* até possuem um *ser*, mas que é bastante limitado por conta da sua servidão ao Dasein. Heidegger expressa melhor a indissociabilidade do ser e do ente no Parágrafo 8 quando questiona o esquecimento do ser: O ser possui um limite. Este limite é o ser-do-ente. O ser diz respeito a cada ente. Mas o próprio ser não é um ente. Transcende-o: “o ser é o transcendente puro e simples”. É a “transcendência” de um ser “envolvida” nos entes arrastando com eles no curso em direção a um “horizonte”. O ser é sempre o ser de um ente, não pertence a si próprio, escapa a si mesmo e isto constantemente, porque o ser não é o ser: é o tempo (HEIDEGGER, 2012, p.8).

Agora que tenho uma breve explicação do que é o Dasein podemos passar a *Mundaneidade*. Para Heidegger o mundo explica os objetos, mas este mundo não é o mundo de todos os entes como a casa, o carro o rio etc, o mundo é o universo de contato do ser do Dasein. A Mundaneidade designa a estrutura constitutiva do ser-no-mundo. O ser-no-mundo está imbricado no ser do Dasein, em outras palavras, não é possível separar o ser do seu contexto. O verdadeiro mundo não é o mundo da natureza, mas sim o da mundaneidade, o ser-no-mundo do dasein. Isso porque Heidegger entende o mundo como o universo do Dasein. (HEIDEGGER, 2012: §14) Para Heidegger, por exemplo, tanto a natureza vista como fonte de matéria prima ou como o choque natural entre outros entes (sobrevivência das espécies) é uma atribuição de sentido do Dasein. O autor aqui estudado até dá a entender que existe uma atribuição de sentido originária, mas não investiga profundamente o assunto. Cabe lembrar que Heidegger procura o sentido profundo de muitas coisas, como o sentido do próprio ser, e para tal tarefa voltou até mesmo à filosofia pré-socrática.

No Parágrafo 15 percebemos como o ser constrói um lugar no mundo para se abrigar. Ele ordena os objetos que estão a mão para construir seu habitat. O Dasein usa

os utensílios de maneira instintiva: não costuma questionar sobre o ser das coisas, por exemplo, quase ninguém se questiona sobre a existência do martelo ou da caneta. O ser dos utensílios é bastante limitado, pois o sentido deles é servir. Este ser dos utensílios tem uma interdependência, porque eles têm funções específicas que acabam em si: o prego só é útil com um martelo. O ser dos utensílios é dividido entre o ser do Dasein e o ser de outros utensílios. Os utensílios são o meio pelo qual o Dasein constitui seu habitat; já o habitat é formado pelos entes intramundanos que estão à mão do Dasein (HEIDEGGER, 2012: §15). Este habitat nada mais é do que a organização do mundo a nossa maneira, por isso construímos casas, estradas, computadores, caneta, papel, ou então derrubamos florestas e levantamos arranha-céus. Então Heidegger coaduna com o Humanismo (antropocentrismo)? Não da maneira que se conhece. A princípio, “Heidegger começa por duvidar da necessidade da sua conservação, integrando este seu ceticismo numa severa e penetrante análise do perigo de degeneração intelectual que se reflete na terminologia” (BEAU, 1948: 200). Isto porque o conceito de Humanismo está demasiado degenerado em seus sentidos. Heidegger faz uma basca desde o conceito de Verdade em Plantão para chegar a tais pressuposições. Ele percebe que todos estes Humanismos possuem uma metafísica, seja o Humanismo cristão que coloca o homem como filho de deus ou o Humanismo marxista que observa o homem como ser social. Heidegger vê que há vários tipos de humanismo, mas todos “concordam em determinar a *humanitas do homo humanus* em relação a uma interpretação pré-estabelecida da Natureza, da História, do Mundo, do Princípio do Universo, quer dizer, do Ser que é” (BEAU, 1948: 203). E para fugir destas metafísicas Heidegger funda o conceito ek-existência, “que abriga o Ser humano e que tem importância essencial, isto é, em relação ao próprio Ser” (BEAU, 1948: 204). Toda essa volta que Heidegger faz é para cunhar um conceito sobre a Verdade do Ser e não fora dele, como as metafísicas fizeram.

Todas essas pressuposições de Heidegger tem uma finalidade: contrapor a Metafísica com uma Ontologia do ser. Em outras palavras, Heidegger busca trazer os problemas do homem para o ambiente terreno, histórico e temporal. Isto é feito para dar possibilidade de outro olhar sobre o mundo. Cabe ressaltar que Heidegger vive um período intensas transformações, no qual o Arauto da Modernidade é a ciência e a técnica. Estas transformações fizeram com que tudo fosse manipulável, desde a Natureza ao Homem. Vive-se aqui um momento de coisificação. Então Heidegger

propõem-se uma teoria de reeducação dos sentidos humanos, mesmo que para isto tenha que superar parte do pensamento ocidental.

### **Referências:**

BEAU. Albin Eduard. O Humanismo no pensamento de Heidegger. IN: **Humanitas**. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 1948. 195-210.p.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 6ªed, Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Ed Universitária São Francisco, 2012.

PASQUA. HERVÉ. **Introdução à leitura do ser e tempo de Martin Heidegger**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

### **A obra, A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural, de Padre Balduino Rambo**

Werhli, Zuleica Soares<sup>13</sup>

### **Introdução**

O presente trabalho busca analisar a Representação da obra *A Fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*, de autoria do Pe. Balduino Rambo enfatizando o capítulo sobre *Proteção à Natureza* por ser o foco desta pesquisa. Em outras palavras, pretendemos verificar através de *Representações* (CHARTIER, 1986) as percepções de natureza no olhar do autor no seu tempo, ou seja, na década de 30 constatando a relevância da obra para conhecimento sobre o Rio Grande do Sul e conferir como se posicionou o autor frente à realidade encontrada.

Editado pela primeira vez em 1942 sob o patrocínio do Governo Estadual, com uma tiragem de 550 exemplares que não foram comercializados, a obra foi distribuída gratuitamente a entidades educacionais e científicas interessadas por estudos do estado do Rio Grande do Sul. Esta tinha por objetivo versar sobre a descrição do Rio Grande do Sul através da literatura já existente e observações pessoais do autor, enfocando os aspectos científicos, didáticos e estéticos e também as questões ambientais, foco

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPGH – Mestrado Profissional em História – FURG

principal desta pesquisa, para assim aproximar o máximo possível da realidade rio-grandense tal qual ela era, podendo desta forma aperceber-se das relações históricas entre sociedade e meio ambiente.

O que nos motivou à realização desta pesquisa é que esta, apesar dos avanços científicos empreendidos nas últimas décadas, ainda é uma obra basilar sobre a cultura rio-grandense e também a necessidade de salientar o fato de que a preocupação com o meio ambiente não ser algo recente, modista, mas sim presente, continuamente, acompanhando alguns pensadores.

Para Pádua, “A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização.” (PÁDUA, 2010, p.82), ou seja, a emergência de estudos nesta área vem alterando o perfil do pensamento moderno. A natureza, paisagem e ecossistemas são linhas de estudo que vem desafiando, estimulando e oportunizando uma maior integração com outras áreas do conhecimento, uma vez que, “A produção de um entendimento sobre o mundo tornou-se um componente básico da própria existência social.” (PÁDUA, 2010, p.83)

No intuito de buscar estas informações foi feita uma análise da obra citada acima, com o devido aporte teórico metodológico a fim de compreender corretamente as representações e constatações do autor sobre este estado.

Assim, este estudo se propõe a analisar a obra do Pe. Balduino Rambo, com vistas a perceber as formas de Representação atribuída pelo autor na imagem do estado do Rio Grande do Sul nas décadas de 30 e 40. Pe. Rambo nasceu em Tupandi, então distrito de Montenegro em 11 de agosto de 1905. Era de uma família modesta de agricultores, profundamente católica. Após sua formação fundamental e média ingressou na Missão da Província alemã da Companhia de Jesus, fez o curso de Filosofia na Alemanha, cursou também teologia e em 1936 foi ordenado sacerdote. Balduino Rambo faleceu em Porto Alegre no ano de 1962 e está sepultado no cemitério dos jesuítas, em São Leopoldo.

O enfoque dado a esta pesquisa objetiva trazer a tona as transformações que estavam ocorrendo na época e suas consequências para os dias atuais, uma vez que se constatou que muito pouco até agora foi pesquisado e estudado desta literatura. Este trabalho tenciona “dar vida” a obra de Rambo que através de seus estudos veio a refletir sobre a natureza riograndense, proporcionando-nos um trabalho de história ambiental.

O autor já naquela época mostrava preocupação e temor pelo futuro com relação ao meio ambiente como pode ser percebido no trecho a seguir:

No tocante aos animais, o estado do Rio Grande do Sul já é desolador. Nas matas da borda da serra colonizada, nada resta da maior parte dos mamíferos e aves de caça; nas matas do Uruguai, não passarão dez anos, e a miséria será a mesma. [...] Praticamente no Rio Grande do Sul, a destruição da fauna de mamíferos, aves e peixes continua em escala ascendente [...]. (RAMBO, 2005 p.434).

O excerto acima evidencia claramente a preocupação do autor com os problemas ambientais que o estado apresentava e o alto preço que o crescimento e desenvolvimento do mesmo viria a pagar em função da exploração da natureza e seus recursos, caso não houvesse a preservação dos elementos constituintes e integrantes da paisagem rio-grandense.

Esta pesquisa visa melhor compreender as representações ambientais, a repercussão de vozes e seus ecos que trouxeram contribuições para uma melhor gestão da natureza moderna e indagações que envolvem o meio ambiente. Desde muito tempo já havia uma grande preocupação e tentativa de soluções para com o meio ambiente e o Pe. Balduino Rambo foi uma dessas vozes.

Nesse contexto relembremos que foi no ano de 1934 que ocorreu no país a *Primeira Conferência Brasileira de Proteção á Natureza* no Rio de Janeiro, onde propostas específicas sobre proteção a natureza foram formuladas juntamente com um forte apelo na construção de uma identidade nacional aonde a ciência viria a desenvolver um papel fundamental como orientadora dessas políticas protecionistas e o Estado deveria ser o executor deste processo.

Neste âmbito, na conferência, havia um grupo relativamente organizado, em sua maioria formado por cientistas, intelectuais, pensadores, etc que obtiveram alguns êxitos na sua luta por associarem à proteção a natureza com identidade nacional o que propiciaria a formação de laços entre o homem e sua terra natal.

Foi destaque nesta conferência a perspectiva da criação de parques nacionais, ideia que Rambo regamente defende em seu livro, não eram propostas homogêneas, na verdade tinham perspectivas bem diferenciadas, mas *“Um projeto mais amplo, que via no mundo natural a principal “fonte da nacionalidade”, englobava todos estes aspectos, conferindo-lhes coerência.”* (FRANCO, 2002, p.87)

Percebe-se assim que Rambo não é uma alma solitária na década de 30/40 na luta pela natureza, havia outras pessoas que também se preocupavam e buscavam

alternativas para com o que estava acontecendo no Brasil e no mundo com relação ao meio ambiente.

### **Proteção à natureza**

Esta parte da obra de Padre Balduino Rambo se faz notar devido ao fato que foi escrita na década de 30/40, onde o autor já chamava a atenção com relação à falta de cuidado que o homem dispensava ao meio ambiente. Através de seus inúmeros sobrevôos pelo estado, suas pesquisas *in loco*, Rambo verificou as transformações que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, período este sob a égide do desenvolvimento e progresso no país a qualquer “custo”.

Acreditava ele que a destruição do meio natural era ato irresponsável e não condizentes com os princípios éticos e espirituais que guiam os homens *“filho desta terra, que lhe fornece o pão de cada dia e os símbolos de sua vida espiritual...”* (RAMBO, 2005, p.432).

Sendo assim proclamava a necessidade de se fazer “proteção à natureza” que viria a abranger quatro setores: Aos monumentos naturais; as espécies botânicas e zoológicas periclitantes; harmonização das obras humanas com a paisagem natural e por fim a criação de parques e reservas nacionais.

Rambo defendia o reflorestamento e para ele era necessário se fazer o replantio de árvores nativas, elas *“Crescem de vagar, sim, mas o nosso esforço frutificará tanto mais para as gerações do porvir.”* (RAMBO, 2005, p.434). Ou seja, ele contestava a prática de reflorestamento com eucalipto e acácia feito na época, por não condizerem com “a expressão natural da nossa terra”.

Fica claro que o desenvolvimento da sociedade causou e vem causando profundo impacto no meio ambiente. O uso inconsequente dos recursos naturais, a falta de critérios e medidas efetivas de preservação se faz presente desde os primórdios da formação do estado. Rambo e outros pensadores já nos alertavam, outros autores permanecem nos alertando, que a relação homem/meio ambiente precisa ser harmônica.

### **Considerações Finais**

Balduino Rambo escreveu seu livro de forma essencialmente descritiva e detalhista, muito pouco analítica, enfatizando aspectos geográficos, geológicos e paleontológicos embasando seus conhecimentos a partir de suas observações *in loco*. Ele explorou muito pouco as relações seres humanos/natureza, assim sua obra tende para uma visão cartesiana do estado.

Percebemos que o autor estava inserido dentro do cenário nacional, suas idéias não eram descontextualizadas, e que sua obra sobre o estado é relevante até hoje, sua visão protecionista e conservacionista permaneceu atual e continua a expressar a realidade do Rio Grande do Sul.

No livro, *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*, embora percebamos profundas conexões e interconexões no espaço sul-riograndense, é necessário salientar que as diferenças regionais estão presentes. Fatores históricos, características geográficas, modos de ocupação, entre outros fatores, impuseram características locais diferenciadas e determinantes, tanto na forma produtiva quanto ao meio ambiente. É da sincronização dessas realidades que emerge o estado do Rio Grande do Sul.

No tocante a proteção à natureza, são pouca as informações inseridas na obra, se comparado com o todo, porém sua visão e escrito veio de um modo ou outro a influenciar pensadores da época e atuais. Ele expõe seu temor e preocupação pelo futuro do estado. Veio a reconhecer que as necessidades humanas viriam a exigir muito mais dos recursos e que com certeza o meio ambiente iria pagar um alto preço por isto. Enfatizou também a necessidade de se preservar os elementos característicos que integram cada tipo de paisagem levantando a bandeira da questão ética e moral com relação à destruição do meio ambiente.

Sua obra, considerada uma das mais importantes referências sobre o estado, fixou a imagem do Rio Grande do Sul como ela se encontrava na década de trinta, com suas particularidades sociais, econômicas e ambientais.

## Referências

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre práticas e representações**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Difel, 1986.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14º Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FRANCO, José Luiz de Andrade. **A Primeira Conferência Brasileira de proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional**. Varia História. Minas Gerais, nº 26, 2002.

LEITE, Luiz Osvaldo. **Jesuítas cientistas no sul do Brasil**. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2005

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados. São Paulo, vol. 24 nº 68, 2010.

PRADO, Daniel Porciuncula. **A figueira e o machado: uma história das raízes do ambientalismo no Sul do Brasil e a crítica ambiental de Henrique Roessler**. Rio Grande, Ed. Furg, 2011.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural**. 3ª edição. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2005.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

### **A responsabilidade estatal para a conservação de bens imóveis tombados e preservação da saúde pública**

Rosana Gomes da Rosa<sup>14</sup>

Maria Clara Barbosa Oliveira<sup>15</sup>

#### **Introdução**

Esta pesquisa aborda mecanismos de atuação do ente estatal para reverter a situação de abandono de prédios históricos tombados e o risco à saúde pública, decorrente da falta de conservação estrutural e pela proliferação de vetores epidemiológicos. A conservação o meio ambiente cultural – através do tombamento de bens imóveis inseridos em ambientes urbanos – é de interesse coletivo, ante a situação de abandono das construções históricas em diversas cidades brasileiras.

Justifica-se o estudo apresentado em razão de que com frequência os imóveis tombados são abandonados, tanto nas capitais<sup>16</sup> quanto nas cidades do interior<sup>17</sup>, ficando

---

<sup>14</sup> Universidade Federal do Rio Grande – rosana.rosa@hotmail.com.br

<sup>15</sup> Universidade Federal de Pelotas – mcoliveira2@yahoo.com.br

<sup>16</sup> Porto Alegre - notícia publicada pela Zero Hora em 21.04.2015: “Protegidos por lei, prédios históricos sofrem com o descaso no centro de Porto Alegre”. Disponível em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/04/protegidos-por-lei-predios-historicos-sofrem-com-o-descaso-no-centro-de-porto-alegre-4743947.html>>. Acesso em 11.07.2015.

<sup>17</sup> Pelotas – notícia publicada pelo Diário Popular em 02.08.2014: “Pelotas tem mais de 1,7 mil prédios inventariado: Considerados como patrimônio histórico e cultural, joias da arquitetura pelotense precisam de cuidados”. Disponível em:

expostos à proliferação de vetores tais como pombos, ratos e artrópodes. De acordo com Taípe-Lagos & Natal (2003) a urbanização é fator que influencia a disseminação de pragas, provocando incômodo ou transmitindo doenças.

Esta pesquisa encontra-se alicerçada no conceito de Silva (2004), que ressalta a mobilidade e mutação das sociedades urbanas, de modo que deve ser entendida como certa a remodelação e renovação urbana, sem deixar de preservar a memória das cidades, através da proteção do ambiente urbano. Para a efetividade de tal proteção ressalta Freitas (2002) que “através do Tombamento, o Estado pode estabelecer regime especial para determinados bens de interesse público”. Para que tal patrimônio seja efetivamente conservado e preservado é necessária intervenção pública, de modo a limitar o uso do bem e restringir possíveis alterações e modificações.

O ambiente sadio que se busca com o tombamento do patrimônio ambiental somente será atingido com concreta proteção e conservação do bem tombado, de forma até mesmo preventiva aos danos que, em determinadas, circunstâncias seriam irreparáveis. Sendo assim, há que se ter definida a competência e responsabilidade na conservação do patrimônio urbanístico, uma vez que sua preservação não depende somente de atos omissivos, mas de efetiva conservação e manutenção.

Pretende-se demonstrar que o tombamento de imóveis em área urbana representa não somente uma proteção ao meio-ambiente cultural, mas que é essencialmente uma proteção estatal efetiva na conservação do patrimônio. O tombamento tem se tornado um paradoxo, onde ao invés de proteger acaba condenando o imóvel ao abandono e proliferação de vetores em áreas urbanas.

## **Metodologia**

A pesquisa desenvolvida utiliza método de abordagem indutivo, baseado na análise doutrinária e legislativa, visando definição e conceituação dos termos. Como técnica de pesquisa é utilizada a documentação indireta, com fontes secundárias (documental e bibliográfica), e interpretação de preceitos normativos federais para a atribuição de responsabilidades ao Estado na conservação do meio ambiente cultural e preservação da saúde pública, à luz da superveniência do bem estar social.

Para tanto, é necessário compreender o significado, características e abrangência

---

<[http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n\\_sistema=3056&id\\_noticia=ODcwMjY=&id\\_area=Mg==](http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=ODcwMjY=&id_area=Mg==)>. Acesso em 11.07.2015.

do tombamento urbanístico, bem como as peculiaridades desta forma de limitação ao direito de propriedade. Demonstrar-se-á que a responsabilidade subsidiária decorrente da legislação aplicável ao tombamento pode originar conflitos negativos de competência, que devem ser resolvidos ao considerar responsabilidade solidária do Governo Federal para a proteção da saúde pública, nos termos do art. 196 da Constituição Federal de 1988<sup>18</sup>.

O ambiente sadio que se busca com o tombamento será obtido com efetiva conservação do imóvel tombado, prevenindo danos que podem afetar de maneira irreparável a saúde pública. Além da Constituição Federal de 1988, norma máxima nacional, é necessária interpretação conjunta do Decreto-Lei nº 25 de 1937 que institui e regulamenta o processo de tombamento, e a responsabilidade da administração pública para promoção da saúde pública (Lei nº 8.080 de 1990), realizando a conservação/preservação dos bens imóveis tombados.

### **Resultados e discussão**

Não há dúvida de que o tombamento é um instrumento eficaz e necessário à preservação do meio ambiente cultural, que integra o patrimônio construído e elementos básicos da civilização e da cultura dos povos (FREITAS, 2002). A figura jurídica do tombamento é antiga na legislação brasileira, eis que a legislação que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Decreto-Lei nº 25) data de 1937.

No entanto, o tombamento de bens imóveis não é garantia de preservação da história, cultura e memória social. Surge daí a necessidade de que o Estado assegure que a limitação ao direito de propriedade (decorrente do tombamento do bem) não acarrete o abandono do imóvel, multiplicação de vetores epidemiológicos, e consequente ofensa à saúde pública. Neste sentido, o artigo 19 do Decreto-Lei nº 25/1937 determina que a responsabilidade pela conservação do imóvel tombado é de seu proprietário.

No entanto, ao tratar a questão do abandono de imóveis tombados que exponham a população à vetores epidemiológicos, entende-se que a obrigação à emergir não deve mais subsidiária, e sim solidária ou concorrente, vez que a saúde pública, tal como defendida no art. 6º da Lei 8.080/1990, não pode esperar a burocracia e/ou inércia do proprietário restar configurada.

---

<sup>18</sup> Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Constituição Federal de 1988 trata em seu artigo 23, inciso III da competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a proteção de bens de valor histórico e cultural, entre outros. E ainda, no título destinado à ordem social (Título VIII), trata da saúde (arts. 196 a 200), e da defesa do ambiente (art. 225). Com a percepção de que danos causados ao ambiente afetam diretamente à coletividade, surge a necessidade de ampliar sua garantia, inserindo o ambiente no rol dos direitos fundamentais.

É importante reconhecer que nas relações entre meio ambiente urbano e saúde pública é de vital importância identificar as causas de exposição e risco à saúde dos indivíduos (VALENTIM, 2007). Uma vez identificados riscos, não há como conceber que o Estado abstenha-se quanto à eliminação dos fatores de risco à saúde, alegando simplesmente que o bem tombado é de propriedade particular. O próprio caput do art. 225 da CF/88 impõe a conclusão de que o ambiente é um dos direitos humanos fundamentais (ANTUNES, 2011), considerado um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

De se ressaltar que da pesquisa realizada restou evidenciada a carência de políticas públicas locais destinadas à preservação do patrimônio cultural, em especial quando aliadas à concepção de bem-estar social e saúde pública. É justo, portanto, que em sua omissão – decorrente da ausência de formulação e implementação de políticas públicas – venha o próprio ente estatal responder pela supressão dos riscos decorrentes da proliferação de pragas e vetores.

Da análise exposta verifica-se que a responsabilidade do Estado em garantir condições mínimas de ambiente e saúde emerge mesmo diante de eventual responsabilidade de particular pela gestão do mesmo imóvel. Assim, resta demonstrado que o tombamento somente terá eficácia para a conservação de um meio ambiente sadio, como preceito Constitucional, se os deveres de conservação do patrimônio construído, integrante do meio ambiente cultural, forem respeitados e garantidos pelo Estado.

## **Conclusões**

Da análise da legislação aplicada é possível concluir que a conservação de bens imóveis tombados para a preservação da saúde pública deve ser atribuída ao Estado. O ambiente sadio que se busca com o tombamento de patrimônio ambiental somente será

atingido com concreta proteção e conservação do bem tombado, de forma até mesmo preventiva aos danos que em determinadas circunstâncias são irreparáveis.

Assim, a questão ambiental ganhou amplitude legislativa, tanto na esfera constitucional quanto na esfera ordinária, viabilizando a possibilidade de se garantir o ambiente saudável, bem como responsabilizar civilmente todos aqueles, pessoa física ou jurídica, que atingirem direta ou indiretamente esta garantia.

A responsabilidade estatal, de fato, se apresenta completa frente aos preceitos constitucionais e ordinários e/ou complementares. Desta forma, o que definirá as circunstâncias para que emergja a obrigação do ente estatal somente poderá ser analisado frente ao fato concreto, desde que respeitados os princípios administrativos e legais aplicáveis em consonância com a legislação específica, em especial o artigo 196 da Constituição Federal, Decreto-Lei nº 25/1937 e a Lei 8.080/1990.

Com base em análise legal e doutrinária realizada é possível delimitar a responsabilidade federal na preservação do patrimônio histórico-ambiental e, dadas as circunstâncias em que o bem tombado se encontrar, afastar a obrigação subsidiária e à luz da superveniência da saúde pública fazer emergir a obrigação solidária.

## Referências

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 20.06.2015.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 8.080 de 1990**. Disponível em <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>>. Acesso em 20.06.2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Lei nº 25 de 1937**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em 20.06.2015.

FREITAS, Vladimir Passos de. *A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais*. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

TAIPE-LAGOS, Carmen Beatriz; NATAL, Délcio. Abundância de culicídeos em área metropolitana preservada e suas implicações epidemiológicas. **Revista de Saúde Pública**. USP. São Paulo: 2003. p. 275-9.

VALENTIM, Luís Sérgio Ozório. **Requalificação Urbana, contaminação so solo e riscos à saúde: um caso na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

### **As raízes históricas da desigualdade ambiental no Extremo Sul do Brasil**

Eron da Silva Rodrigues<sup>19</sup>

Carlos RS Machado<sup>20</sup>

A cidade do Rio-Grande é historicamente marcada pela desigualdade social e exploração de famílias poderosas sobre as camadas pobres, sejam os indígenas locais, sejam os pobres trazidos para a região a ser ocupada durante as disputas entre os açorianos e os espanhóis, assim como os negros importados para escravização. Portanto, os espaços constituídos hoje na cidade são produto das relações e conflitos entre estes grupos.

Nos últimos anos a cidade passou por uma explosão econômica decorrente da construção e produção no polo naval, ainda em benefício de poucos empresários em desfrute dos recursos públicos. Neste cenário houve levas de migração do sudeste, norte e nordeste do país como mão de obra para as empresas do porto, emergindo manifestações de ódio e racismo históricos na região, mas despercebidos como consequências dos conflitos gerados pelo capitalismo e a injustiça e disputa de poder inerentes a ele. Assim destaco que a terra e os territórios, as riquezas e os espaços de poder são apropriados e usados em benefícios de poucos.

Fronteiras sempre foram regiões de intensas disputas e constantes conflitos. E no extremo sul do Brasil não fora diferente, principalmente no período que tange o século XVIII e XIX. Neste período, diríamos estarem se formando as raízes das classes e grupos sociais que, ainda hoje, através da educação nas escolas das cidades é contada como sendo de heróis e salvadores, desbravadores e lutadores contra selvagens, a

---

<sup>19</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG). Pesquisador do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil. rodrigues.eron@hotmail.com

<sup>20</sup> Professor do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (IE/PPGEA/FURG). Coordenador do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil.

natureza inóspita, a ampliação ou a garantia das “fronteiras brasileiras” que os espanhóis buscavam ocupar, invadir, dominar.

Edward Said vai mostrar que a produção literária na Europa aponta sempre no sentido colonizador com a afirmação de que o *outro* é o exótico, inculto, bárbaro e selvagem, justificando a exploração e a exclamação de superioridade do branco e das elites daquele continente sobre os povos escravizados da América e da África, utilizados para povoação e trabalho forçado para riqueza dos europeus. Esta perspectiva é ainda hoje reproduzida nos espaços educativos, na mídia e na imprensa servindo como apoio na produção das relações de poder contra aqueles grupos sociais considerados “de baixo”.

Não somente Helen Osório em sua tese de doutorado, mas também em outras publicações, bem como Fabio KUHN mostram que desde o início os açorianos trouxeram escravos.<sup>21</sup>

**Tabela 1 - Escravos importados pelo Rio Grande do Sul, 1792-1822 (OSÓRIO, 2007)**

Anos	Total de escravos importados pelo Rio Grande do Sul	Escravos importados do Rio de Janeiro	Escravos importados da Bahia	% importações do Rio de Janeiro
1792	-	316	-	-
1800	400	-	-	-
1802	519	452	66	87,1
1803	752	618	88	82,2
1805	559	515	28	92,1
1808	1.072	598	363	55,8
1809	768	585	139	76,2
1810	731	552	131	75,5
1811	1527	1 174	320	76,9
1812	1330	1168	110	87,8
1813	2073	1791	173	86,4
1814	3256	2560	297	78,6
1815	1297	1185	41	91,4
1819	1601	1537	23	96,0
1820	1443	1232	194	85,4
1822	-	1799	-	-

**Elaboração:** Eron Rodrigues.

Também os índios e pobres existiam, foram os primeiros acantonados na região de Bujuru (próximos à fazenda real), mas também em outras áreas. Os pobres

<sup>21</sup> Apesar de termos mapeado a vinda de escravos, conforme a tabela abaixo há relatos mais recentes de que desde o início os açorianos traziam crianças negras como escravas.

sejam os açorianos camponeses ou aqueles que foram roubados quando o comandante fugiu quando da chegada dos espanhóis a cidade em 1763. Podíamos citar ainda, a miséria em que viviam os Dragões, em 1748, quando tiveram que se amotinar para receber seus salários, roupas, viveres, etc <sup>22</sup>. Os períodos que abrangem o início do século XVIII e metade do XIX foram de inúmeras disputas de territórios entre as coroas portuguesas e espanholas, podemos observar no trecho abaixo como Francisco das Neves Alves esboça uma das principais causas para tais acontecimentos:

A primeira metade do século XVIII caracterizou-se pela consolidação do processo de expansão europeia, visto que um dos pressupostos básicos para sustentação do sistema econômico, predominante à época, era a formação de um arcabouço colonial, ocorrendo a partir disso uma série de conflitos entre diversos países europeus. As nações hegemônicas – Portugal e Espanha – passaram a perder força desde o fracasso da União Ibérica. (...) Nessa época, almejando recuperar mercados perdidos com o fim do domínio espanhol, Portugal iria eleger como um dos alvos de sua atenção na América, a expansão em direção à região platina. (ALVES, 2010.p.33-51)

E é nessa região conflituosa, onde já circulavam índios, contrabandistas de gado vacum, mercadores, que em 1737 é fundado o Presídio Jesus-Maria-José que deu origem a primeira cidade do estado do Rio Grande do Sul e que hoje é conhecida como cidade do Rio grande. Quanto a isto é possível observar a forte miscigenação já nos primórdios da fundação da cidade, como observa Luis Henrique Torres:

A partir de 1737, a atual cidade do Rio Grande se projeta como um laboratório de experiências culturais, biológicas e de complexas relações sociais que envolveram soldados, europeus, açorianos, índios, negros e colonizadores do Brasil e da Colônia do Sacramento. (TORRES, 2008. P.101)

Como se pode observar, embora nos dias atuais haja uma forte tendência a exaltar a formação da cidade do Rio Grande como exclusivamente açoriana, o que se tem na realidade, é uma negação de diferentes etnias na constituição de um povoado que deu origem ao que hoje entendemos como Rio Grande do Sul.

Em decorrência disso, afirmamos que a história contada nos livros e na Universidade tende a reproduzir esta história dominante e branca. Nossa perspectiva

---

<sup>22</sup>“De acordo com o escritor [*Paranhos Antunes*], “cinco anos havia que Silva Paes fundara aquele presídio militar na Barra Do Rio Grande de São Pedro”, e os mesmos “cinco anos fazia que os primeiros dragões ali aportados sofriam barbaramente, comendo o pão que o diabo amassou”. Destacou ele as péssimas condições de sobrevivência dos soldados – “aqueles verdadeiros heróis do presídio” – ligadas principalmente à falta de fardamentos, de mantimentos e de soldos, além dos maus tratos sofridos de parte de alguns oficiais superiores”. (ALVES, 2002, p.43)

neste trabalho é também procurar encontrar e evidenciar fatos e situações que nos possibilitem entender como e em que momento povos indígenas e africanas e populações com descendência espanhola passaram a serem renegadas pela historiografia tradicional brasileira e por que isto ainda ocorre em pleno século XXI. Também temos como intuito buscar em diferentes situações como esses atores que transitavam por esta região, utilizavam e exploravam o meio ambiente desta ponta do continente americano.

A história desse período, portanto, nos é contada quase que de forma única, contadas por militares portugueses ou seus aliados ou funcionários portugueses ou brasileiros brancos, muitos de origem portuguesa, e assim ressaltando o papel destes na história da cidade do Rio Grande e região. Nestas, os negros, os indígenas e ou espanhóis são os escravos, serviçais, inimigos, selvagens e/ou inimigos. É enaltecido o trabalho desses “desbravadores” portugueses, que contribuíram em muito para transformar uma terra até então “selvagem” num lugar apropriado para se viver e explorar suas riquezas naturais.

Assim, como hoje, a história não é feita ou resultado apenas pelas ações dos brancos ou das classes dominantes, sejam elas proprietárias de terras dos espaços de poder e das riquezas. Pelo contrário, seja a apropriação da terra, das riquezas produzidas, bem como a ocupação dos espaços de poder não decorre de atos unilaterais. Mas, sim em conflito e em contradição – entre as classes e grupos sociais - numa realidade de relações sociais e destas com o ambiente natural em processo que devem ser incorporados em perspectivas críticas seja da história ou da história ambiental.

## Referências

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Visões do Rio Grande: a vila/cidade na óptica europeia (1809-1887)**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2008.

ALVES, Francisco das Neves. **Os dragões no Rio Grande do Sul na visão de um historiador militar**. Rio Grande: BIBLOS, 14, pp. 39-46, 2002.

CESAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos**. 2ª.ed.Porto Alegre:EDURGS,1981.

\_\_\_\_\_. **O contrabando no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

CIPRIANO, Diego e MACHADO, Carlos RS. **Auguste de Saint-hillaire e a natureza: Relatos do rio Grande, 1820**. Mimeo.

- GUTFREIND, Ieda. **Historiografia sul-riograndense e o positivismo comtiano**. Estudos Leopoldenses, vol.30, n.137, 1994, p.69-78.
- KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul do Brasil da América Portuguesa – século XVIII**. Niterói: 2006.
- MAESTRI, Mario. **O escravo africano do RGS**. [Mimeo]
- MIRCO, Carmen Helena Braz. **Textos para o estudo da História do Município do Rio Grande, XVI – XVIII**. – Rio Grande: FURG, 1987.
- OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PILETTI, Felipe. **História do Rio Grande do Sul: história regional, 4º e 5º ano: volume único**. São Paulo: Ática, 2011.
- POSSAMAI, Paulo Cesar. **Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. **A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.
- QUIJANO, Aníbal. **Antología esencial de la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- SANTO, Miguel F. E. **Portugal e a Banda Oriental**. Montevideo: Tierraadentro: Instituto de Cultura uruguaio-brasileiro, 2010.
- TORRES, Luis Henrique. **A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra**. Rio Grande: Salisgraf, 2008.
- TORRES, Luis Henrique. **A colonização açoriana no rio grande do sul (1752 – 1763)**. Rio Grande, Salisgraf, 2004.

### **Educação Ambiental e transformação do ensino de História**

Juliana Pereira Pino

Daniel Prado (Orientador)

O presente texto pretende fomentar o debate sobre as possibilidades de diálogo entre o campo do saber da Educação Ambiental e o ensino de história, a fim de estimular indagações, discussões e o surgimento de novos projetos para o ensino de história. Sugerimos para tanto a metodologia da Pesquisa Ação Participante como base para o desenvolvimento de projetos que de Educação Ambiental no ensino de história e

vice-versa, pois as pessoas envolvidas no processo são pensadas como participantes e colaboradoras conscientes da pesquisa ou projeto de Educação Ambiental a ser desenvolvido, e não apenas como objetos de estudo. Interpretamos a escola como um espaço onde as crianças, adolescentes e pessoas adultas vivenciam experiências para além das salas de aulas. Influenciando a constituição da pessoa, desde o desenvolvimento corporal, motor e cognitivo até a formação emocional e política, a escola é espaço de inovação e também de conformação. É um lugar de ler e escrever, assim como de merendar, praticar esportes, conversar e fazer amigos. Desta maneira, o ensino de história deve lançar olhares para todas estas práticas.

O próprio nome “Pesquisa Ação Participante” soa como algo que envolve a transformação da realidade. Esta transformação acontece na medida em que propomos a construção de novos conhecimentos e a intervenção destes conhecimentos na mudança da realidade. Marília Tozoni-Reis, descreve a PAP da seguinte maneira:

A metodologia da pesquisa-ação participativa articula radicalmente a produção de conhecimentos, a ação educativa e a participação dos sujeitos envolvidos, isto é, produz conhecimentos sobre a realidade a ser estudada e, ao mesmo tempo, realiza um processo educativo, participativo, para o enfrentamento dessa mesma realidade. Essa modalidade de pesquisa qualitativa é também conhecida como pesquisa participante, pesquisa participativa ou simplesmente pesquisa-ação (TOZONI-REIS, 2005, p. 171-172.).

Ou seja, é uma metodologia de diálogo com o grupo social em que a pesquisa ou projeto acontece. Para Michel Thiollent:

[..] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 20).

Desta maneira, entendemos a PAP como uma metodologia que pode contribuir com a construção de projetos de Educação Ambiental nas escolas e no ensino da disciplina específica de história, mas, compreendemos no entanto que todo esse processo depende do interesse e participação de estudantes, professores, professoras, gestão e funcionárias na construção de novos saberes acerca da própria escola. Segundo Fals Borda:

A potencialidade da pesquisa participante está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito de estudo. Ela induz os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitarem ao juízo das comunidades em que vivem e trabalham em vez de fazerem avaliações de doutores e catedráticos. (FALS BORDA, 1988, p. 60)

Em linhas gerais, a metodologia PAP pode ser desenvolvida por meio dos seguintes passos: problematizar a realidade, pensar em ações para sanar os problemas encontrados, analisar os resultados obtidos para planejar novas estratégias e detectar novos problemas. Este processo pode desenvolver outras dinâmicas adequando-se ao grupo social, mas de maneira geral, permite um processo de aperfeiçoamento contínuo e auto crítica.

É preciso ter levar em conta diversas vozes para que a temática ambiental seja tratada com a devida importância pela escola. A Educação Ambiental é um tema complexo, expressando o conflito entre a sociedade ecologicamente correta e a socialmente justa idealizada nos documentos das conferências internacionais sobre Meio Ambiente<sup>23</sup> e a aceleração da degradação ambiental oriunda do modelo econômico capitalista industrial e da globalização, o tema do Meio Ambiente perpassa também o campo do ensino, e neste contexto a educação é pensada como estratégia. Resultante de debates travados desde a constituição da ecologia como ciência no século XIX, passando pelos movimentos de contra cultura e do ambientalismo da segunda metade do século XX, até chegar ao século XXI, a Educação Ambiental é um assunto que bate a porta da sala de aula, seja por meio do discurso da sustentabilidade<sup>24</sup>, da preservação ambiental ou da crítica social<sup>25</sup>, Desta forma há algumas décadas surgiram

---

23 Os anseios e preocupações com meio ambiente foram tema da Conferência de Estocolmo em 1972 que deu origem ao Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente-PNUMA. Posteriormente outras conferências foram criadas com o mesmo intento, o que vêm proporcionando uma mudança de paradigmas dos programas educacionais em diversos países. (REIGOTA, 1994, p. 16-18)

24 A ideologia do desenvolvimento sustentável expandiu-se a partir dos anos 1980 e desde então tornou-se a perspectiva dominante dentro do movimento da Educação Ambiental por meio de ações como O Programa Internacional da Educação Para o Futuro Viável lançado pela UNESCO em 1997 que substituiu o Programa Internacional de Educação Ambiental resultante da Cúpula da Terra de 1992, e também o documento intitulado Reforma da Educação para o Desenvolvimento Sustentável publicado e difundido pela UNESCO que propunham mudanças no campo do ensino escolar em escala global visando desenvolver recursos humanos e o meio ambiente afim de apoiar o progresso técnico e promover mudanças culturais e econômicas.

25 Para Lucié Sauve a “teoria crítica” que foi inicialmente desenvolvida em ciências sociais encontrou-se com a educação ambiental nos anos 1980 (SAUVÉ, 2005, p. 30) Esta corrente, preza pela análise das dinâmicas sociais que são a base das realidades e problemáticas ambientais como a análise de

no Brasil programas e políticas públicas que versam sobre a inserção da temática do Meio Ambiente como tema transversal de ensino. Assim o meio ambiente foi oficialmente lançado como desafio para educadores e educadoras de todo o Brasil.

É necessário que a comunidade tome conhecimento destes referenciais, com o acesso a informações para compreender os limites e possibilidades da escola com relação ao meio ambiente em que se insere. E o ensino de História pode contribuir para isso. Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõe por meio de Temas Transversais que o Meio Ambiente, bem como a Saúde, Orientação Sexual, Ética, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo devem ser temas abordados por todas as disciplinas escolares, orientando que embora as escolas possam ou não criar programas para abordar a temática ambiental, esta se faz presente, e mesmo sem intencionalidade são propagadas noções de Educação Ambiental, enfatizando ainda que o tema deve ser abordado de forma multidisciplinar, afim de contemplar a complexidade da questão:

Por exemplo, ainda que a programação desenvolvida não se refira diretamente à questão ambiental e que a escola não tenha nenhum trabalho nesse sentido, a Literatura, a Geografia, a História e as Ciências Naturais sempre veiculam alguma concepção de ambiente, valorizam ou desvalorizam determinadas idéias e ações, explicitam ou não determinadas questões, tratam de determinados conteúdos; e, nesse sentido, efetivam uma “certa” educação ambiental. A questão ambiental não é compreensível apenas a partir das contribuições da Geografia. Necessita de conhecimentos históricos, das Ciências *Naturais*, da Sociologia, da Demografia, da Economia, entre outros. (BRASIL, 1998, p. 27).

Ou seja, sabe-se que estes temas ainda não se encontram enraizados nos conteúdos curriculares e nos projetos na maioria das instituições de ensino, o que não quer dizer que não há desenvolvimento de pesquisas para a superação desta realidade. É necessário apropriar-se desses saberes para que o ensino de história relacione-se com a Educação Ambiental. Mas de que forma o ensino de história pode abordar a temática do Meio Ambiente?

Ao pensar no diálogo sobre o Ensino de História e o Meio Ambiente, concordamos com Circe Maria Bittencourt quando ela afirma “*Faz-se necessário intensificar a renovação do ensino de história, pensar na articulação entre o ensino e o saber produzido por um campo da história ainda pouco explorado pelo ensino, a História Ambiental.*” (BITTENCOURT, 2004). Nas palavras de um dos historiadores

---

intenções, valores ocultos e explícitos, posições, ações e argumentos de diferentes protagonistas de uma situação.

que ajudou a cunhar o termo, “*A história Ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida do homem*” (WORSTER, 1992). Ou seja, a grosso modo, este campo do conhecimento histórico tem como objeto de estudo o meio ambiente e a relação de seres humanos com o mundo natural. É um campo do saber histórico pode contribuir com a atualização de conhecimentos sobre diversas realidades ambientais

A história ambiental apresenta-se hoje como um campo vasto e diversificado de pesquisa. Diferentes aspectos das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais são esquadrihados anualmente por milhares de pesquisadores. A produção atual engloba tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais, e culturais. (PÁDUA, 2012, p.35)

Para Martinez, *A História ambiental é uma abordagem das questões ambientais no tempo e que encontra no meio ambiente o seu objeto de investigação.* (MATINEZ, 2006, p. 20) Para tal, a ciência histórica tem um objeto de investigação comum com outras ciências, como a biologia, geografia e a ecologia, no entanto preocupa-se com questões próprias de sua disciplina, como a relação do tempo com o meio ambiente, as mudanças antrópicas de paisagens, os sentimentos e ideias com relação a natureza, e práticas econômicas que interferem no meio ambiente e vice versa. Sendo assim, esta maneira de escrever História pode contribuir profundamente no debate para a compreensão dos problemas sociais do Brasil, sendo este um país cujo qual a economia foi sempre marcada pela questão da terra, da agricultura e extrativismo e por consequência, foi cenário de fortes mudanças climáticas e ambientais nos últimos cinco séculos.

Enfim, o objetivo de transformar o espaço e a prática de ensino de história pode receber grande contribuição do campo de estudos da História Ambiental para que seja possível realizar projetos de Educação Ambiental nas escolas. E conforme dito anteriormente, a metodologia da Pesquisa Ação Participante surge neste contexto, como uma ferramenta metodológica capaz de contemplar a complexidade da Educação Ambiental, pois descentraliza o protagonismo do projeto, visando respeitar a autonomia e empoderamento do grupo, afim de que todas as pessoas envolvidas participem conscientemente do processo dinâmico da elaboração da problemática e do planejamento das estratégias. O ensino de história torna-se assim, preocupado não somente com o passado, mas sim com uma história para o futuro, como sugere Carvalho

(2011). Enfim, não pretendemos esgotar o tema e sim lançar contribuições para novos questionamentos e novas possibilidades para a aproximação entre ensino de História e Educação Ambiental.

### Referências

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares**. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio Ambiente e ensino de história. **História & Ensino**. Londrina, v.9. p. 63-96. 2003.

CARVALHO, Ely Bergo de. Uma História para o futuro: o desafio da educação ambiental para o ensino de História. **Revista História Hoje**, v.5, n. 14, p. 1-10, 2011. Disponível em: <[http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=11916](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=11916)>. Acesso em 10/08/2015.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da Pesquisa Participante: Considerações sobre o significado e o papel da pesquisa na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante**. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense: 1988.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: Pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luis de Andrade, SILVA, Sandro Dutra e., DRUMMOND, José Augusto, TAVARES, Giovana Galvão. **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação ambiental**. Rio de Janeiro: Garamondi, 2012. p.17-38.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo: Editora Brasiliense. 1994.

SAUVÉ, Lucie. **Uma Cartografia das correntes em educação ambiental**. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel de. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. São Paulo: Artmed Editora S.A., 2005. p 17-50.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Pesquisa-Ação: Compartilhando saberes. Pesquisa e Ação educativa ambiental.** FERRARO JR. Luiz Antônio (org.). Encontros e Caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério da Educação. 2005. p. 266-275.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

### **Educação patrimonial: uma experiência de apropriação da paisagem como patrimônio cultural em Pedro Osório (RS).**

Tatiana Carrilho Pastorini Torres<sup>26</sup>

O presente texto é um recorte da Dissertação de Mestrado intitulada “Educação Patrimonial na Escola: uma experiência entre o ensino de História e o Patrimônio Cultural em Pedro Osório”. Esse trabalho teve a finalidade de buscar um novo direcionamento de reflexão e questionamentos na prática de ensino de História a partir da Educação Patrimonial, metodologia baseada na identificação e interação com o bem cultural que amplia as possibilidades de aprendizado e facilita a compreensão da história local e sua relação com os temas históricos mais amplos. Entende-se, ainda, que a Educação Patrimonial promove a educação do olhar, propiciando uma nova dimensão para o significado dos bens culturais; nesta direção, constitui uma ferramenta para o estudo da história das cidades, uma vez que, propicia um aprendizado mais dinâmico e valoriza a preservação dos bens de valor representativos na formação da identidade individual ou coletiva da comunidade. Tais considerações foram utilizadas como suportes para a pesquisa feita com discentes de duas escolas da rede pública do município de Pedro Osório, RS.

Sendo assim, organizou-se roteiros de percursos patrimoniais a partir da concepção e construção de patrimônios em conjunto com os alunos da Rede Básica de Ensino. Dessa maneira, identificou-se o bem cultural a partir do olhar discente sobre a cidade, uma vez que, a observação leva à capacidade de percepção, aspecto “essencial durante o aprendizado para o desenvolvimento do processo de pensamento e

---

<sup>26</sup> Licenciada e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora da Rede Básica de Ensino Estadual e Municipal de Pedro Osório/RS. [tatypastorini@yahoo.com.br](mailto:tatypastorini@yahoo.com.br)

maturação” (GRUNBERG, 2000, p. 165); em outras palavras, constitui o momento que de fato se olha o que antes passava despercebido. A seguir, registrou-se o bem cultural por meio de fotografias, desenhos e relatos escritos, a fim de se estabelecer a sistematização acerca das informações e relações contidas no bem cultural no tempo presente (FRAGA, 2010, p. 228). Por fim, a terceira etapa, que corresponde à valorização do bem cultural, ou seja, o momento da socialização, comunicação e divulgação das percepções do bem estudado (FRAGA, 2010, p. 228).

Entre esses percursos foram escolhidos três que envolviam a paisagem dos rios Santa Maria e Piratini, locais muito utilizados como espaços de lazer, convivência social e trocas culturais. Mateus, aluno do Ensino Fundamental, definiu o patrimônio natural como “qualquer paisagem que não tenha sido construída pelo homem” (Turma 71, jun. 2012) e que se torna patrimônio cultural porque “começam a usar e aproveitar como lazer” (Andressa, turma 71, jun. 2012). A partir destas definições, percorreu-se o Camping Municipal, a Orqueta e as Pedrinhas. Entretanto, ressalta-se que, inicialmente, o lugar denominado “Pedrinhas” não estava previsto no roteiro, mas durante a caminhada pelo “arroio”, os alunos optaram por apresentar o “lugar deles”<sup>27</sup>. Conforme as palavras de Miriane, aluna da 7ª série (Turma 71, jun. 2012): “a gente foi na Orqueta e ficamos enchendo a professora até ela ir nas pedrinhas e lá fizemos nossas brincadeiras”.

O Camping Municipal Paulo Roberto Pons, às margens do Piratini, é um dos lugares mais lembrados no trabalho de pesquisa desenvolvido com alunos da Rede Pública de Pedro Osório. Conforme Flávio, aluno da Educação de Jovens e Adultos (Totalidade 3, jul. 2012), o Camping é um lugar onde as pessoas desfrutam da convivência entre si e com a natureza. Já, para o grupo de reportagens do *site* pedroosorio.net, relevante meio de veiculação das notícias locais, o Camping “é o principal ponto turístico da cidade, constituindo-se em verdadeiro patrimônio natural reconhecido por toda comunidade que dele desfruta”<sup>28</sup>. Esse espaço possui uma área de lazer com banheiros, quiosques, bar, quadras esportivas, água e luz; também é a sede da maioria dos eventos que acontecem na cidade; muitos shows de rock movimentaram o Camping e as ruínas da antiga ponte do trem: entre eles, em 2001, o

---

<sup>27</sup> Assim definido pelos alunos.

<sup>28</sup> <http://www.pedroosorio.net/news/2687>. Acesso em 05/03/2014.

Pedrostock, “acampamento ecológico” idealizado pelo músico Edu Damatta<sup>29</sup> e o Pedrostock in Rio no encerramento da temporada de verão do ano de 2014.

Outro espaço eleito como patrimônio natural nos relatos analisados, foi a Orqueta, do espanhol horqueta, diminutivo de horcón, cuja tradução seria forquilha (XAVIER, 2002, p. 22), assim denominada pela proximidade com a bifurcação formada pelo encontro das águas do Arroio Basílio (ou Santa Maria) com o Rio Piratini. Nesse lugar, passado e presente se entrelaçam nas lembranças da comunidade pedrosoriense; muitos acontecimentos marcaram aquela parte das margens do afluente do Rio Piratini, que corre por baixo da ponte que liga Pedro Osório ao interior de Piratini. Para Jaqueline, aluna do Ensino Fundamental, a Orqueta é um lugar de beleza natural, onde os moradores, “além de desfrutar a água e se divertir com a família e amigos, tem muitos cantinhos bonitos para quem só quer passear” (Turma 71, jun. 2012). A imagem, a seguir, mostra uma parte da Orqueta.

**Imagem 01: A Orqueta (2012)**



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres.

Por outro lado, no que diz respeito à Orqueta, o bairro de mesmo nome é muito citado nos relatos analisados, especialmente pelas marcas das enchentes registradas nas construções, nas ruínas ou na ausência total de algo que ali existiu. De acordo com José

<sup>29</sup> Fonte: Jornal Diário Popular, de Pelotas, de 20/04/2001, Caderno Cultura. Disponível em: [http://www.diariopopular.com.br/20\\_04\\_01/tr180402.htm](http://www.diariopopular.com.br/20_04_01/tr180402.htm). Acesso em 05/03/2014.

Luiz, aluno da EJA, “o bairro Orqueta é muito conhecido em Pedro Osório” e precisa ter sua história preservada (Totalidade 3, jul. 2012). Ainda, às margens do Arroio Basílio (Rio Santa Maria), outro espaço natural de lazer, as “pedrinhas”, foi identificado pelos alunos do Ensino Fundamental e também moradores das proximidades da Orqueta, como o “lugar deles”; falaram de sua preocupação com o futuro desse espaço, o qual adotaram como o “seu patrimônio”. Segundo eles “as pessoas deveriam cuidar do patrimônio” já que “é um local cultural onde as pessoas tem costumes transmitidos” (Jaqueline, turma 71, jun. 2012); um espaço reservado às brincadeiras e às tradições familiares de escalar árvores para coletar “barbas-de-pau”, utilizadas na confecção de ninhos de Páscoa ou buscar determinadas folhagens para práticas ritualísticas em religiões afro-brasileiras e uso medicinal (Relato de aluno, jun. 2012). Então, interpreta-se essas falas como manifestações de uma relação de pertencimento com esse espaço apropriado e integrado às suas vidas e seu cotidiano (PELEGRINI, 2009, p. 35). A imagem, abaixo, representa a localidade das “pedrinhas” e o esforço de três alunos do Ensino Fundamental em retirar uma embalagem plástica flutuando nas águas do Arroio, com o propósito de evitar a poluição e destruição do lugar adotado por eles como seu patrimônio.

**Imagem 02: As “pedrinhas” (2012)**



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

Portanto, os percursos feitos pelos lugares com paisagens naturais revelaram assimilações que evidenciaram uma relação de pertencimento; a utilização do espaço natural como local do “fazer” cultural. Logo, percebe-se o significado dado por eles ao ambiente, que, para muitos não passa de uma paisagem a ser observada. Nesse sentido,

o lugar apresenta a dimensão física das tradições e memórias marcadas por eventos histórico e cultural (CASTRIOTA; SOUSA, 2014, p. 58).

### Referências

CASTRIOTA, Leonardo; SOUSA, Vilmar. **A força do lugar: patrimônio cultural e memória urbana.** In: *Lugares: patrimônio, memória e paisagens.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

FRAGA, Hilda Jaqueline. **A cidade como documento no ensino de história.** In: POSSAMAI, Zita Rosane (org.). *Leituras da cidade.* Porto Alegre: Evangraf, 2010.

GRUNBERG, Evelina. **Educação patrimonial: utilização dos bens como recursos educacionais.** *Cadernos do CEOM, Chapecó, SC, Argos, n° 12, 2000, p. 159-180.*

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini. **Educação Patrimonial na Escola: uma experiência entre o ensino de História e o Patrimônio Cultural em Pedro Osório (RS).** Rio Grande, 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande, 2014.

### **Escravidão e exploração ambiental na extração do pinus heliotis<sup>30</sup> em São José do Norte: Educação Ambiental, conflitos ambientais e justiça ambiental**

FERREIRA, Samuel Crissandro Tavares<sup>31</sup>

PRADO, Daniel Porciúncula

### Introdução

No extremo sul do Brasil, ainda se perpetua o uso vergonhoso da mão-de-obra escrava, colocando os trabalhadores em condições desumanas e humilhantes, sem nenhuma possibilidade de alteração dessa prática. Nesse ínterim, a exploração natural da região se entrelaça com essas práticas ilegais de exploração, configurando desse modo uma agravante injustiça ambiental nessa região. Em São José do Norte, no Rio Grande do Sul, uma prática extrativista tem alcançado tamanha repercussão. Tanto pela

---

<sup>30</sup> Pinus heliotis : é uma espécie de pinheiro originária do Novo Mundo. Essa espécie possui distribuição pela América do Sul e América do Norte. Existem muitas áreas de reflorestamento desse pinheiro na América do Sul. O uso da sua madeira e resina são utilizadas no paisagismo, arborização, construção civil, indústria mobiliária e na fabricação de inúmeros produtos (tintas, vernizes, laquês, desodorantes, desinfetantes, sabões, xampus, chicletes e etc).

<sup>31</sup> Graduado em História Bacharelado com Ênfase em Patrimônio Socioambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Licenciando em História Licenciatura pela mesma instituição.

atividade extrativista em si, quanto as relações que ela estabelece na região: o trabalho escravo. Além da utilização da resina retirada do *Pinus heliotis* para a fabricação de xampus e chicletes, a madeira das árvores também é utilizada. De igual modo, sobre denúncias das péssimas condições com que os trabalhadores são submetidos, a Procuradoria Regional do Trabalho tem cada vez mais aumentado a intervenção em tais casos, obtendo flagrantes e por meio de fiscalizações multando os “empregadores”.

A região em São José do Norte (RS) é uma das mais pobres do estado, o que não justifica o trabalho escravo, mas facilita que o *gato*<sup>32</sup> alicie os trabalhadores e os coloque em condições desumanas. As condições em que os trabalhadores são lançados nas propriedades em que executam a extração da resina são diversas. Em uma das propriedades os empregados eram obrigados a usar água de uma lagoa para cozinhar, tomar banho e beber. Em todas as propriedades fiscalizadas os “alojamentos” eram feitos praticamente de “remendos” de madeira com lonas, e em nenhuma das propriedades haviam instalações sanitárias decentes. Para agravar a situação dos trabalhadores, muitos não possuíam sequer a Carteira de Trabalho e Previdência Social, impossibilitando os mesmos de alcançarem os seus direitos como trabalhadores perante os empregadores. Além de terem que comprar alimentos superfaturados em “mercados” e estabelecimentos sinalizados pelos “gatos”, esses produtos eram diretamente descontados do salário dos trabalhadores, e por causa disso, muitos ficavam sem seus salários por causa da alta dívida nesses estabelecimentos.

Em São José do Norte há milhares de hectares plantados de *Pinus heliotis*, o que permite uma grande extração da resina (utilizada na fabricação de inúmeros produtos), além da extração da madeira também utilizada na indústria madeireira. Essa relação estabelecida com a plantação-extração do *Pinus heliotis* e as condições análogas a escravidão que os trabalhadores em São José do Norte são lançados, configura um gravíssimo panorama socioambiental da região do extremo sul do Brasil.

## **Fundamentação Teórica**

### **Educação Ambiental**

Olharmos através da Educação Ambiental para as relações existentes na região em que está o nosso objeto de pesquisa, nos possibilitará enxergar o contexto de modo

---

<sup>32</sup> Aliciador dos trabalhadores. Intermediários dos empregadores.

crítico, nos certificando das relações e inter-relações que configuram a realidade dessas populações ligadas a plantação-extração dos pinheiros.

A Educação Ambiental promove a conscientização e esta se dá na relação entre o “eu” e o “Outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida (LOUREIRO, 2004, p.29).

Ao analisarmos de forma complexa a região e o seu meio ambiente, estamos lançando novos desafios para a nossa sociedade, pois ao mesmo instante que nos posicionamos em favor da emancipação e da transformação social, conseqüentemente estaremos “apontando” uma retomada nos nossos caminhos, principalmente no que tange a nossas relações de produção e consumo, politização das populações, bem-estar público, construção de uma sustentabilidade, outra maneira de nos relacionarmos com as outras espécies do planeta e a democracia sendo colocada em prática, nos permitindo estabelecer outros patamares de sociedade. Por isso, ao analisarmos o caso da escravidão e exploração ambiental na extração do *Pinus heliotis* pelo viés da Educação Ambiental, nos permitirá revelar e denunciar as problemáticas resultantes do processo capitalista, que estabelece na região uma condição de “uso” tanto nas populações, quanto na natureza.

### **Conflito Ambiental**

É caracterizado como Conflito Ambiental o embate que se dá entre certos indivíduos ou grupos sociais de uma determinada localização, contra poderes hegemônicos, que ao utilizarem o seu poder político e econômico, perpetuam a sua ação sobre os mesmos territórios ou áreas que lhe interessam. O Conflito Ambiental é um indicador que há alguma injustiça ambiental, que pode ser notada na organização de certos grupos e coletivos, na luta por territórios, moradia e habitação, mobilidade urbana, trabalho, saúde, educação e outros. Sendo assim, os conflitos não são categorias fechadas, e por mais que alguns venham a se agrupar e assemelhar, o mapeamento de conflitos ambientais tem mostrada que as lutas que caracterizam os Conflitos Ambientais são diversificadas. Assim como afirmam Zhouri e Laschefski (2010):

Os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Nesse sentido, tais conflitos não se restringem apenas a situações em que determinadas práticas de apropriação

material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial (2010, p.17-18).

Em particular, cabe destacar que o presente projeto possui interesse em identificar se nas localidades extrativistas dos pinheiros ocorre Conflitos Ambientais, e se existir, partir para um mapeamento dos mesmos.

## **Justiça Ambiental**

Surge conceito Justiça Ambiental para percebermos a apropriação desigual de um determinado espaço, assim como a desigual divisão econômica feita pelo processo capitalista. Geralmente as injustiças ambientais são geradas em comunidades com pouco poder político, organizativo ou representativo.

Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informais, tem sido consagrado um termo *injustiça ambiental*. Como contraponto, cunhou-se a noção de injustiça ambiental para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais (ACSELRAD et al., 2009,p.9).

E além de perpetuar a miséria em determinadas regiões exploradas, as populações que sofrem injustiças ambientais ainda são prejudicadas com o ônus que a exploração natural sofre.

Certas localidades destacam-se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Os moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos de poluição”, onde desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais” (ACSELRAD, 2004, p.12-13).

## Metodologia

No prosseguimento da pesquisa utilizaremos alguns referenciais metodológicos que irão embasar o sucesso da pesquisa. Tendo em vista que a pesquisa propõe um mapeamento levantamento bibliográfico e histórico da região e a coleta de dados para que possamos analisar a realidade encontrada na extração dos pinheiros, precisamos estar firmados em metodologias científicas que nos possibilite perceber minuciosamente o que estamos pesquisando.

A metodologia é muito mais do que simples regras de como fazer pesquisa. Ela auxilia a refletir e propicia um “novo” olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo“ (GOLDEMBERG, 1999, p.11).

Será de grande valia, o entendimento da realidade pesquisada, por isso o objetivo metodológico deverá ser a pesquisa qualitativa (MINAYO,1996). Esse mesmo autor, possui grande experiência nas pesquisas voltadas para as práticas sociais. Por isso a pesquisa será pré-estruturada basicamente nessas etapas que tentaremos descrever de forma direta:

- Pesquisa bibliográfica: Pesquisar nas diferentes formas de publicação e comunicação, a existência de materiais que nos possibilite visualizar as relações extrativistas do *Pinus heliotis*, assim como as relações de trabalho (que constataremos se análogas a escravidão ou não) nessa região. Identificar nos materiais levantados, as injustiças ambientais que se perpetuam e que permitem uma destruição ambiental (social e natural). Sempre tentando conciliar nesses levantamentos bibliográficos, quem são os “injustiçadores”, ou seja, os principais empregadores e empresas que legitimam a configuração extrativista da região de São José do Norte (RS) (BONI e QUARESMA, 2005).

- Entrevistas Semiestruturadas: As entrevistas serão desenvolvidas, após aproximação com os atores locais que configuram (ou configuraram) as relações de trabalho na extração dos pinheiros. Nas aproximações que conseguiremos, elaboraremos um roteiro de entrevistas que nos ajudará a perceber no discurso dos atores sociais desses lugares (assim como daqueles que outrora já estiveram nessa região de extração) e identificar as reais condições de trabalho e exploração ocorridas e ocorrentes, fazendo com que a “voz” desses atores sociais e locais seja escutada. Ou seja, o pesquisador será

na verdade um “canal” para que a realidade consiga vir para a superfície (RIZZINI *et al* , 1999; SEIXAS, 2005; BONI e QUARESMA, 2005 e HAGUETTE, 2000).

As entrevistas que conseguiremos, passaram pelo referencial metodológico de outra autora, que compreende e atende a metodologia da Análise de Discurso, importantíssima metodologia de análise. Nesse caso, na análise das entrevistas com os atores locais usaremos Eni Orlandi, que afirma:

A análise de discurso não é um método de interpretação, não atribui nenhum sentido ao texto. O que ela faz é problematizar a relação com o texto, procurando apenas explicitar os processos de significação que nele estão configurados, os mecanismos de produção de sentidos que estão funcionando (1999, p.117).

Precisamos perceber, o que será dito e o “não dito” nas falas daqueles que serão entrevistados e que fazem parte da configuração de tal espaço, para que possamos problematizar com a construção dos processos históricos nessa região de extração e exploração em São José do Norte. Com base nessas ferramentas metodológicas e nessas etapas de construção da pesquisa, nos apoiamos para a construção de um trabalho que possa ser de grande significância e utilidade para a sociedade, evidenciando de modo concreto, uma pequena parte da realidade ambiental do extremo sul do Brasil.

## Referências

- ACSELRAD, H., MELLO, C.C. & MENEZES, G.D., 2009. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 9.
- ACSELRAD, H., 2004. Apresentação: De “botas foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSERARD, H. (Org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 12-13.
- BONI, V. & QUARESMA, J., 2005. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**.
- GOLDEMBERG, M. , 1999. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 3 ed., Rio de Janeiro.
- HAGUETTE, T.M., 2000. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 7 ed., Petrópolis: Editora Vozes.
- LOUREIRO, C. F. B., 2004. **Trajetos e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, p. 29.
- MARTINS, S. F., 2006. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, p. 63.

MINAYO, M.C.S., 1996. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6 ed., Petrópolis: Editora Vozes.

ORLANDI, E.P., 1999. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez.

RIZZINI, I., CASTRO, M.R., & SARTOR, C., 1999. **Pesquisando: Guia de metodologias de pesquisas para programas sociais**, Rio de Janeiro: EDUSU.

SEIXAS, C.S., VIEIRA, P.F. & BERKES, F., 2005. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis.

ZHOURI, A. ; LASCHEFSKI, K., 2010. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais : um novo campo de investigação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 17-18

### **História Ambiental e Educação Ambiental: Um diálogo em busca de fundamentos do saber-fazer nos espaços educativos para o *ser mais***

Lisiane Costa Claro<sup>33</sup>  
Vilmar Alves Pereira<sup>34</sup>

#### **Introdução**

Quando pensamos nos espaços educativos, problematizamos, enquanto educadores e pesquisadores, a constituição dos saberes construídos a partir das experiências tramadas no campo da existência e concretude dos sujeitos partícipes do processo de ensino-aprendizagem. Sobretudo, é preciso problematizar a serviço de quais saberes estamos propondo-nos a cada conteúdo revisitado, forma de abordagem, metodologia de ensino e, para além disso, a serviço de qual concepção educativa estamos trabalhando.

É nesse horizonte, que (re)avaliar nossa postura nos espaços que ocupamos por termos a formação que nos constitui enquanto intelectuais orgânicos, exige a busca pelas bases que nos impulsionam a cada proposta de cunho educativo. Bases essas, as quais precisam ser revisadas constantemente, mas que, igualmente, precisam estar alicerçadas em um projeto maior: um projeto que conduza o sentido ontológico da educação. Para Freire, a educação precisa estar a favor do *ser mais*. Por isso, objetivamos, ao salientar a necessidade de retomarmos o campo dos fundamentos na esfera educativa, realizar um diálogo entre a História Ambiental e a Educação Ambiental enquanto possibilidade de contributo a um saber-fazer nos espaços educativos que tenha como interesse o empoderamento dos sujeitos aprendentes.

<sup>33</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, PPGEA/FURG. lisianecostaclaro@hotmail.com.

<sup>34</sup> Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, PPGEA/FURG. vilmar1972@gmail.com.

Desse modo, ao indagarmos sobre a possibilidade de aproximação entre a História Ambiental e a Educação Ambiental para o alcance de alguns fundamentos educativos coerentes as viabilidades de *ser mais*, apostamos em formas mais coletivas, solidárias e emancipadoras da reconstruções do saber-fazer nos espaços que ocupamos e que nos constitui enquanto docentes e educadores.

### **Tranças da História Ambiental, Educação Ambiental e o sentido do *ser mais***

Paulo Freire (1987) apresenta a relação entre desumanização e humanização ao ressaltar a possibilidade da vocação ontológica do *ser mais*: na medida em que o sistema reproduz processos de opressão e alienação, desumanizando os sujeitos, a negação dessa condição, expressa nas lutas em busca de uma outra lógica, que não a do mercado, demonstra a infinitude do ser. Esse ser, inacabado, inconformado com sua condição (de *ser menos*), portanto consciente de tal situação no mundo, ao realizar os enfrentamentos dessa concretude, protagoniza um duplo processo: o de denunciar a realidade e o de anunciar outras possibilidades de fazer-se **no** mundo e de fazer **o** mundo. Assim:

Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, *o ser menos*. (FREIRE, 1987, p.17).

Nesse horizonte, o processo de humanização é possível, sobretudo, necessário, na busca pela superação da sociedade de classes. Aqui, tentaremos compreender nos campos evidenciados, na História Ambiental e na Educação Ambiental, possibilidades da construção de bases no campo educativo para uma prática em coerência com *o ser mais*.

De maneira breve e comprometida, passamos a compreender o campo da História Ambiental no sentido capaz de dialogar com a proposta ontológica da educação. Logo, abordamos as possibilidades da Educação Ambiental para pensarmos como esses dois campos viabilizam a elaboração dos saberes-fazeres que realoquem os atores sociais enquanto protagonistas de seu caminho.

Para Drummond (1991), a História Ambiental resulta de um projeto de alguns historiadores os quais compreendem a importância de ajuste entre diferentes temporalidades: o tempo geológico (ou natural) e o tempo social. Trata-se de um esforço em combinar a história natural com a história social, conceber sociedade e natureza articuladas, atribuindo aos componentes naturais a capacidade de condicionar de maneira significativa as sociedades.

Desse modo, o campo em evidência, confere a dinâmica da natureza um estatuto de agente condicionador cultural, mas da mesma forma, entendendo que a cultura humana age sobre o meio físico material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos.

Em diálogo a essa compreensão de influência dos elementos naturais na construção cultural, cabe retomar os tensionamentos entre a elaboração do escopo conceitual de natureza:

Na sociedade ocidental, veremos que subjacentemente às relações sociais instituídas em meio a tensões, conflitos e lutas, elabora-se um conceito determinado de natureza que fundamentalmente dela desloca o homem. E aí se torna fácil perceber por que o imaginário ocidental costumeiramente associa à natureza os segmentos ou classes sociais oprimidos e explorados, naturalizando essas condições (PORTO-GONÇALVES, p.125, 2011).

Consideramos que a História Ambiental demonstra a aproximação desses elementos que por tanto tempo foram postos num patamar dicotômico com a lógica de uma racionalidade instrumental concebida em um pensamento moderno científico ainda preso aos moldes cartesianos.

Entre os aspectos metodológicos da área enquanto campo do conhecimento, Drummond (1991) destaca que os estudos apresentam os seguintes traços: a ênfase em regiões com determinadas identidades naturais (o que tocaria no campo da territorialidade, em outras palavras); o diálogo com as ciências naturais (em suas questões ecológicas ao focar nas condições físicas dos espaços de análise); consideram as interações entre o quadro dos elementos naturais e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas; utilizam uma grande variedade de fontes e realizam trabalhos de campo com esforços em compreensões sobre as transformações paisagísticas e seus significados.

A partir desses aspectos salientados, é possível compreender que o campo anuncia algumas possibilidades na produção científica, as quais, queremos aqui, aproximar da construção dos saberes-fazer nos espaços educativos, tais como: a interdisciplinaridade enquanto promotora de novas produções e ações que considerem a interação entre homem e natureza, o reconhecimento das produções no bojo da existência de diversos modelos de sociedade e, portanto, destacando as sociedades tradicionais e suas leituras de mundo, tanto presentes dos contextos de estudo quanto na diversificação das fontes utilizadas para a compreensão das problemáticas identificadas.

Esses traços estão entrelaçados com a Educação Ambiental no seu sentido transformador, pois esse campo afirma seu espaço ao reivindicar, entre outras questões, uma pedagogia que contesta a *educação bancária*, tradicional e pautada na concepção que não reconhece os saberes dos sujeitos que participam do processo educativo.

Loureiro (2009), enfatiza essa necessidade de abordar uma *Educação Ambiental Crítica*, haja vista que determinados conceitos e categorias teórico-metodológicas na área da Educação Ambiental tornaram-se tão recorrentes na fundamentação de ações, projetos e programas de forma a perder sua *razão de ser*, o que acarretou no inócuo entendimento do que caracteriza a Educação Ambiental<sup>35</sup>. Sobre um possível fundamento caro ao saber-fazer no horizonte do *ser mais*:

Educar é emancipar. A ação emancipatória é o meio pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização. Emancipação e transformação social são elementos que explicitam não se tratar de uma Educação Ambiental genérica, de um conjunto de conceitos que servem indistintamente para qualquer atividade que se autodenomeie como Educação Ambiental". (LAYRARGUES, p.15, 2009)

Dessa forma, ao buscar o sentido ontológico da concepção educativa que se proponha no sentido do *ser mais*, não consideramos enquanto proposta transformadora qualquer ação e produção que se intitule enquanto Educação Ambiental, mas que não

---

<sup>35</sup> Cabe aqui reconhecermos que essa problemática identificada pelo autor, ainda, e talvez como nunca, se faz urgente: a retomada pela demarcação do que é a Educação Ambiental que se proponha subverter a lógica dominante e daí, sim, configurar-se enquanto emancipadora e transformadora. Contudo, abordamos que esse campo em permanente construção, anuncia possibilidades nas entrelinhas identificadas nas práticas e na construção de projetos que insistem em localizar os embates existentes nos campos que parecem estar invisíveis aos espaços institucionalizados ou legitimados dentro do modelo em que vivemos. Para além dos conflitos, ou, junto a eles, vamos aprendendo com os sujeitos que coletivamente apresentam outras formas de pensar e fazer o mundo. Reconhecemos as experiências junto as camadas oprimidas que resistem, elementos que nos façam pensar uma Educação Ambiental que assuma seu caráter de transformação social e que alcancem a formação de sujeitos que se reconheçam na busca por *ser mais*.

tenha enquanto razão de ser, a mudança radical da lógica que sustenta a condição opressor-oprimido.

Todavia, compreendemos que a construção dos saberes-fazer nos espaços educativos, sejam eles formais ou não, se dão a partir de um processo. Para tanto, defendemos que essa dinâmica é iniciada quando há o reconhecimento dos diversos saberes presentes nos coletivos que participam dos ambientes em que ocupamos enquanto educadores e pesquisadores. Cremos que ser esse, um primeiro passo para a elaboração de uma compreensão mais alargada de mundo, no sentido de uma *racionalidade ambiental*, a qual é capaz de ultrapassar os sentido utilitaristas planejados no bojo de uma *racionalidade instrumental*.

### **Considerações**

Compreendemos que a História Ambiental ao constituir-se com contribuições oriundas do movimento ambientalista e tronando-se um campo de estudos com aspectos que se vinculam a ação do homem no mundo, reconhecemos o desdobramento desse mesmo movimento num processo que emerge junto à esfera educacional. Esse processo é instigado a partir da necessidade de busca por bases pedagógicas para a abordagem das problemáticas em torno do meio ambiente e da interação entre sociedade e natureza.

Nessa trajetória, podemos afirmar que a Educação Ambiental é um campo demarcado por disputa e viabilidades, o qual considera as contradições emergentes da concretude e existência, com os conflitos e processos opressores nas sociedades, mas que anuncia outros modos de compreensão e ação no mundo se articulado a um projeto educativo que objetive o *ser mais*.

Assim, tanto a História Ambiental quanto a Educação Ambiental, apresentam possibilidades do trabalho educativo junto aos sujeitos coletivos historicamente subalternizados ao considerar os saberes das diferentes sociedades e os impactos da ação humana no meio, bem como a ação dos elementos naturais enquanto condições para a construção cultural, demonstrando a viabilidade de transformação radical.

### **Referências:**

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n 8, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação Ambiental com compromisso social: o desafio das desigualdades.** In.: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo de Souza (Orgs). **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente.** 15<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

### **História Ambiental da ilha de Santa Catarina, SC: condicionantes geopolíticos**

Washington Ferreira<sup>36</sup>; Bread Soares Estevam<sup>37</sup>

#### **Introdução**

As razões pelas quais um determinado sítio costeiro, ao longo de sua história, teria adotado como modelo para o seu processo de desenvolvimento, as estruturas e funções de um núcleo urbano, uma área industrial, um complexo portuário, ou uma combinação dentre estas possibilidades, são complexas e diversas. O objetivo deste trabalho é tentar identificar algumas destas razões, olhando para as diferentes etapas históricas e a sucessão dos distintos ciclos político-econômicos na Ilha de Santa Catarina (Florianópolis, SC) e sua relação com as principais atividades socioeconômicas que foram (e vem sendo) desenvolvidas neste território insular.

#### **Metodologia**

Esta contribuição situa-se na perspectiva de aproximação entre a História Ambiental (Pádua, 2010) e do Gerenciamento Costeiro Integrado (Polette et al, 2006), utilizando-se como Estudo de Caso (Yin, 2005), a Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis, SC. Procedeu-se a revisão bibliográfica e análise documental de um conjunto de fontes históricas e autores contemporâneos sobre a região, definindo-se como base ou "unidade de trabalho" as etapas históricas ou ciclos econômicos. Foi sumarizado o conjunto de etapas com influência no desenvolvimento da Ilha de Santa

---

<sup>36</sup> Bolsista (Estágio de Pós-doutorado) da CAPES (Projeto N° A047/2013). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. E-mail: [thalassoching@yahoo.com.br](mailto:thalassoching@yahoo.com.br)

<sup>37</sup> Bacharel em História, Mestre em Educação Ambiental. E-mail: [bsestavam@yahoo.com.br](mailto:bsestavam@yahoo.com.br)

Catarina e região, integrando eventos e processos de múltiplas escalas. Estas etapas foram então analisadas, quanto aos seus condicionantes geopolíticos e as atividades socioeconômicas viabilizadas ou decorrentes de cada um destes contextos.

### **Resultados e discussão**

As sucessivas etapas históricas e atividades econômicas da Ilha de Santa Catarina podem ser mais bem percebidas quando se condensam os diferentes contextos temporais e políticos. Entre 1738 e 1742, o brigadeiro José da Silva Paes iniciou a construção das fortalezas (TONERA, OLIVEIRA, 2015: 29), seguido pelo povoamento de imigrantes açorianos, entre 1748-1756 (REIS, 2012: 60-61). “Este é um marco fundamental para entender as etapas relativas do desmatamento da Ilha: em menos de 08 anos, a população local subiu para mais de 5.000 pessoas” (CARUSO, 1983: 80). A partir de meados do século XVIII, a Coroa passou a “arrecadar os direitos referentes à pesca da baleia, à passagem de animais, ao corte de madeira, e ainda, à cobrança de dízimos reais” (OLIVEIRA, 2007: 28). Os primórdios da colonização da Ilha apresentam as “atividades que serão marcantes em todo o desenvolvimento da cidade: as atividades político-administrativas e portuárias” (REIS, 2012: 61). Neste contexto, o recrutamento dos colonos para as milícias locais e forças militares veio a tornar-se uma das causas da decadência da atividade produtiva da Ilha (CARDOSO, 2000: 44), baseada no *Extrativismo* (utilização de madeira, para confecção e reparação de embarcações e lenha, sobre a floresta ombrófila e os manguezais), *Agricultura*: (cultivos de subsistência - hortifrutigranjeiros e criação de pequenos animais) e *Pesca artesanal* (apesar da grande produtividade biológica da Ilha e seus entornos, sua representatividade sempre foi reduzida). O aporte dos imigrantes açorianos determinou a exploração intensiva do território (PORTO FILHO et al, 2012: 05), para abastecer as guarnições militares e as embarcações de passagem (SILVA, 2008: 405). Em 1796 registram-se 884 engenhos de mandioca, 192 de aguardente, 63 de açúcar e 32 curtumes (MAAR, 2000: 244). A cana-de açúcar, entre os séculos XVI e XVII (com mão-de-obra escrava), garantiu a base da economia nacional (ROSAS, 2013). Durante a Guerra do Paraguai, a Ilha intensifica sua produção de farinha, já com sinais evidentes de uma crise (CESCO, 2011: 10-11). Nos meados do século XIX, “a elite do Desterro era constituída de comerciantes e armadores” (REIS, 2012: 61); durante todo o século XIX e início do XX, este porto escoava grande parte da produção agrícola regional (farinha, aguardente, açúcar e madeira). O início da decadência do porto de Florianópolis foi

marcado pelo progressivo assoreamento, a inauguração da ponte Hercílio Luz (1926) e a substituição do transporte marítimo e ferroviário pelo rodoviário. A partir da segunda metade do século XIX, houve a crescente instalação de funcionários públicos (CESCO, 2011: 12). Paralelamente, a modernização e sanitização da capital impuseram grandes mudanças na paisagem e arquitetura urbana (LUNARDELLI, 2013); a necessidade da expansão da área urbana exigiu uma série de aterros nas margens da Ilha (PROCHNOW, 2009). O início da aviação comercial na cidade (1927) prometia desencadear a exploração a Ilha para fins de turismo, contudo, a *Grande Depressão* norte americana (1929-1933) viria postergar esta atividade. Na década de 1930 o banho de mar se consolidou, sendo finalizada a construção do Hotel Balneário de Canasvieiras (FERREIRA, 1998: 98) e a instalação crescente de casas de veraneio. A partir dos anos 1940, a imprensa retoma o projeto de turismo (GUIMARÃES, 2006: 59-60), mas a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) interrompe estes planos.

O Acordo de Washington (1942) e os “Anos Dourados” contribuiriam para a ligação rodoviária com o restante do país, pela BR101 (1958-1962), a construção da pista de pouso (1942-1945) e do terminal de passageiros (1952-1954) do aeroporto (INFRAERO, 2012). Na década de 1970, ocorreu um expressivo crescimento do setor estatal, consolidando a especialização da economia local. A partir do governo militar (1964-1979), foram construídas as rodovias entre a capital, o sul de SC e o Rio Grande do Sul (1963-1970), e a região passou a assumir sua “vocação turística” (PORTO FILHO et al, 2012: 05), resultando maior ocupa o das praias por “turistas estaduais, interestaduais e estrangeiros” (GUIMARÃES, 2006: 59-60). Nas décadas de 1980 e 1990 “turistas vindos do Sul e Sudeste do Brasil, e do Rio da Prata, inundaram a cidade na alta esta o” (REIS, 2012: 62-63), transformando o contexto de muitas das comunidades, como a Lagoa da Concei o (VAZ, 2008: 137). Entre 1980 e 2000, as estruturas de transporte aeroviário receberam novas amplia es, facilitando a (re)descoberta do litoral e o turismo interno. O contínuo crescimento do turismo de massas, e os impactos socioambientais associados, sinalizam um novo ciclo econômico e a proximidade de nova inflexão, a qual poderia ser amenizada pelo redirecionamento com base no turismo sustentável (MINGORI, 2001: 71), capaz de ajustar-se a capacidade de suporte dos socioecossistemas, da identidade cultural e da resiliência de suas comunidades.

### **Considera es finais**

Ao longo de cada uma das etapas políticas, econômicas e culturais, os condicionantes geopolíticos teriam determinado formas e intensidades de utilização dos espaços e recursos naturais, por meio de atividades socioeconômicas preponderantes. No período *Pré-Colonial*, predominaram atividades de fundeio e atracadouro, e de reabastecimento; no período *Colonial*, destacam-se a defesa e ocupação, bem como a transição entre a produção de subsistência e a produção comercial e exportação. Na etapa das *Guerras Regionais*, mantém-se basicamente esta produção comercial e exportação portuária. No período entre as *Grandes Guerras*, inicia-se a queda progressiva da produção comercial e exportação, bem como da atividade portuária regional, com a alavancagem da atividade de cidade administrativa e o esboço da atividade turística. Na etapa do *Pós-Guerra*, ambas as funções, de cidade administrativa e atividade turística, são muito incrementadas, eclipsando outras atividades pretéritas. Em que pesem os ganhos econômicos gerados pelas mesmas, o grande passivo socioambiental decorrente recomenda o (re)planejamento do modelo de desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina, de modo a se evitar a armadilha recursiva de exaustão das fontes geradoras de riqueza e bem estar para as comunidades locais.

## REFERENCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Ed. Insular, 2000 (208 p).

CARUSO, Marilea Martins Leal. **O Desmatamento da Ilha de Santa Catarina**: de 1500 aos dias atuais. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983 (160 p).

CESCO, Susana. Agricultura e Transformação Ambiental: o caso da Ilha de Santa Catarina no século XIX (15 p). In: Anais do **XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho 2011.

**DESTERRO HOJE**. Comparações de imagens antigas e atuais. Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: <http://www.desterrohoje.com.br/index.php/group-holder/centro/ponte-hercilio-luz/ponte-hercilio-luz/estaleiro-arataca--ponte-hercilio-luz-1940-2012.html> (acesso em: 09 Dezembro 2014).

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Das Águas, 1998.

GUIMARÃES, Vera Maria. Turismo e Modernidade em tempos de globalização: o turismo e os turistas na Barra da Lagoa (pp: 55-67). In: RIAL, Carmen; GODIO, Matias (Orgs.). **Pesca e Turismo**: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul. Florianópolis: NUPPE-CFH-UFSC, 2006 (240 p).

**INFRAERO.** Aeroporto Internacional de Florianópolis “Hercílio Luz”, SC. (2012). Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/santa-catarina/aeroporto-internacional-de-florianopolis.html> (acesso em: 10 Novembro 2014).

LUNARDELLI, Daniel Henrique França. A “Cidade Milagre”: Novos contornos de uma Florianópolis em vias de modernização. **Cadernos NAUI** (Florianópolis), 02 (02): 51-79, jan-jun/2013.

MAAR, Juergen Heinrich. Memória Histórica da Química em Santa Catarina. In: GOLDFARB, José Luiz & FERRAZ, Márcia H. M. (Orgs.). Anais **VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia** (VII Reunião da Rede de Intercâmbios para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas), V 07. São Paulo: EdUSP, 2000.

MINGORI, Jussara. **O Desenvolvimento Turístico na Ilha de Santa Catarina:** dos percalços do turismo massivo as proporções de um turismo sustentável – a análise do projeto ambiental sul. Dissertação de Mestrado (PPG. Sociologia Política). Florianópolis: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes. **Natureza Apropriada:** a exploração dos recursos naturais na Capitania de Santa Catarina (1738-1808). Dissertação de Mestrado (PPG. História). Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP – Universidade Estadual de São Paulo, 2007 (247 p).

PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, 24 (68): 81-101, 2010.

POLETTE, Marcus; REBOUÇAS, Gabriel Nunes Maia; FILARDI, Ana Carla Leão; VIEIRA, Paulo Freire. Rumo à Gestão Integrada e Participativa de Zonas Costeiras no Brasil: Percepções da Comunidade Científica e do Terceiro Setor. **Gestão Costeira Integrada** (Itajaí), 05 (04): 43-48, 2006.

PORTO FILHO, Érico; WASKOW, Larissa Beatriz; SILVA, Antonio Waldimir Leopoldino; SIERRA, Eduardo Juan Soriano. Diagnóstico Socioambiental e Perspectivas de Sustentabilidade para a Região de Entorno do Rio Papaquara, Florianópolis, SC. In: **III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental** (Goiânia/GO – 19 a 22/Novembro/2012), 13 p.

PROCHNOW, Ronan Max; DAL SANTO, Mariane Alves; AMEY, Robert. A expansão das cidades sobre a Zona Costeira: estudo de caso de Florianópolis, BR, e Boston, USA. In: **12º EGAL - Encuentro de Geógrafos de América Latina** (Montevideo, 2009). Disponível em: [http://www.geolab.faed.udesc.br/publicacoes/Artigos\\_Egal/Prochnow\\_Egal.pdf](http://www.geolab.faed.udesc.br/publicacoes/Artigos_Egal/Prochnow_Egal.pdf) (acesso em: 19 Outubro 2014).

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina:** permanências e transformações. Florianópolis: Ed. UFSC (Coleção Urbanismo e Arquitetura da Cidade), 2012 (284 p).

ROSAS, Arton. Ciclos Econômicos do Brasil (11 de Fevereiro de 2013). **NOUSORBEWY**. Disponível em: <http://nonsorbewy.blogspot.com.br/2013/02/ciclos-economicos-do-brasil.html> (acesso em: 09/Novembro/2024).

SANTOS, Fabíola Martins. **Uma Análise Histórico-Espacial do Setor Hoteleiro no Núcleo Urbano Central de Florianópolis, SC.** Dissertação de Mestrado (PPG. Turismo e Hotelaria). Balneário Camboriú: UNIVALI – Universidade do Vale do Rio Itajaí, 2005 (189 p).

SILVA, Augusto da. A Economia da Ilha de Santa Catarina no Império Português (1738-1807) (pp: 398-418). In: **II Encontro de Economia Catarinense** (Chapecó, SC – Abril de 2008).

TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de (Orgs.). **As Defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786** (de José Correia Rangel). Florianópolis: UFSC, 2015 (224 p).

VAZ, Marcelo Cabral. **Lagoa da Conceição: metamorfose de uma paisagem**. Dissertação de Mestrado (PPG. Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Florianópolis: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008 (154 p).

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## **História Ambiental da industrialização no estuário da Lagoa dos Patos (RS, Brasil)**

Washington Ferreira<sup>38</sup>; Bread Soares Estevam<sup>39</sup>

### **O Processo de Industrialização no “Mar de Dentro”**

A história da industrialização no Estuário da Lagoa dos Patos (RS, Brasil) registra um conjunto de etapas características, com diferentes processos de apropriação dos espaços e recursos naturais. Tal sequencia teve seu início com a colonização da região, pelo desembarque do brigadeiro José da Silva Paes e a construção do forte de *Jesus-Maria-José*, em 1737 (TORRES, 2004). Devido ao canal de comunicação entre o sistema lagunar Patos-Mirim e a costa atlântica adjacente, a região revelou-se inicialmente um ponto estratégico para a navegação e conquista; o incipiente processo de industrialização, na transição dos séculos XIX-XX, a partir do beneficiamento de produtos primários regionais (agricultura e pesca) e, mais recentemente, a base para a instalação de um grande complexo portuário-industrial:

O desenvolvimento de Rio Grande pode ser compreendido nos seguintes períodos: a) a cidade político-militar, entre 1737 e 1821; b) a cidade comercial compacta, como gênese para o desenvolvimento urbano e fabril, entre 1822 e 1872; c) a primeira fase industrial, entre 1874 e 1969; d) a segunda fase industrial, entre 1970 e 1980 (MARTINS, 2007: 08).

O Distrito Industrial de Rio Grande é caracterizado por um conjunto de indústrias (fertilizantes, refino de petróleo, processamento de pescado, óleos vegetais e químicas), bem como por terminais portuários (de petróleo, produtos petroquímicos, granéis líquidos) e ainda terminais retro portuários (graneleiros e de contêineres). Segundo FONSECA (2007), a Fundação de Estatística do Estado, através do seu Índice de Potencial Poluidor da Indústria, considera Rio Grande como um município crítico em termos de Poluição Industrial. Com a atual consolidação do Polo Naval, esta situação tende a ser incrementada, com o aporte de muitas novas indústrias, demandando sua reavaliação, considerando os elevados custos em saúde dos trabalhadores e da população. A cronologia de instalação destas atividades explicita os diferentes ciclos econômicos regionais do Estuário da Lagoa dos Patos (Tab. 01):

#### **Tabela 01: Atividades Industriais no Estuário da Lagoa dos Patos e seus entornos.**

<sup>38</sup> Bolsista (Estágio de Pós-doutorado) da CAPES (Projeto N° A047/2013). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. E-mail: [thalassoching@yahoo.com.br](mailto:thalassoching@yahoo.com.br)

<sup>39</sup> Bacharel em História, Mestre em Educação Ambiental. E-mail: [bsestevam@yahoo.com.br](mailto:bsestevam@yahoo.com.br)

<b>Atividade</b>	<b>Período</b>	<b>Empreendimentos</b>	<b>Fontes</b>
Charqueadas	1777	Fazendas de Pelotas e região	BRAGA, 2010: 01; VARGAS, 2011: 01
Indústrias Têxteis	1874	<i>Tecelagem Rheingantz</i>	SANTOS, 2013: 174; RHEINGANTZ, 2013: 01
	1894	<i>Tecelagem Ítalo-brasileira</i>	TORRES, 2008: 17; MARTINS, 2010: 10
	1914	Fábrica de Cabos, Cordas e Aniagem <i>Lorea</i>	AMARAL, 2011: 37; TORRES, 2010: 01
Cigarros e Charutos	1891	Fábrica de Gustavo Poock	PIMENTEL, 1944.
	1895	Fábrica <i>Alliança</i>	AMARAL, 2011: 71; 76
Processamento de alimentos	1894	Moinhos de cereais <i>Cunha Amaral</i>	AMARAL, 2011: 71; 74; 80
	1889	Fábricas de biscoitos e massas <i>Leal Santos</i>	
	1906	Conservas de frutas <i>Túlio Martins e Freitas</i>	
Frigoríficos	1917- 1918	<i>Cia Swift S.A. do Brasil</i>	MARTINS, 2010: 12
	1921	<i>The Rio Grande Meat Company, ou Anglo</i>	COSTA, 2011: 01
	1950	<i>Luiz Lorea &amp; Cia. Ltda, ou Anselmi S.A</i>	AMARAL, 2011, p.82
Produção de bebidas		Bebidas <i>Jeropiga</i> nas ilhas estuarinas do Leonídio e Ilha dos Marinheiros	GRÜNDEMANN, 2012: 09
	1889	Cervejaria <i>Leopoldo Haertel</i> em Pelotas	CERVISIAFILIA, 2014: 01
	1918	Cervejaria <i>Sul-Riograndense</i>	
	1948	Fábrica de refrigerantes <i>Vontobel</i>	VONPAR, 2014: 01
Processamento de frutos do mar		<i>Cunha Amaral</i>	AMARAL, 2011: 71
	1934	<i>Torquato Ribeiro Pontes</i>	TPP, 2014
	1967	<i>Isapeixe</i>	MARTINS, 2008: 112;
Óleos vegetais		Comendador <i>Luiz Lorea</i> em Rio Grande	AMARAL, 2011: 71-80 STAEVIE s/d: 11-15
	1939	Óleo de soja e linhaça em Pelotas	
	1974	<i>Kasper e Cia. Ltda, em Pelotas; Metalúrgica S/A, em Rio Grande</i>	
	1993-97	<i>Bianchini S/A, Canoas e Rio Grande; Ceval Alimentos, Rio Grande; Olivebra Ind. S/A, Pelotas</i>	
Curtumes e calçados	1889	<i>Beneri &amp; Farinha, Rio Grande</i>	AMARAL, 2011: 72; 77
	1902	<i>Llopart, Mata &amp; Cia, Rio grande</i>	
	1930	<i>Arthur Lange, Turuçú</i>	PMT, 2014: 01
	1971	<i>Grendene Barteles, Farroupilha</i>	BARBOSA, 1982: 144
Carvão	1827	Forjas da artilharia, Candiota	BARBOSA, 1982: 136
	1905	Usina termoeletrica, Rio Grande	ADIBI, 2014: 01
	1928	Usina termoeletrica, Porto Alegre	Jornal do Mercado POA, 2014: 01
	1961	Usina termoeletrica CEEE, Candiota-Bagé	BARBOSA, 1982: 137; CHAISE, 2012: 02
	1981	Terminal de Carvão, Charqueadas	BARBOSA, 1982: 136
	1982	Usina de Gaseificação <i>CRN</i> , Rio Grande	BARBOSA, 1982: 136; LOPES, 2014: 01
Petroquímica	1949	Refinaria <i>Ipiranga</i> , Rio Grande	MARTINS, 2008: 79
	1968	Refinaria <i>Alberto Pasqualini</i> , Canoas	BARBOSA, 1982: 137
	1983	<i>Polo petroquímico</i> , Triunfo	PPS, 2014
	2013	Prospecção óleo e gás, Bacia de Pelotas	IBAMA, 2013
Fertilizantes	1953	<i>Companhia Rio-grandense de Adubos</i> , Rio Grande	WIKIPEDIA, 2014
	1964	<i>Companhia Rio-grandense de Adubos</i> , Porto Alegre	
	1960	Fábrica <i>Fertisul</i> , Rio Grande	MARTINS, 2008: 79- 112
	1970	Fábrica <i>Manah</i> , Rio Grande	MANAH, 2014: 01

Siderurgia, metalurgia	1973	<i>Aços Finos Piratini</i> , Charqueadas	BARBOSA, 1982: 137
Indústria Naval	1921	<i>Estaleiro Rio Grande</i>	AMARAL, 2011: 37
		<i>Estaleiro Quipp</i> , Rio Grande	
		<i>Estaleiro Engevix</i> , Rio Grande	
		<i>Estaleiro OMX</i> , São José do Norte	
Ind. cimento		Fábricas da <i>Votorantim</i> em Pinheiro Machado, Candiota, Charqueadas e Esteio	
Mineração	1825	Extração de ouro, Lavras, São Sepé	BARBOSA, 1982: 135
	1900	Extração de cobre, Caçapava do Sul	NGB, 2003; BIDONE <i>et al.</i> , 2001
	(projeto)	Prospecção de ilmenita e zirconita e rutilo, São José do Norte	BIOLAW, 2012

Fonte: elaboração dos autores, com base nas referências citadas.

### Processos Industriais e Efluentes

Integradas de modo inexorável à estratégica função portuária do Estuário, as atividades industriais foram progressivamente incorporando novas tecnologias e modalidades<sup>40</sup>, gerando novos efluentes. A amálgama de compostos excedentes do processamento industrial (em sua grande maioria, com tratamentos de remediação mínimos ou mesmo ausentes), contamina ambientes e populações. Os principais impactos associados a esta poluição industrial são aqueles derivados da longa exposição a ácidos e álcalis corrosivos, hidrocarbonetos e compostos clorados, assim como a bioacumulação de metais pesados e outros elementos tóxicos. Com tal cenário, o Estuário da Lagoa dos Patos constitui-se em um estudo de caso representativo da poluição nestes ecossistemas em escala global; os processos nele incidentes, e as tendências de incremento dos condicionantes e dos efeitos da poluição industrial registrados refletem o mesmo grau de descompromisso compartilhado pelo modelo de desenvolvimento hegemônico para com os todos os ambientes que lhe dão suporte, especialmente os costeiros e marinhos, onde se concentram sinergicamente as maiores densidades populacionais e conglomerados industriais.

### Referências

ADIB, C. **História da Energia Elétrica RS**. Disponível em: <<http://www.carlosadib.com.br>> Acesso em: 01 abr. 2014.

AMARAL, T. F. **Origem e Evolução das Atividades Industriais no Município de Rio Grande, no Contexto Econômico do Estado do Rio Grande do Sul**: do final do século XIX

<sup>40</sup> Atividades de: Fiação e Tecelagem, Curtumes e Calçados, Processamento de Alimentos, Conservação de Madeira, Celulose e Papel, Fertilizantes Sintéticos, Mineração (Carvão, Argilo Mineraiis, Minérios Metálicos, Minérios Não-Metálicos e Terras Raras), Refino de Petróleo, Indústria Naval, Dragagens Portuárias.

aos meados da década de 1960. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.

BARBOSA, S. Ambiente, Qualidade de Vida e Cidadania: algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais. In: HOGAN, D. J; VIEIRA, P. F. (Orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 193-210.

BIDONE, E. D. et al. Environmental Risk Increase due to Heavy Metal Contamination caused by a Copper Mining Activity in Southern Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 73, n.02, p. 277-286, jun. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S000137652001000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S000137652001000200011&script=sci_arttext)> Acesso em: 12 jun. 2013.

BIOLAW. EIA-RIMA da Mineração de Titânio. **Biolaw Consultoria Ambiental**. Disponível em: <<http://www.biolaw.com.br/trabalho/eia-rima-da-mineracao-de-titanio>>. Acesso em: 01 out. 2012.

BRAGA, R. C. As Charqueadas do Rio Grande. **Crônicas do Ouro Verde**, 05 out. 2010. Disponível em: <<http://pro.casa.abril.com.br/group/cronicasdoouroverde/forum/topics/ascharqueadas-do-rio-grande>> Acesso em: 28 fev. 2014.

CERVISIAFILIA. **Cervejaria Leopoldo Haerthel / Cervejaria Sul Riograndense (2012)**. Disponível em: <<http://www.cervisiafilia.com.br/antigacerv/haerthel.html>> Acesso em: 14 mar. 2014.

CHAISE, S. **Geração** – Informativo Eletrobrás CGTEE, n. 06, jan./fev. 2012.

FONSECA, S. F. A Aplicabilidade da Gestão Ambiental no Distrito Industrial de Rio Grande/RS. In: **CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 16, 2007. Pelotas: RS. *Anais...* Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <[www.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/SA/SA\\_01300.pdf](http://www.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/SA/SA_01300.pdf)> Acesso em: 20 jun. 2012.

GRÜNDEMANN, H. R. **O Historiador, a Extensão Universitária e as Demandas Comunitárias: o caso do registro e salvaguarda do modo de fazer jeropiga, o primeiro patrimônio imaterial do município de Rio Grande, RS 437**. In: Encontro Estadual de História, 11, 2012. Rio Grande: RS. *Resumos...* Rio Grande, 2012. 14 p.

IBAMA. **Atividade de Perfuração Marítima no Bloco BM-P02, Bacia de Pelotas**: Estudo Ambiental de Perfuração. Rio de Janeiro: IBAMA, 2013. Disponível em: <[http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Perfura%C3%A7%C3%A3o%20-%20Bloco%20BM-P-02%20-%20Bacia%20de%20Pelotas/EAP-RIAP%20P2/EAP/01\\_IndiceGeral.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Perfura%C3%A7%C3%A3o%20-%20Bloco%20BM-P-02%20-%20Bacia%20de%20Pelotas/EAP-RIAP%20P2/EAP/01_IndiceGeral.pdf)> Acesso em Julho/2013.

JORNAL DO MERCADO. 80 Anos da Usina do Gasômetro, um Patrimônio Cultural. **Jornal do Mercado**, Porto Alegre, 01 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldomercadopoa.com.br>> Acesso em: 01 abr. 2014.

LOPES, J. A. Comentário In: BENETTI, E. **Para Transformar Carvão em Gás Natural**, 02 mai. 2014. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/estelabenetti/2014/05/01/para-transformar-carvao-em-gas-natural/?topo=67,2,18,,67>> Acesso em: 06 mai. 2014.

MANAH. **História da Manah**. Disponível em: <[www.manah.com.br](http://www.manah.com.br)> Acesso em: 14 mar. 2014.

MARTINS, S. F. **Friches Industrielles no Extremo Sul do Brasil:** uma Análise sobre o Caso da Cidade do Rio Grande, RS. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 09 p.

MARTINS, C. A. Á. Morar e Habitar em Áreas Portuárias na Cidade do Rio Grande, RS, Brasil. **Scripta Nova, Barcelona, v. XIV**, n. 331, 16 p., ago. 2010.

NGB. Vila de “Minas do Camaquã”. **Revista National Geographic Brasil**, N 37, Maio/2003 (p.21). São Paulo: Editora Abril.

PIMENTEL, F. **Aspectos Gerais do Município do Rio Grande.** Porto Alegre: Oficina Gráfica Imprensa Oficial, 1944.

PMT. **Histórico do Município de Turuçu, RS.** Prefeitura Municipal de Turuçu, RS. Disponível em: <http://www.turucu.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100143441> Acesso em: 08 mar. 2014

PPS. Saiba mais sobre o Polo. **Polo Petroquímico do Sul**, 2014. Disponível em: <http://www.falecomopolo.com.br/polo-producao-o-que-e-ele-produz> Acesso em: 09 mai. 2014.

RHEINGANTZ, C. G. **Companhia União Fabril – Tecelagem Rheingantz.** 16 nov. 2013. Disponível em: <http://familiarheingantz.blogspot.com.br> Acesso em: 28 fev. 2014.

SANTOS, T. F. **A História Local e o Ecossistema Costeiro:** elementos para a História Ambiental a partir da produção do espaço no município de Rio Grande, RS. *Historiae*, Rio Grande, v. 04, n. 01, p. 171-186, 2013.

STAEVIE, P. M. **Concentração Industrial:** o caso da indústria gaúcha de esmagamento de soja. Sd. Disponível em: [www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m22t02.pdf](http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m22t02.pdf) Acesso em: 08 mai. 2014.

TORRES, L. H. A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). **Biblos**, Rio Grande: RS, v. 16, p. 177-189, 2004.

TORRES, L. H. Cronologia básica da história da cidade do Rio Grande (1737-1947). **Biblos**, Rio Grande: RS, v. 22, n. 02, p. 09-18, 2008.

TPP. Histórico. **Torquato Pontes Pescados**, Rio Grande, RS. Disponível em: <http://www.torquatopescados.com.br/tp1.html> Acesso em: 08 mai. 2014.

VARGAS, J. Das Charqueadas para os Cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: **ENCONTRO “ESCRavidão e LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL”**, 5., 2011. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. 19 p. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/vargas%20jonas.pdf> Acesso em 12 mai. 2012.

VONPAR. **História Regional da Fabricação de Refrigerantes.** Pelotas, RS: VONPAR Refrigerantes. Disponível em: <http://www.vonpar.com.br> (acesso em: 14/Março/2014).

WIKIPEDIA. Companhia Rio-grandense de Adubos. **Wikipedia.** Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia\\_Riograndense\\_de\\_Adubos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Riograndense_de_Adubos) Acesso em: 28 fev. 2014.

## **Impactos da instalação do polo naval na cidade de Rio Grande: patrimônio, memória e identidades da urbe**

Alexandre Silva da Silva <sup>41</sup>

Vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Para descrever esse mundo apropriadamente, necessitamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não nos oferece (CAPRA, 1982, pg. 8)

O Presente trabalho busca identificar a complexa relação presente entre Patrimônio, Memória, Identidades na Urbe. Tendo como foco as relações decorrentes das alterações promovidas pela dinâmica do “desenvolvimento” econômico na região Sul do Brasil na segunda metade dos anos 2000, mais especificamente a construção/ativação de um polo de naval na cidade de Rio Grande.

A migração/centralização de produtos e serviços, como também de Atores Sociais foram estimulados (as) a partir de 2006 com mais de 10 bilhões de reais em investimentos no Polo Naval, promovendo uma oferta superior a 30.000 empregos diretos e indiretos, de acordo com a Petrobras. Desta forma motivando um fluxo migratório de Atores Sociais, provenientes de inúmeras regiões do Brasil cada qual com sua cultura, chegando Rio Grande a ser a segunda cidade com maior concentração demográfica, ficando atrás somente da capital Porto Alegre. Isto promovendo alterações tanto no meio como na vida dos “nativos”, como pode ser visualizada pela tabela 1, que relaciona o número de empregos, habitantes, com seu valor e oferta, como a alteração na renda dos Atores Sociais locais.

Ano	Tempo	Número de empregos	Número de Habitantes	Valor da Moradia	Número de Moradias	Renda média
2000	1	Estável	Pequeno	Baixo	Alto	Estável
2006	2	Aumenta	Aumenta	Aumenta	Constante	Aumenta
	3	Estável	Estável	Alto	Aumenta	Estável
2014	4	Diminui	Diminui	Diminui	Estável	Diminui

**Tabela 2 Dialética das relações no meio**

---

<sup>41</sup> Prof. Designer Gráfico e Hardware, Acadêmico do Curso de História Bacharelado com ênfase em Patrimônio Histórico e Cultural da Universidade Federal do Rio Grande – FURG – Bolsista CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) - Contato: Xandy2ss@gmail.com

As percepções visualizadas na tabela 1 são corroboradas pelos dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, MTE 2011 como podemos visualizar na tabela 2.

	2002	2006	2010	Variação %
Extrativa mineral	36	56	67	86
Indústria de transformação	3726	5423	6060	63
Serv. Industr. de util. pub.	399	480	598	50
Construção civil	551	1128	1583	187
Comércio	6037	7606	9572	59
Serviços	11427	13111	16115	41
Administração pública	5683	6477	4945	-13
Agrop., extr. veg., caça e pesca	1284	812	919	-28
Total	29143	35093	39859	37

**Tabela 3** Evolução do número de empregados por setor de atividade na cidade de Rio Grande (RAIS/MTE, 2011. <http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>)

Pois como Castells nos apresenta

Os espaços de produção e consumo na fase monopolista do capitalismo estão fortemente interpenetrados, imbricados, segundo a organização e o desenvolvimento desigual dos meios de produção e dos meios de consumo, não se fixando enquanto espaços definidos senão num dos pólos da divisão social ou técnica do trabalho. (Castells,2000, p.18)

Assim evidenciando algumas das relações intrínsecas na Urbe (meio) e ainda mais quando adicionamos a esta reflexão uma questão fundamental na sociedade que é a saúde. De acordo com o Jornal Correio Do Povo ANO 116 Nº 270 - PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2011, a cidade de Rio Grande conta-va com quatro núcleos hospitalares, sendo eles “Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande, o Hospital Psiquiátrico que somam 522 leitos, o Hospital de Beneficência Portuguesa com 220 leitos e o Hospital Universitário com 185 leitos, com capacidade total de 927 leitos”, no entanto em 2009 o Hospital de Beneficência Portuguesa é fechado acarretando a perda de 220 leitos, o que reduz o número de leitos para 707 para uma população que de acordo com a Estimativa IBGE a população que era em 1999 de 182.222 de habitantes e chega em 2014 a 207.036, o que gera uma média aproximada de 293 habitantes por leito.

Ao analisar tais dados pode-se entender que os investimentos que foram feitos na cidade, não ocorreram na área de infraestrutura o que pode ocasionar transtornos no

convívio e serviços públicos na Urbe, onde ações “simples” como o deslocamento se complexifica pelo aumento do tráfego de veículos em vias, não planejadas para comportar um número tão grande e crescente de veículos. Tais transtornos podem se materializar na forma de compreender a figura dos trabalhadores que migraram para a cidade de Rio Grande. Pois sendo o ator social um organismo pluricelular que mantém múltiplas e constantes relações internas e externas ao seu limite o qual denominamos corpo e este encontra-se em interação constante com meio e os demais elementos nele presente, as relações biológicas desenvolvem uma fundamental e relevante importância, para a compreensão das demais. Como nos apresenta Merleau-Ponty<sup>42</sup> a

Nossa relação com as coisas não é uma relação distante, cada uma fala ao nosso corpo e a nossa vida, elas estão revestidas de características humanas (dóceis, doces, hostis, resistentes) e, inversamente, vivem em nós como tantos emblemas das condutas que amamos ou detestamos. O homem está investido nas coisas, e as coisas estão investidas nele. (Merleau-Ponty, 2004, p. 24)

Assim, o ator social depende dos processos perceptivos que para estabelecer sua relação com o meio, desta forma se não existe vaga no hospital, o transporte público está superlotado, aumentou o nível da criminalidade, o preço da moradia aumentou, todos ou alguns destes elementos podem ser atribuídos ao trabalhadores migrados, criando dessa forma uma “identidade “negativada para os mesmos em relação a sociedade “nativa”. Corroborando com esse viés o loteamento de terrenos, construção de condomínios e prédios de maneira “desordenada” sem a preocupação ambiental como também com o patrimônio cultural da cidade de Rio Grande, pode promover a perda do “lugar de conforto”, a identidade e os vínculos que caracterizam o ser riograndino, isto podendo ocasionar cada vez mais conflitos nas mais diversas áreas, o que demanda precaução e “boa” vontade de buscar compreender relações complexas como as de Patrimônio , Identidade e Meio Ambiente. Pois como apresenta GUIMARÃES

Uma nova ética nas relações sociais e entre diferentes sociedades, e estas na relação com a natureza, precisa ser construída para que possamos conseguir um desenvolvimento realmente sustentável ambientalmente”. (GUIMARÃES, 1995, pg 14)

---

<sup>42</sup> Maurice Merleau-Ponty, escritor e filósofo, líder do pensamento fenomenológico na França, nasceu em 14 de março de 1908, em Rochefort, e faleceu em 4 de maio de 1961, em Paris. Estudou na Ecole Normale Supérieure em Paris, graduando-se em filosofia em 1931. Em 1945 foi nomeado professor de filosofia da Universidade de Lyon e em 1949 foi chamado para lecionar na Sorbonne, em Paris. Em 1952 ganhou a cadeira de filosofia no Collège de France. Entre suas obras, encontram-se: *Siggrws*, *Fenomenologia da percepção*, *A natureza*.

Onde as interações são promovidas por meio do respeito as diferenças são de fundamental necessidades para a manutenção da vida.

### Referências:

- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix , 1982.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- Merleau,Ponty. M. **Conversas 1948**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

### **Instituto Ballaena Australis Barra do Chuí-RS, o turismo enquanto processo educativo, história e sustentabilidade: possibilidades no horizonte da Educação Ambiental**

PEREIRA, Lucimari Acosta <sup>43</sup>  
 TELES, Giane Nunes <sup>44</sup>  
 GALVÃO, Josiara Schwartz <sup>45</sup>  
 TEIXEIRA, Viviane Rocha <sup>46</sup>  
 BILHALVA, Laura Bibiana Boada <sup>47</sup>  
 PEREIRA, Melise de Lima <sup>48</sup>

### Introdução

O Instituto *Ballaena Australis* está localizado na Barra do Chuí- RS, é um museu criado pelo artista plástico Hamilton Koelho. O artista desenvolve no local obras de arte utilizando matéria prima oriunda do Oceano Atlântico para confeccionar as esculturas que são expostas no museu, os materiais utilizados vão desde ossos de baleia, madeira

<sup>43</sup> Graduanda em Turismo Binacional pela Universidade Federal do Rio Grande, 8º semestre, Bolsista do PET Turismo, [p.lucimari@yahoo.com.br](mailto:p.lucimari@yahoo.com.br)

<sup>44</sup> Graduanda em Turismo Binacional pela Universidade Federal do Rio Grande, 8º semestre, Bolsista do PET Turismo, [giane\\_teles@yahoo.com.br](mailto:giane_teles@yahoo.com.br)

<sup>45</sup> Graduanda em Turismo Binacional pela Universidade Federal do Rio Grande, 4º semestre, Bolsista do PET Turismo, [josyara\\_svp@hotmail.com](mailto:josyara_svp@hotmail.com)

<sup>46</sup> Graduanda em Turismo Binacional pela Universidade Federal do Rio Grande, 4º semestre, Bolsista do PET Turismo, [vivih\\_rocha.18@hotmail.com](mailto:vivih_rocha.18@hotmail.com)

<sup>47</sup> Graduanda em Turismo Binacional pela Universidade Federal do Rio Grande, 4º semestre, Bolsista do PET Turismo, [bibiana\\_boada@yahoo.es](mailto:bibiana_boada@yahoo.es)

<sup>48</sup> Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí- Univali, [melisefurg@gmail.com](mailto:melisefurg@gmail.com)

de navios naufragados e lixo reciclável.

O objetivo geral desse trabalho é apresentar o espaço em evidência enquanto possibilidade de práticas educativo-ambientais. É um primeiro passo de uma proposta que almeja no futuro, ao longo da graduação da articulista, a realização de um documentário através de entrevista com uso da imagem, filmagens e fotografias, para resgatar a história, a formação e a consolidação do museu Atelier Barra do Chuí. Acreditamos que tão logo seja realizada tal produção de material didático, estejamos estimulando a realização de práticas de cunho educativo no espaço que emerge enquanto contributo a História e Educação Ambiental.

A justificativa e motivação para realização do projeto se pauta no princípio de preservação da história e da cultura do Museu Atelier Barra do Chuí, em que se tem como objetivo não só a preservação, mas também a possibilidade que a comunidade tradicional local vislumbre no museu e no turismo cultural a possibilidade de encontros culturais e de troca de experiência com o turista, e que a partir dessa visão a comunidade local possa absorver de forma positiva o processo de turistificação, que se dá de forma massiva na alta temporada. Cabe salientar que apostamos na atividade turística enquanto uma prática educativa que deve envolver a comunidade participante ativamente no processo do resguardo das memórias e da história ambiental local.

Ressaltamos que até o momento, foram catalogadas as obras, presentes no espaço do museu, identificando a motivação e a identidade para confecção de cada uma delas, visto que todas foram produzidas pelo artista plástico Hamilton Koelho e doadas para o museu. Logo, apresentamos os subsídios teórico-metodológicos para o enfrentamento da problemática em destaque: É possível articular à esfera do turismo um caráter educativo-ambiental que evidencie a História local? Quais os sentidos, no horizonte da Educação Ambiental, podem ser atribuídos ao *Instituto Ballaena Australis* e o museu que o integra.

## **Referencial teórico**

O projeto tem como base o turismo cultural que:

[..] é todo turismo no qual o principal atrativo não é a natureza, mas um aspecto da cultura humana, que pode ser a história, o cotidiano, o

artesanato ou qualquer dos aspectos abrangidos pelo conceito de cultura (BARRETTO, 2012, p.87).

Nesse sentido, o museu é uma ferramenta que contribui para a construção das sociedades e resguardo de sua história, é uma instituição que serve a sociedade, sendo parte integrante da mesma. Além disso, apresenta os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve, pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, estabelecendo suas atividades em um conjunto histórico que permite esclarecer os problemas atuais, vinculando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando mudanças no interior de suas realidades nacionais (CHILE,1972).

Ao acreditarmos na atividade do turismo enquanto processo educativo aos sujeitos que constituem sua dinâmica e, portanto, à comunidade que acolhe seus visitantes, consideramos que o museu em evidência abre espaço às práticas de cunho educativo-ambiental. Porque possibilita atividades capazes de reforçar o sentido de pertencimento e a problematização acerca do conceito de sustentabilidade a partir do resguardo das Memórias e História ambiental local.

Com efeito, cabe lembrar que a História ambiental

[..] é uma abordagem que visa reescrever a história, atendendo às demandas de nossa época. O historiador ambiental tem o desafio político de produzir um conhecimento, não apenas sobre os seres humanos, que sirva para situá-los em seus processos de transformação, e, além disso, estar engajado em um processo de transformação de nossa memória social. Desta maneira, é necessário escrever e contar uma outra história para nossas "crianças", a fim de contribuir para a construção de uma nova memória social, na qual os seres humanos lembrem que são partes da "natureza" (CARVALHO, 2014, P.14).

Dessa maneira, cabe registrar que consideramos o turismo em seu caráter educativo se articulado ao envolvimento com a comunidade que busca a disseminação de sua história, mas uma história que considere o par homem/natureza de maneira relacional, sem dicotomias e com o compromisso da memória social como registra acima Carvalho (2014). Ao acreditarmos no Instituto enquanto um ambiente de resguardo da memória local da Barra do Chuí, que pode viabilizar a revisão da história sob um enfoque da História Ambiental, e, da mesma forma, ser um espaço propício para

práticas de educação ambiental, apostamos na necessidade de problematizar os sentidos atribuídos ao significado de Sustentabilidade.

Nesse ínterim, Leff (1999) menciona sobre a necessidade de uma produção sustentável frente a crise da civilização que por tanto tempo esteve pautada em uma razão instrumental de cunho utilitarista que coloca a natureza como subordinada do homem. O autor afirma que essa produção sustentável é uma necessidade emergente da necessidade de mudança desse paradigma moderno, e que deve assumir um novo objeto científico, o qual precisa ser interdisciplinar, tendo a educação ambiental como viabilidade da constituição de uma outra racionalidade, a qual chama de racionalidade ambiental.

A partir dessas noções que nos orientam na proposta de trabalho em andamento, passamos a elucidar nossas considerações acerca dos caminhos metodológicos os quais buscam ser construídos.

### **Procedimento metodológico**

É de suma importância salientar que situamos o estudo no campo da interdisciplinaridade enquanto caminho teórico-metodológico, haja vista que

A interdisciplinaridade foi um ponto de referência constante dos projetos educativos, sobretudo no âmbito universitário. (...) Sem dúvida, os avanços teóricos, epistemológicos e metodológicos no terreno ambiental foram mais férteis no terreno investigativo que eficazes na condução de programas educativos (LEFF, 1999, p.115).

Apesar de o autor enfatizar a existência das resistências teóricas e pedagógicas frente a concepção da interdisciplinaridade na formulação de programas educativos, o mesmo reconhece a necessidade de lançamos mão de um olhar mais holístico que busque compreender a complexidade da nossa civilização e da crise em que está mergulhada. Leff (1999) também evidencia as possibilidades no campo da pesquisa de cunho qualitativo (Minayo,2012).

Nesse sentido, a pesquisa é constituída por três etapas. A primeira segue a abordagem qualitativa, que é a disseminação sobre o espaço evidenciado. Buscamos demarcar esse local enquanto possibilidade de diálogo entre a função que lhe é atribuída no campo do turismo num sentido educativo junto à comunidade que lhe constitui. Essa

viabilidade é identificada a partir do reconhecimento desse espaço enquanto incentivo ao resguardo da memória e história ambiental local da região, bem como um ambiente propício para a construção de práticas educativo-ambientais as quais possam reforçar os sentidos de pertença e problematizar as compreensões em torno da sustentabilidade.

Em um segundo momento, que já vem sendo realizado, elaboramos a pesquisa bibliográfica em materiais relacionados à museologia, História e Educação Ambiental para a elaboração de um roteiro o qual deve subsidiar a gravação do documentário com entrevistas junto aos sujeitos que constituem o espaço (o entrono, a comunidade local e os visitantes). Para, um questionário semiestruturado com perguntas abertas o qual está sendo desenvolvido entre os meses de julho, agosto e setembro de 2015. Num terceiro momento, o qual também seguirá na abordagem qualitativa, desenvolvemos a relação descritiva e catalogação das obras do Museu Atelier Barra do Chuí no período de setembro a novembro de 2015, material que também servirá de apoio as práticas educativas a serem desenvolvidas no espaço do Instituto e do museu que o compõe.

### **Resultados e discussões**

Houve a interação mútua dos integrantes do Programa de Educação Tutorial PET- Turismo que participaram da primeira etapa do projeto, realizando a entrevista com o artista idealizador e proprietário do museu para a produção do documentário e identificação do significado de cada obra. Foi possível reconhecer a história, compreender a formação e como ocorreu a consolidação do Museu Atelier Barra do Chuí em Santa Vitória do Palmar – RS.

### **Considerações finais**

Constatou-se, durante a realização da entrevista, que há um anseio do artista em interagir mais com a comunidade local, e em projetos voltados para a Educação Ambiental, porém ele alega que falta infraestrutura para receber pessoas no museu e respaldo do poder público para divulgação e captação de demanda para o museu. O artista plástico vê a cultura enquanto ligada a sustentabilidade ambiental como forma de desenvolvimento da Barra do Chuí pela sua localização fronteiriça (Brasil e Uruguai) e pela riqueza de suas obras que trazem uma mensagem ligada à sustentabilidade do planeta.



## Referências

BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo: Discussões Contemporâneas**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 175 p.

CARVALHO, Ely Bergo de. **A História Ambiental e a "crise ambiental" contemporânea: um desafio político para o historiador**. Revista Esboços, Florianópolis, v. 11, n. 11, p.1-12, nov. 2004.

CHILE, Santiago del. **Mesa Redonda sobre a importância e desenvolvimento dos Museus no mundo contemporâneo**. 1972. Disponível em: <[http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion\\_Mesa\\_Redonda\\_VOL\\_I.pdf](http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

LEFF, Enrique. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. In REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 17, n. 3, p.621-626, 2012. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s1413-812320120003

### **Memórias e reflexões sobre os venenos utilizados por agricultores do município do Rio Grande R/S: “Um estudo de caso”**

Jaques, Nadia Rosane da Costa<sup>49</sup>  
[nadiajaques@gmail.com](mailto:nadiajaques@gmail.com)

#### **Introdução**

No presente trabalho buscamos observar através da memória de trabalhadores rurais do município do Rio Grande R/S, como se deu a introdução dos venenos químicos num determinado espaço desse município, e a visão desses sobre o impacto daí resultante. Nosso trabalho se embasa nas observações de indivíduos oriundos da agricultura familiar, humildes campônios que estavam no epicentro dessa introdução, e diretamente por ela atingidos. Advindos de uma cultura tradicional de plantio utilizando a tração animal e técnicas manuais de plantio e controle de pragas, se veem repentinamente apresentados ao “milagre” da química como algo positivo a lhe auxiliar na lavoura. Hoje acreditam que o “milagre” não era tão bom assim, e que caro lhes cobrou a promessa ofertada. Transformações ambientais, sociais, e tecnológicas

---

<sup>49</sup> Mestranda do PPGH – Mestrado Profissional em História – FURG – [nadiajaques@gmail.com](mailto:nadiajaques@gmail.com)

atingiram esse espaço geográfico e as suas formas de culturas, inclusive, com a introdução de agrotóxicos potentes, máquinas agrícolas e cultivos extensivos como as plantações de arroz.

Marcantes transformações ocorreram com a chegada dos arrozaís na área onde centramos o nosso olhar, um espaço até então ocupado por plantações de caráter familiar e amplas fazendas de criação de gado. Inicialmente as plantações de arroz eram efetuadas quase sem mecanização, somente com alguns tratores para a aração da terra. Das construções de “marachas”<sup>50</sup>, pequenos canais de irrigações à colheita do arroz, tudo era realizado por mãos humanas.

Porém, a transformação tecnológica invariavelmente se fez presente, e com a automatização da colheita modificou-se a forma de trabalho, inclusive, o perfil do trabalhador que muito diminuiu em quantidade. Surgiram então potentes agrotóxicos inicialmente na lavoura de arroz, daí, a agricultura tradicional foi um simples passo. A agricultura familiar com que os campônios locais subsistiam em safras anuais teve que ser complementada, sendo lentamente sufocada pelos herbicidas que insidiosamente surgiu e instaurou na dependência química o seu reinado. Hoje no lugar pesquisado já não existe mais agricultura familiar, mas o uso de venenos ainda é utilizado apesar do temor e dos reflexos de seus efeitos entre os moradores do lugar. A monocultura dos arrozaís ainda persiste, mas quase sem trabalhadores pela implantação de novas tecnologias e potentes venenos desenvolvidos.

Delimitamos esse trabalho a visão de moradores de uma pequena área do município, a localmente conhecida como “Siola”, e entre as localidades do “Sarandi”, “Belendengue” e “Palma”, situadas no Quinto Distrito do Município do Rio Grande, cuja sede é a Vila da Quinta. Num recorte de tempo de mais ou menos cinquenta e poucos anos, entre a década de 60 até a atualidade, quando se intensificaram a velocidade das mudanças no interior do município, como uma pequena amostra do reflexo dessa transformação quando a mecanização e invisíveis venenos se insinuaram no corpo e na alma desse humilde campônio.

---

<sup>50</sup> Curvas de desníveis para distribuição de água na lavoura.

## Observando as transformações do ambiente pela lente do historiador

As obras teóricas nas quais fundamentamos nosso trabalho são relevantes no que tange a linha pela qual nos guiaremos. Nos amparamos em Le Goff (1998) no relativo a Nova História Cultural, pois segundo ele:

Neste grande território da história que a nova história muito contribuiu para ampliar, sem perder de vistas fronteiras que não devem ser barreiras, mas interfaces com as outras ciências sociais, fronteiras permeáveis, submetidas a fluxos e refluxos, onde se elabora a boa terra de uma interdisciplinaridade verdadeira, (...). (LE GOFF, 1998, p.6).

Utilizamos a metodologia da História Oral Temática, embasados na obra de Paul Thompson (1998), ao buscar o testemunho de personagens que viveram e ainda vivem as transformações que o seu espaço rural vem protagonizando nas últimas décadas. No âmbito da História Ambiental para aporte desse trabalho nos utilizamos da obra de Paulo Henrique Martinez (2006). Conforme Martinez cabe ao historiador ambiental ter a perspicácia de ver o ambiente como construção da relação homem/natureza, valorado pela sua vivência cotidiana nesse espaço, nas formas construídas a partir de sua visão humana transfigurando o natural com a sua feição, e quais os anseios dessa população. Devendo com suas reflexões, proporcionar subsídios para ações transformadoras tanto de âmbito local, como mais além, sendo esse o ponto crucial de seu papel social como profissional “conectado no tempo presente”, pois:

..., a História Ambiental no Brasil pode lançar luz sobre a racionalização das desigualdades sociais e dos interesses econômicos, contida na mistificação do “progresso”, dos benefícios ou malefícios do emprego da ciência e da tecnologia na “conquista” da terra e da natureza e outros mitos criados, (...) (MARTINEZ, 2006, p.29).

Dialogando também, com a obra de Rachel Carson (2010) e o seu “grito de alerta” em “*Primavera Silenciosa*” que fala diretamente do assunto abordado.

As transformações industriais, tecnológicas, sociais e culturais ocorridas no mundo no século XX fez eclodir um movimento de feições preservacionista preocupado com a natureza, os animais, enfim, com a manutenção da vida ante as armas químicas que surgiam. Na sua esteira toda uma gama de químicas utilizadas nas lavouras de alimentos em geral, na busca de uma explosão produtiva, de forma indiscriminada e com estudos poucos profundos. Conforme aconteceu no município do Rio Grande atingindo o campônio desavisado e crente nas criações da ciência. Porém, essa crítica que eclodiu redundaria na atual preocupação ambiental despertada pela polêmica obra “*Primavera Silenciosa*” de Rachel Carson, lançada em 1962 nos Estados Unidos.

Essa bióloga corajosamente elevou a sua voz num tempo em que a cultura científica encontrava-se obcecada pela revolução molecular e pela química de uso extensivo; conseguindo despertar os órgãos governamentais para um problema até então mascarado, a contaminação humana advinda das substâncias letais dos inseticidas sintéticos amplamente distribuídos no mundo todo. Nas primeiras páginas do compêndio faz um alerta ao mundo quando diz: *“A rapidez da mudança e a velocidade com que novas situações são criadas seguem o ritmo impetuoso e insensato da humanidade, e não o passo cauteloso da natureza.”* (CARSON, 2010, p.23). Estava nascendo aí um novo olhar acerca do manejo do homem sobre o seu espaço produtivo e de morada. Qual é o direito ético do humano sobre o mundo que o cerca, e o quanto lhe é permitido modificar sem sofrer desastrosas consequências?

Após essa polêmica se alçar no mundo, conceitos foram revistos e uma nova inquietação perpassou todos os campos da ciência reverberando nos espaços acadêmicos, e a História encontrou um nicho até então desconhecido, a História Ambiental.

### **Conversando com os moradores**

Após selecionar os moradores com os quais compilaríamos nossas fontes, organizamos um modelo de roteiro buscando padronizar os questionamentos, porém, priorizando a entrevista semiestruturada, saímos então a campo em busca de nosso principal arcabouço documental. Já com prévio conhecimento que muito do que ouviríamos ou mesmo questionaríamos, seria fora do planejado e individualizado conforme livre vontade do colaborador e fruto da seleção de sua memória eletiva, com silenciamentos e construções próprias da oralidade. A velocidade dessas mudanças tem sua singularidade em cada memória. As transformações tecnológicas e químicas no campo ocorreram de forma bastante rápidas em se tratando de tempo histórico. A maioria desses agricultores saiu da agricultura familiar e está atualmente no ramo da leiteira, algo que melhor se adaptou aos espaços com que contam. Esse trabalhador atual também questiona sobre os venenos, busca formas de neutralizá-lo, mas ainda é impotente diante do mundo globalizado e esquivo quanto aos seus propósitos.

As recordações desses habitantes rurais são vivas e com alguns resquícios de saudosismo, mas que refletem o desassossego com os herbicidas aqui surgidos na época da “revolução verde”. Primeiramente no arroz para logo após ir se espalhando as outras

culturas, principalmente a de cebola produzida aqui comercialmente, avançando também às demais áreas do trabalho rural.

Tanto na agricultura como no tratamento com a criação, os venenos são um assunto bastante polêmico e atual o que demonstra a preocupação desse trabalhador com o meio ambiente e a saúde do todo. Nota-se também presente em todos os entrevistados a consciência dos malefícios advindos dos agrotóxicos massivamente utilizados nos últimos tempos, tanto por eles próprios como nas lavouras extensivas.

A preocupação pelas aplicações descuidadas no passado pela falta de informação do real perigo que corriam é constante. É praticamente unânime a acusação aos herbicidas como causa dos inúmeros problemas de saúde, inclusive o desenvolvimento de câncer em trabalhadores rurais, como no caso de um dos entrevistados que teve dois irmãos e um cunhado bastante jovem, mortos por esse mal. Portanto sentem literalmente na pele o reflexo desse “progresso” na agricultura. Notamos assim que o grito de alerta de Rachel Carson nos EUA chegou bastante tarde no Brasil, especialmente nessa região, quando ouvimos ou lemos as palavras de Eledy Mendonça:

Por que na época em que me criei, a gente com muita dificuldade não podia plantar muito, por que se plantasse muito não colhia, por que a sujeira tomava conta. Depois veio o “Afalon” (nome comercial do herbicida) né? (...). E comecei a usar o “Afalon”, que a gente não imaginava e não sabia o “**perigo**” (enfático) que “tava” lidando com aquilo ali!! (...) A gente não tinha instrução, não sabia o que podia contaminar; tá? (...) Depois do já do Afalon, começou a vir vários, e vários, herbicidas, e a gente já não sabia trabalhar sem herbicida! (trecho da entrevista de Eledy Mendonça, 04/10/2014)

Que segue no referente aos herbicidas utilizados no arroz: “*É, o pinga-pinga, o Ordram (nome comercial) chamavam. Era um veneno muito brabíssimo! (...) Eu usei, eu apliquei! (...) Mas depois veio mudando, e foram usando esses herbicidas já com o trator, com o avião... Agora, esses avião, tão poluindo um absurdo!*” O que é confirmado por outro nosso colaborador, o senhor João Álvaro de Freitas que diz: “*Os venenos mesmos, começaram com o “pinga-pinga”, depois começaram esses outros venenos, e hoje “tão” botando com avião!*”

Ao refletir sobre os depoimentos nos reportamos à obra *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, de seu alerta e de sua luta contra o mau uso de defensivos químicos agrícolas e os malefícios de seus efeitos cumulativos no organismo vivos, dos humanos em especial. Esse humilde campônio do interior do Rio Grande também expressa uma acusação como num grito de alerta e de dor, a sua preocupação com o futuro como continua Eledy Mendonça: “*Hoje, a gente só fala assim... Só se fala em câncer! Da onde é*

*que sai isso aí? Se o ar que nós respiremos está envenenado, a carne que nós comemos está envenenada, o leite tá envenenado por que hoje não se pode ter uma vaca sem estar a base de vacina! Essa vacina combate a doença, isso não vai para o leite?(...)”. É a reflexão do povo comum que sofre com a indiferente tecnologia.*

### **Considerações finais**

Buscamos nesse resumo rapidamente pincelar como a problemática dos venenos é vivenciada em nosso interior. A cada morador com que conversamos as reflexões são muito similares, a chegada dos venenos primeiramente nas águas dos arrozais, e logo a sua introdução nas demais culturas. Todos unanimemente falam do desconhecimento dos cuidados na aplicação desses venenos, e da não existência de uma orientação efetiva. E refletem os problemas de saúde a esse uso descuidado. Com a velocidade atual da comunicação, o habitante rural hoje busca pela informação que chega ao mais remoto dos cantos. E a conscientização já se reflete nas formas de trabalho do campo apesar da maciça propaganda pró-defensivos agrícolas que criou uma psicofera onde esse campônio já introjetou em seu subconsciente não ser mais possível trabalhar sem a utilização desses venenos, e não consegue pensar mais a produção sem eles. Porém já não é mais engodado de sua inocuidade buscando formas de minimizar ao máximo a toxicidade desses produtos, pensando não só em si mesmo, mas, na saúde do próximo e da mãe terra que lhes fornece além do abrigo o alimento que colhe no seio de Gaia.

### **Referências**

- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. [traduzido por Claudia Sant’Anna Martins] – 1 ed. São Paulo: Gaia, 2010.
- LE GOFF, Jacques [org.]. **A HISTÓRIA NOVA**. [tradução Eduardo Brandão] – 4.ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: Pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.
- THONPSON, Paul. **A voz do passado: história oral** [trad. Lólio Lourenço de Oliveira]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

### **Entrevistas:**

- \*Eledy Mendonça, Localidade da Palma. Entrevista concedida em 04/10/ 2014
- \*João Álvaro de Freitas, localidade do Belendengue. Entrevista concedida em 13/10/ 2014.

## Museu das Águas: Um Patrimônio Cultural Negligenciado

Cláudia Severo<sup>51</sup>  
Sabrina Veiga da Costa<sup>52</sup>  
Hardalla Santos do Valle<sup>53</sup>

A Companhia Hidráulica Rio-Grandense foi fundada na segunda metade do século XIX através de um contrato da administração pública do Rio Grande com a firma Higínio Corrêa e João Frick, configurando-se como uma importante ferramenta para o desenvolvimento e higienização citadinos. Entretanto, essa imensa estrutura, situada no bairro Hidráulica, hoje conhecida como Museu das Águas encontra-se abandonada e esquecida pela população. Reconhecendo a sua importância para a história municipal, esse trabalho objetiva apresentar uma das ações do Grupo de Trabalho, Pesquisa e Extensão em História Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – no qual somos bolsistas –, e compreender o impacto no cotidiano citadino, exercido pela instalação da caixa d'água e o que isso representa; assim como as razões para seu esquecimento enquanto patrimônio histórico do Rio Grande.

Como cidade portuária, Rio Grande era considerada como uma das mais sujas e infectas do estado do Rio Grande do Sul em meados do século XIX, porém outro agravante para a alta incidência de doenças era a falta de estruturas sanitárias, abastecimento de água potável e hábitos de higiene da população. Os habitantes rio-grandinos consumiam água adquirida de cacimbas, poços ou de homens que a traziam da Ilha dos Marinheiros – os aguaceiros. Após algumas tentativas falhas e outras bem sucedidas, mas que não atendiam a toda população, o acesso à água facilitou-se a partir da fundação da Companhia Hidráulica em 1870. O seu reservatório com capacidade para dois milhões de litros e a estrutura que o sustenta vieram da Inglaterra, desembarcando no cais – atrás da Biblioteca Rio-Grandense. A formação do centro da cidade é resultado dessa primeira rede de captação e distribuição de água, pois as primeiras ruas a possuírem água encanada foram onde se concentraram as propriedades de maior valor e comerciantes. Dessa forma, não é difícil perceber que os bairros mais

---

<sup>51</sup> Graduanda em História Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

<sup>52</sup> Graduanda em História Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

<sup>53</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Educação (PPGE-UFPEL). Coordenadora do Grupo de Trabalho, Pesquisa e Extensão em História Ambiental (GTPEHA-FURG).

afastados continuaram em situação precária quanto ao abastecimento de água e incidência de doenças, demarcando as diferenças sociais entre as classes do período.

As contribuições e influências desse serviço sanitário foram imprescindíveis para o desenvolvimento social, cultural e ambiental da cidade que teve pequenas parcelas da sua paisagem, hábitos e ideário de higiene alterados com a instalação da Companhia. A partir do viés ambiental, novas reflexões sobre a representação do Museu das Águas para a história da cidade do Rio Grande são possíveis, assim como a modificação do estado atual desse patrimônio tangível tão importante. O museu encontra-se fechado, inacessível ao público; com sua estrutura física degradada e abandonada, consequência de gestões inadequadas e desconhecimento do seu papel histórico. Para que esse panorama seja transformado, consideramos um trabalho educacional de conscientização socioambiental essencial, acarretando na valorização desse patrimônio e fortalecimento do sentimento de pertencimento da população rio-grandina.

Somente conhecendo sua história e suas raízes, que há o desejo da preservação de memórias – ou seja, dos seus patrimônios materiais e imateriais, valores, crenças – pelo povo. Nesse caso, além da formação do centro da cidade, o bairro Hidráulica constituiu-se nos arredores do reservatório, ou seja, aqueles habitantes estão diretamente relacionados com a história da Companhia Hidráulica Rio-Grandense. Aqui se insere o ensino de história não mais historicista, glorificando alguns homens e suas ações, mas sim transversal e abrangente que auxilia no processo de identificação da população local com o patrimônio ali presente. A história ambiental aparece como um novo campo de atuação e de reavaliação daquilo que é ensinado nos espaços tradicionais de educação, como as escolas por exemplo. Qualquer espaço é propício à educação, sejam bairros, parques temáticos, praças ou museus – entre tantos outros locais. A importância e impacto desses locais são avaliados juntamente com as práticas desenvolvidas neles e os problemas ambientais, sanitários e de saúde gerados pela instalação de diferentes espaços. Cada local tem sua especificidade e impacto sobre o meio e a sociedade, ou seja, a educação pode e deve ser realizada em qualquer ambiente para explicitar a diversidade de soluções e atitudes individuais ou coletivas que a própria comunidade local é capaz de praticar, assim como Reigota (1994) coloca “cada contexto desses tem as suas características e especificidades que contribuem para a diversidade e criatividade da mesma”

O Museu das Águas do Rio Grande possui um acervo indispensável – mesmo que parte tenha sido perdida, devido a sua infraestrutura - para o ensino da história municipal e que instiga não apenas discentes, mas também pesquisadores, docentes e demais profissionais da área. O museu tem em seu acervo objetos e documentos fundamentais da construção da cidade do Rio Grande, que se encontram bastante danificados. Visando a restauração dessa antiga caixa d'água, um patrimônio cultural negligenciado do município, os coordenadores do Grupo de Trabalho, Pesquisa e Extensão em História Ambiental (GTPEHA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), estão estudando maneiras de auxiliar nesse processo, bem como no tombamento desse museu e seu acervo – essa é apenas uma das ações do programa “A História Ambiental como estratégia de intervenção na cidade do Rio Grande/RS”, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt), do Ministério da Educação, iniciado no primeiro semestre de 2015.

O grupo de trabalho GTPEHA vem promovendo a formação de sua equipe para o processo de salvaguarda do acervo do Museu das Águas, tendo já realizado um curso de higienização de documentos. O próximo passo será a realização de um curso de catalogação e digitalização de fontes, previsto para o mês de setembro de 2015, que serão disponibilizadas no Centro de Documentação Histórica (CDH) da FURG para pesquisas. Portanto, com essa ação percebemos a relevância que o museu possui como patrimônio material, cultural e socioambiental para toda comunidade. Sendo essa apenas uma pequena parte das intervenções a serem realizadas pelo grupo que objetiva, de maneira geral, a conscientização da sociedade rio-grandina para que sejam não apenas espectadores, mas protagonistas das ações benéficas para o seu meio ambiente, sua comunidade; para que os discentes e docentes da universidade atuem conjuntamente com a população e compreendam as significações e valores que ela atribui aos seus patrimônios, memórias e meio ambiente.

## Referências

DRUMMOND, José Augusto. **História Ambiental:** temas, fontes e linhas de pesquisa, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>>.

VALLE, Hardalla Santos do; PRADO, Daniel Porciuncula; ARRIADA, Eduardo. **Museu das águas: Uma história ambiental esquecida.** *Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 1, 2012. p 235-248.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino.** São Paulo: Cortez, 2006.

PELEGRINI, Sandra C.A. Entre armadilhas e artimanhas: o despertar da cidade e a preservação dos seus bens patrimoniais. In: MAGALHÃES, Leandro Henrique; ZANON, Elisa Roberta; BRANCO, Patrícia Martins Castelo (Org.). **Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.** Londrina: Unifil, 2009. p 94-108.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

### **O Ambiente como Promotor do patrimônio: sociedades, conjuntos identidades e estereótipos**

Débora Pires da Silva<sup>54</sup>

Alexandre Silva da Silva<sup>2</sup>

Este trabalho, faz uma reflexão sobre os aspectos socioculturais do Brasil e da África demonstrando as possibilidades interacionais do Ator Social Negro e os locais sociais aos quais o mesmo tem possibilidade de “pertencer/Transitar”, também como as características provenientes destes ambientes podem configurar modos de “tratamento” (prejulgamentos/ estereótipos), que como Leite apresenta

Significa dizer que o saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, auto-imagem e estereótipos que compõem um “olhar imperial” sobre o universo.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Rio Grande – FURG. Bolsista PAENE (Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais). Contato: deborapires@furg.br

<sup>2</sup> Prof. Designer Gráfico e Hardware, Acadêmico do Curso de História Bacharelado com ênfase em Patrimônio Histórico e Cultural da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Bolsista CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) -. Contato: xandy2ss@gmail.com

Assim, o conjunto de escritas sobre a África, em particular entre as últimas décadas do século XIX e os meados do XX, contem equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, lacunas do conhecimento, quando não do próprio desconhecimento sobre o conhecimento africano. (Leite, 2008, p.17- 18)

Desta forma buscamos compreender como estes estereótipos constroem um “Patrimônio” / Cultura, que muitas vezes apresentam características segregacionista prejudiciais ao “bom” convívio social. Pois como apresenta Funare e Pelegrine

O patrimônio individual depende de nós, que decidimos o que nos interessa. Já o coletivo é sempre algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima. (Funare e Pelegrine, 2009, pg.11)

Pois cada grupo social desenvolve suas características específicas as quais formulam sua cultura, conjunto de tradições, pensamentos, fazeres, símbolos, comportamentos, regras, valores e ideias compartilhadas pelos Atores Sociais que o compõe, passados de uma geração para outra como “Patrimônio”. Deixando clara uma relação de conjunto e nivelamento na estruturação do Patrimônio coletivo, pois o mesmo depende da complexidade da sociedade que representa e do grupo “dominante”, pois deste emergem as primeiras ações de preservação de características políticas, sociais, econômicas e religiosas no meio. Onde a memória e seus mecanismos tanto “naturais como artificiais” colaboram neste sentido como apresenta Funare e Pelegrine

(...)a reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade coletiva dos povos e promover a preservação de seus bens culturais — materiais e imateriais pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social e, ainda, otimizar os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano (...) (Funare e Pelegrine, 2009, pg.62-63)

Dessa forma buscando colaborar para uma compreensão contextualizada de onde, como, por qual motivação e em que temporalidade se desenvolveram e desenvolvem as relações do Ator Social Negro nas sociedades Brasileira e Africana, levando em consideração as relações de conjunto, assimilação e ambientais, visando com isso a aproximação da complexa realidade, que propicie compreender a história dos Atores Sociais Negros que, retirados da África, foram enviados escravizados a Europa e América, bem como os contextos em que estes fatos ocorreram.

Pois como nos apresenta Lacan

O significante só tem sentido por sua relação com outro significante. É nessa articulação que reside a verdade do sintoma. O sintoma tinha um ar impreciso de representar alguma irrupção da verdade. A rigor ele é verdade, por ser talhado na mesma maneira que ela é feita. (LACAN, 1998b, p. 235)

Ou seja cada grupo social é o sintoma do contexto (Ambiente) no qual desenvolve-se ou se desenvolveu em uma dialética constante e para analisar as relações do Ator Social no meio foi desenvolvida a tabela 1, que tem inserido em seu diagrama algumas relações que são possibilitadas ao analisarmos o ator social e seu contexto.

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7																																																																																																						
Ator Social	Temporalidade	Local	"Direitos"	Função social	Econômica	Religiosas																																																																																																						
Subcategoria	Subcategoria	Subcategoria	Subcategoria	Subcategoria	Subcategoria	Subcategoria																																																																																																						
Divisões e características	Divisões e características	Divisões e características	Divisões e características	Divisões e características	Divisões e características	Divisões e características																																																																																																						
Delimitar	Delimitar	Delimitar	Delimitar	Delimitar	Delimitar	Delimitar																																																																																																						
<table border="1"> <tr><td></td><td>Qual</td></tr> <tr><td>Gênero</td><td></td></tr> <tr><td>Etnia</td><td></td></tr> <tr><td>Idade</td><td></td></tr> </table>		Qual	Gênero		Etnia		Idade		<table border="1"> <tr><td></td><td>Qual/Tem</td></tr> <tr><td>Período</td><td></td></tr> <tr><td>Ano</td><td></td></tr> <tr><td>Mês</td><td></td></tr> </table>		Qual/Tem	Período		Ano		Mês		<table border="1"> <tr><td></td><td>Qual/Tem</td></tr> <tr><td>Região</td><td></td></tr> <tr><td>Estado</td><td></td></tr> <tr><td>Cidade</td><td></td></tr> <tr><td>Bairro</td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td></tr> <tr><td>Reino</td><td></td></tr> <tr><td>Tribo</td><td></td></tr> <tr><td>Família</td><td></td></tr> </table>		Qual/Tem	Região		Estado		Cidade		Bairro				Reino		Tribo		Família		<table border="1"> <tr><td></td><td>Tem</td></tr> <tr><td>Vida</td><td></td></tr> <tr><td>Propriedade</td><td></td></tr> <tr><td>Pensamento</td><td></td></tr> <tr><td>Expressão</td><td></td></tr> <tr><td>Crença</td><td></td></tr> <tr><td>Igualdade</td><td></td></tr> <tr><td>Comercio</td><td></td></tr> </table>		Tem	Vida		Propriedade		Pensamento		Expressão		Crença		Igualdade		Comercio		<table border="1"> <tr><td></td><td>Tem</td></tr> <tr><td>Comando</td><td></td></tr> <tr><td>Cura</td><td></td></tr> <tr><td>Física</td><td></td></tr> <tr><td>Metafísica</td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td></tr> <tr><td>Defesa</td><td></td></tr> <tr><td>Produção</td><td></td></tr> <tr><td>Construção</td><td></td></tr> </table>		Tem	Comando		Cura		Física		Metafísica				Defesa		Produção		Construção		<table border="1"> <tr><td></td><td>Tem</td></tr> <tr><td>Manufaturada</td><td></td></tr> <tr><td>Industrial</td><td></td></tr> <tr><td>Urbana</td><td></td></tr> <tr><td>Rural</td><td></td></tr> <tr><td>Setor Primário (Extração)</td><td></td></tr> <tr><td>Setor Secundário (Beneficiamento)</td><td></td></tr> <tr><td>Setor Terciário (Comércio)</td><td></td></tr> </table>		Tem	Manufaturada		Industrial		Urbana		Rural		Setor Primário (Extração)		Setor Secundário (Beneficiamento)		Setor Terciário (Comércio)		<table border="1"> <tr><td></td><td>Tem</td></tr> <tr><td>Monoteísta</td><td></td></tr> <tr><td>- deísmo</td><td></td></tr> <tr><td>- monísmo</td><td></td></tr> <tr><td>- monoteísmo trinitário</td><td></td></tr> <tr><td>- panteísmo</td><td></td></tr> <tr><td>- monoteísmo substancial</td><td></td></tr> <tr><td>- panteísmo</td><td></td></tr> <tr><td>Politeísta</td><td></td></tr> </table>		Tem	Monoteísta		- deísmo		- monísmo		- monoteísmo trinitário		- panteísmo		- monoteísmo substancial		- panteísmo		Politeísta	
	Qual																																																																																																											
Gênero																																																																																																												
Etnia																																																																																																												
Idade																																																																																																												
	Qual/Tem																																																																																																											
Período																																																																																																												
Ano																																																																																																												
Mês																																																																																																												
	Qual/Tem																																																																																																											
Região																																																																																																												
Estado																																																																																																												
Cidade																																																																																																												
Bairro																																																																																																												
Reino																																																																																																												
Tribo																																																																																																												
Família																																																																																																												
	Tem																																																																																																											
Vida																																																																																																												
Propriedade																																																																																																												
Pensamento																																																																																																												
Expressão																																																																																																												
Crença																																																																																																												
Igualdade																																																																																																												
Comercio																																																																																																												
	Tem																																																																																																											
Comando																																																																																																												
Cura																																																																																																												
Física																																																																																																												
Metafísica																																																																																																												
Defesa																																																																																																												
Produção																																																																																																												
Construção																																																																																																												
	Tem																																																																																																											
Manufaturada																																																																																																												
Industrial																																																																																																												
Urbana																																																																																																												
Rural																																																																																																												
Setor Primário (Extração)																																																																																																												
Setor Secundário (Beneficiamento)																																																																																																												
Setor Terciário (Comércio)																																																																																																												
	Tem																																																																																																											
Monoteísta																																																																																																												
- deísmo																																																																																																												
- monísmo																																																																																																												
- monoteísmo trinitário																																																																																																												
- panteísmo																																																																																																												
- monoteísmo substancial																																																																																																												
- panteísmo																																																																																																												
Politeísta																																																																																																												

**Tabela 4 Abordagem complexa (SILVA, A. S.)**

Para efetuar o exemplo de utilização da metodologia contida nesta tabela, proponho contextualizarmos o ator social Negro, no Continente Africano, período Pré-colonial e o ator social Negro, no Brasil, período Colonial. Ao fazer uma breve busca para o preenchimento das tabelas referentes aos dois lugares geográficos, fica possibilitada e facilitada a visualização de algumas características de cada ambiente em relação ao Ator Social Negro Tabela 2 e Tabela 3

Tabela 5 Ator social - Continente Africano (SILVA, A. S.)

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7
Ator Social	Temporalidade	Local	“Direitos”	Função social	Econômica	Religiosas
Subcategoria	Subcategoria	Subcategoria	Subcategoria	Subcategoria	Subcategoria	Subcategoria
Divisões e características	Divisões e características	Divisões e características	Divisões e características	Divisões e características	Divisões e características	Divisões e características
Delimitar	Delimitar	Delimitar	Delimitar	Delimitar	Delimitar	Delimitar
Qual	Qual/Tem	Qual/Tem	Tem	Tem	Tem	Tem
Gênero <b>Masculino</b>	Período <b>Colonial</b>	Região <b>Sul - América</b>	Vida	Comando	Manufaturada <b>X</b>	Monoteísta <b>X</b>
Etnia <b>Africana</b>	Ano	Estado	Propriedade	Cura	Industrial	- deísmo
Idade <b>Adulto</b>	Mês	Cidade <b>X</b>	Pensamento	Física	Urbana <b>X</b>	- monismo
		Bairro	Expressão	Metafísica	Rural <b>X</b>	- monoteísmo <b>X</b>
		Reino	Crença	Defesa	Sector Primário (Extração) <b>X</b>	trinitário
		Tribo	Igualdade	Produção <b>X</b>	Sector Secundário (Beneficiamento) <b>X</b>	- panenteísmo
		Família <b>X</b>	Comercio	Construção <b>X</b>	Sector Terciário (Comércio) <b>X</b>	- monoteísmo substancial
						- panteísmo
						<i>Politeísta</i>
			Não Apresenta	Setores base social	Todos - Indústria	Catolicismo

Tabela 6 Ator social – Brasil (SILVA, A. S.)

Após Compararmos as tabelas 2 e 3 podemos visualizar que as interações de cada Ator Social no meio são diretamente ligadas ao lugares sociais que o mesmo tem possibilidades de transitar e até mesmo pode-se compreender a relação de “poder” que as estruturas sociais carregam por serem diretamente ligadas a cultura e consecutivamente ao patrimônio e a identidade tanto do indivíduo como do grupo.

Pois como nos apresenta Piaget

(...) o sujeito não é o simples teatro em cujo palco se representam peças independentes dele e previamente reguladas por leis de uma equilibrção física automática: ele é o ator e, com frequência mesmo, o autor dessas estruturas que ajusta, na proporção de seu desenrolar, por uma equilibrção ativa feita das compensações opostas às perturbações exteriores, portanto, por uma contínua auto-regulação. (PIAGET, 2003, p. 54).

### Referências Bibliográficas

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 4 ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental - Questões legais e conceituais**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009.

LACAN, J. **Do sujeito enfim em questão**. In J. Lacan, Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998b

PIAGET, J. **Biologia e Conhecimento**. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

### **O conselho florestal federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)**

Filipe Oliveira da Silva\*

O presente trabalho permeia a trajetória do Conselho Florestal Federal no período compreendido entre 1934 e 1967. Esta delimitação temporal corresponde aos trinta e três anos de administração desta arena de negociação de interesses públicos referentes à conservação da natureza brasileira. Busca-se, a partir de uma vasta documentação (atas de suas reuniões, fotografias, correspondências, pareceres técnicos, relatórios, notas publicadas na grande imprensa e livros publicados pela instituição) identificar as ações estratégicas para proteção dos recursos naturais e os agentes intelectuais mobilizados em seu interior.

#### **Um conselho às matas**

Desde o final do século XVIII, as preocupações com o uso indiscriminado do meio natural brasileiro tem gerado críticas entre os intelectuais (PÁDUA, 2002). Entretanto, é com o governo Vargas que estas questões ambientais se agravam frente ao processo crescente de urbanização e industrialização e, em virtude disso, são intensificadas as discussões em defesa da natureza nos diferentes espaços institucionais. Tal razão está profundamente marcada pelo teor nacionalista e acentuada visão de que cumpre ao Estado regulamentar propostas no sentido de proteger e salvaguardar o “patrimônio florestal” do país. (FRANCO e DRUMMOND, 2009; DUARTE, 2010). Sendo assim, é durante o governo provisório de 1930 que se instauram no Brasil legislações mais profundas e especializadas no tocante às matas, aos cursos hídricos, aos

---

\*Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e bolsista financiado pelo CNPq com o projeto “Folheando as matas nacionais: imprensa, práticas letradas e sociabilidades de proteção à natureza na Revista Florestal (1929-1949)”. Contato: filipeos@id.uff.br

minérios, à fauna e à flora do território nacional. Esses debates que já vinham sendo processados durante os governos liberais da Primeira República, ganharam forma de lei por meio dos códigos de águas, minas, caça e pesca, florestal, para além da lei de proteção aos animais e de fiscalização das expedições artísticas e científicas.

Inserido neste clima político em ebulição, o código florestal previu em seu centésimo artigo a criação de um Conselho Florestal Federal que seria uma órgão consultivo com as premissas básicas de zelar pela execução daquele decreto. Diferentemente de outros conselhos amplamente revisitados pela historiografia, o Conselho Florestal foi colocado à margem e silenciado. Este esquecimento, aliás, está articulado ao próprio pensamento social acerca do protagonismo da natureza nas ações históricas. Com o desenvolvimento da história ambiental, este conselho tem sido digno de nota em trabalhos recentes. Não possuem, contudo, um esforço sistemático em observá-lo em seu conjunto de ações e sua configuração institucional. Tratam-se de obras que não possuem o objetivo de focalizar a instituição, pautando-se apenas a mencionar a participação de determinados intelectuais como membros do conselho ou assinalar seus objetivos conforme se apresentam no decreto que institui o código. Nosso estudo, porém, não esgota as possibilidades de análise, pois demanda um exercício coletivo de reflexão acerca de sua atuação.

Cientes disso, estabelecemos aqui uma perspectiva diacrônica das quatro gestões do conselho, na tentativa de identificar, sumariamente, a coerência de suas fases, bem como os graus de semelhança ou especificidades de cada um dos momentos. Convém dizer que esta periodização não é estanque, mas deve ser percebida em suas rupturas e continuidades. Analisá-la através deste eixo não-linear é uma demanda que evidencia a dinâmica complexa da composição institucional do conselho florestal federal.

#### **Arquitetando um conselho: a presidência de José Mariano Filho (1934-1946)**

O Conselho Florestal, ao ser implantado, supria a carência sentida desde as reformulações do ministério da agricultura de Juarez Távora para um organismo voltado à proteção às florestas. Até 1933, quando foi extinto, a política florestal se dava no interior do Serviço Florestal do Brasil, criado pelo decreto n.4.421 em 1921, porém apenas inaugurado em 1925 sob a direção do engenheiro agrônomo Francisco de Assis Iglésias.

Contrariando a nomeação de Iglésias na imprensa carioca, o jornalista e arquiteto formado em Medicina pela Escola Politécnica, José Mariano Filho, afirmava que o agrônomo havia sido escolhido pelos seus estreitos vínculos de proximidade com o ministro da agricultura Miguel Calmon e não pela sua competência técnica. Essas desavenças entre Iglésias e Mariano Filho pelo posto de direção do Serviço Florestal exibiam o caráter de rivalidades intelectuais dentro do campo da formulação das políticas públicas em prol do reflorestamento e defesa das riquezas naturais no Brasil. O conflito entre eles perdurou no alvorecer da década de 1930 e Iglésias, silenciando quaisquer respostas públicas, chegou a cogitar, em correspondência à Luiz Simões Lopes, seu afastamento do cargo público. Recebia acusações de Mariano Filho pela incompetência técnica, predomínio da sua “politicagem”, chegando, inclusive a afirmar que foi multado por transformar em carvão as florestas de sua propriedade particular.

Criticando o diretor do Serviço Florestal, Mariano Filho adquiriu grande projeção no governo Vargas, a ponto de ser nomeado para presidir a nova e mais importante instituição das políticas florestais: o conselho florestal federal. Dentre as principais medidas de sua gestão, sobressalta-se: a) a organização anual das festas das árvores na entrada da primavera no Jardim Botânico do Rio de Janeiro; b) a busca pela conservação das matas ao longo da faixa de estrada entre Rio-Petrópolis; c) aprovação dos conselheiros na criação de parques nacionais similares aos norte-americanos; d) campanha para a estruturação de conselhos florestais regionais e municipais, subordinados ao federal; e) apoio à criação de 27 parques florestais em diversas cidades do país; f) articulação à medidas de calçamento, arborização e ajardinamento das cidades, valorizando os sítios pitorescos e o estilo neocolonial; g) combate aos incêndios florestais, advindos do crescimento das favelas e práticas de lançamento e venda de balões.

A gestão de Mariano Filho é reeleita em 1940 e prossegue até 1946, quando o presidente falece. Nas diversas notas de lamento publicadas em jornais e revistas verificamos a presença de conotações positivas à sua postura enquanto “defensor” das matas nacionais. Desse modo, sua administração foi marcada pelo viés culturalista da paisagem, baseado no conceito de cidade-jardim; identificação da natureza como patrimônio nacional e na tentativa de estruturação hierárquica e centralização do conselho.

### **Os pareceres de um jurista: a gestão de Luciano Pereira da Silva (1946-1952)**

Com o falecimento de Mariano Filho foi eleito o consultor jurídico do Ministério da Agricultura Luciano Pereira da Silva. Uma vez que era vice-presidente durante a administração de Mariano Filho, poucas alterações se verificaram no plano estrutural do conselho. Sua administração continuou os projetos anteriores da instituição permanecendo os mesmos conselheiros e atribuições. Um dos principais pontos de influxo em relação à presidência anterior é a intensificação no combate do lançamento e comercialização de balões e críticas aos moradores das favelas pelo desmatamento, sobretudo na Gávea e Tijuca, zonas sul e norte do Rio de Janeiro. Para a contenção das infrações, estreitou as relações com o Corpo de Bombeiros. Além disso, o conselho sedia a Comissão Nacional de Política Agrária em 1950, que nos remete a profunda interação do problema florestal com as territorialidades pelo uso e controle da terra.

Durante a gestão de Pereira da Silva o conselho se enfraquece gradativamente, a contraponto do projeto desenvolvimentista. Os baixos custos orçamentários ao conselho, a fragilidade de sua atuação sendo apenas órgão consultivo (e não julgador ou executor), a grande dimensão geográfica do território e o elevado número de atribuições eram fatores que inviabilizavam sua atuação de modo mais decisivo. De 1951 a 1953, vale destacar, os jornais indicavam a ausência de reuniões sistemáticas no conselho para elaboração de pareceres.

### **“A árvore é uma fonte de renda!”: a administração de Antônio da Cunha Bayma (1953-1956)**

Com aposentadoria de Pereira da Silva em 1953, o conselho foi gerido pelo engenheiro agrônomo Cunha Bayma que se dedicava em seus trabalhos à análise da economia açucareira. Seu nome para presidir o conselho não era trivial. Ele dava continuidade a uma política anterior, visto que era vice-presidente da instituição. Inscrito em uma esfera de valorização da indústria, o conselho teve que ampliar as negociações com diferentes instituições públicas ou privadas para se fazer ouvir.

O presidente e conselheiros visitaram empresas de transporte e siderurgia, sobretudo de capital estrangeiro, que promoviam o reflorestamento. Além disso, o conselho inovou as fardas da polícia florestal, integrou à elaboração do I Congresso Florestal Brasileiro, sediado em Curitiba no ano de 1953, aprovou na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial que não fossem concedidas verbas a projetos que

resultassem em desmatamento, buscou patrimonializar as propriedades de Henrique Lage, no Rio de Janeiro e ainda se ventilou por meio do botânico Luís Emygdio de Mello Filho a redução do imposto territorial sobre as áreas florestais. Observa-se com estas medidas que o conselho atribuía-se neste momento de funções prioritariamente econômicas que, embora houvesse ações culturais e educacionais, o foco central baseava-se no reflorestamento como fonte de rendimento e manutenção do impulso industrialista.

### **Agrarismo e inserção internacional: o conselho sob as ordens de Victor Abdennur Farah (1956-1967)**

Com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao governo da República, os conselheiros anteriores foram exonerados e ocorreu uma grande reestruturação no conselho. Desde 1956, Victor Abdennur Farah e Renato Domingues da Silva, presidente e vice, respectivamente, comandaram o conselho, sendo reeleitos em 1958, 1960, 1962 e 1964. A instituição permanecia com empecilhos para sua atuação, especialmente o fato de ser apenas um órgão de consultas técnicas, mas isso não impediu sua efetividade em muitos momentos que contrariavam interesses mais amplos de grupos sociais.

Farah opôs-se à política rodoviária, considerando que os loteamentos conduziam a uma devastação sem retorno. Além disso, questionava-se a legislação florestal e o papel limitado do conselho na fiscalização dos incêndios florestais. Por essa razão, estiveram os conselheiros inseridos na reformulação do código florestal em 1965, formularam um Atlas Florestal do Brasil em 1964 e publicado dois anos depois; desenvolveram premiações, medalhas ou concursos, tais como “Alberto José de Sampaio”, “José Bonifácio – o Patriarca”, “Manuel Gomes Archer” para trabalhos que enfatizassem a questão florestal; apoiaram o projeto de reforma agrária de 1963; bem como promoveram a criação de Parques Nacionais da Tijuca, da Serra do Cipó e crítica ao abandono do Parque Nacional de Paulo Afonso. Outro ponto importante do conselho durante esta última gestão se deve ao intercâmbio de cientistas estrangeiros. Ventilado desde a gestão de Cunha Bayma, Farah defende a filiação do Brasil à União Internacional de Proteção à Natureza (UIPN, sediada em Bruxelas e fundada em 1947), propicia palestras de representantes da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas para América Latina, tais como René Gachot e cursos de técnicos florestais franceses com André Aubreville em 1957. Dez anos depois, com seus pareceres sendo transgredidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, bem como

superposição de funções entre o Instituto Nacional do Pinho e Serviço Florestal, o conselho é extinto para a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

### **Considerações finais**

Caminhando pelas quatro gestões do Conselho Florestal Federal verificamos que sua trajetória está profundamente marcada pelas mudanças mais amplas no campo político da história brasileira. Além disso, constituiu-se como um dos principais espaços intelectuais para interpretar as transformações das políticas públicas florestais no país. Há nele uma busca de tornar as florestas um patrimônio científico e econômico da nação. Sua eficácia, no entanto, era minimizada pela atuação como órgão consultivo e não fiscalizador ou executivo. Isso abria brechas mais amplas para desenvolvimentismo, mesmo com uma política florestal em configuração no Brasil.

### **Fontes Primárias**

Fundo Luiz Simões Lopes (CPDoc/FGV);

Fundo Luiz Emydgio de Mello Filho (SEMEAR/MN)

Fundo Bertha Lutz (SEMEAR/MN)

### **Referências**

DUARTE, Regina Horta. *A Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil –1926-1945*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940"**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

\_\_\_\_\_. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

## **Os Agroquímicos Sobem a Serra: aspectos da *Revolução Verde* na Serra do Brigadeiro; relato de uma experiência de ensino em história ambiental.**

Adailton Damião dos Santos<sup>55</sup>

O relato de experiência de ensino que aqui é apresentado foi realizado no ano letivo de 2014 na Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro, na comunidade rural de Dom Viçoso, no Município de Ervália em Minas Gerais. A comunidade em questão está localizada a 26 km da sede do município, no entorno da Serra do Brigadeiro, vivendo historicamente da produção agrícola familiar de café, milho e feijão (ALVES, 2008), num processo constante de utilização das áreas originalmente de Mata Atlântica como terras para seus plantios.

As aulas de história ambiental, aqui descritas e analisadas, surgiram da necessidade de localizar a discussão da *Revolução Verde* no entorno da Serra do Brigadeiro, tirando o foco da dita “revolução” da região Centro Oeste, distante da realidade da Zona da Mata Mineira. Há séculos os seres humanos lidam com o ecossistema atlântico na região, transformando-o e sendo transformados por ele, e “é na interação desses elementos que se situa a história ambiental” (CARVALHO, 2006).

O primeiro ponto de inflexão surgido foi exatamente a escolha do tema *Revolução Verde* para ser estudado na disciplina de história, uma vez que este tema parece estar unicamente relacionado às disciplinas de ciências e geografia. Esta inflexão é gerada pela limitação, senão ausência total, da temática ambiental nos currículos específicos de história, tanto em nível Estadual (no CBC<sup>56</sup>) como nacional (no PCN). Como afirma Carvalho (2011): “sendo a história uma disciplina voltada para o ser humano no tempo, aparentemente, o mundo natural estaria fora de seus objetivos”.

O alerta dessa ausência já foi apresentado no princípio dos anos 90 por Arthur Soffiati no tocante aos livros didáticos e à produção acadêmica relativa à história ambiental (SOFFIATI, 1990, P.44). Atualmente há espaços conquistados na produção acadêmica, com diversos grupos de estudo e linhas de pesquisa, sem, contudo, chegarem tais vozes aos livros didáticos<sup>57</sup>. O material disponibilizado para as aulas de

---

<sup>55</sup> Escola Estadual Dom Francisco das Chagas (Ervália, MG)

<sup>56</sup> O CBC é o Conteúdo Básico Comum de cada disciplina, elaborado pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais com a finalidade de estabelecer os conhecimentos, habilidades e competências a serem adquiridos pelos alunos na educação básica.

<sup>57</sup> Arriscaria dizer que um dos únicos períodos da história no qual os livros didáticos esboçam um esforço em fazer história ambiental é o início da colonização do território brasileiro, quando a extração do pau-brasil e a consequente degradação da Mata Atlântica evidencia tal debate. Mesmo por que, após as

história, sobretudo no ensino fundamental, ainda é carente de estudos que envolvam a “(...) relação entre sociedades humanas e natureza” (*Ibidem*, p.44). Mas, se a carência de materiais didáticos oficiais existe, a possibilidade de pesquisá-los e/ou criá-los com os alunos é o desafio principal a ser enfrentado.

O uso de imagens foi, assim, a primeira forma de nortear a discussão da Revolução Verde e, por contrastes, localizá-la na Serra do Brigadeiro. Mostrando imagens de grandes máquinas agrícolas trabalhando em campos de trigo e soja no centro-oeste brasileiro os alunos perceberam a impossibilidade da utilização dessas máquinas na sua região, principalmente devido ao relevo acidentado da serra. Abaixo temos algumas imagens utilizadas:



Mas, se os pivôs centrais acima não subiram a serra, então a revolução verde não se apresentou e nem vendeu nenhum dos seus milagrosos produtos na região?

O passo seguinte foi realizar uma aula expositiva apresentando as principais características da Revolução Verde no Brasil, num esforço para que os alunos se identificassem historicamente com alguma delas. As três principais características levantadas e trabalhadas com os alunos foram: a utilização de maquinaria para realizar

---

teorias de Warren Dean no livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* tornou-se inevitável o debate da questão, sendo o livro “(...) referência obrigatória para toda uma geração de pesquisadores que, de algum modo, se interessam pelas relações que humanos e floresta Atlântica travaram entre si ao longo dos anos, séculos e milênios afora”. (SOUZA, 2011, p.266).

todas as tarefas do campo (arar, plantar, irrigar, colher), a prática da monocultura e a utilização de agroquímicos nas lavouras<sup>58</sup>.

O uso de maquinaria já havia sido descartado com anterioridade pelos alunos, que não se identificavam com as potentes máquinas utilizadas em outras regiões. Quando se tocou na questão da monocultura, houve certa identificação, devido ao predomínio das lavouras de café na região, ainda que, em praticamente todas elas praticava-se o “consórcio de produtos”<sup>59</sup>. No tocante ao uso de agroquímicos, no entanto, praticamente todos os alunos tinham algum produto a listar, identificando-se claramente com este aspecto da revolução verde.

Utilizamos, assim, revistas e manuais da biblioteca da escola para buscar imagens e informação sobre os agroquímicos, que eram chamados pelos alunos de *remédios*. Surpreendentemente, a revista na qual encontramos mais informações e propagandas de agroquímicos foi na revista *Informe Agropecuário*, editada pela Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais (EPAMIG). O período no qual encontramos mais material publicitário foi no início dos anos de 1980, quando a revista trazia de cinco a mais anúncios publicitários de “defensivos agrícolas”<sup>60</sup> em cada um de seus volumes mensais.

A utilização das imagens das propagandas dos “remédios para a lavoura” foi, a partir daí, a base para os estudos realizados em sala de aula. Buscou-se fazer uma análise do tipo de produto que se tentava vender para os agricultores, observando os efeitos/benefícios anunciados pelos fabricantes<sup>61</sup>. Assim, os alunos puderam claramente perceber a repetição de argumentos publicitários como: aumento de lucro, proteção da lavoura, extermínio das pragas e das ervas daninhas, benefícios, felicidade, segurança e, até mesmo, férias coletivas aos agricultores.

---

<sup>58</sup> Essas características são apontadas por Alfredo Lopes como a marca registrada da Revolução Verde no mundo: “O padrão de trabalho era a utilização de sementes híbridas, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização para diminuição do custo de manejo. A adoção destes pacotes pelos agricultores colaborou para a degradação ambiental e transformou a vida dos agricultores tradicionais” (LOPES, 2010, p.488).

<sup>59</sup> No sistema de consórcio (palavra utilizado pelos agricultores locais) de culturas agrícolas na região, são plantados entre os pés de café o milho, o feijão, a abóbora, a mandioca, o mamão, dentre outros produtos.

<sup>60</sup> É importante destacar que a o próprio uso da nomenclatura “defensivos agrícolas” define a ideologia que está por traz dos anúncios publicitários, a suposta defesa da agricultura. Segundo Juliana Presa, a mudança nesta nomenclatura só vai ocorrer no final dos anos de 1980: “(...) em virtude dos riscos que causam para a saúde do homem e para o meio ambiente a nomenclatura defensivo agrícola foi alterada para agrotóxico por intermédio da Lei n. 7. 802 de 1989. A adoção do termo agrotóxico coloca em evidência a toxicidade desses produtos para o meio ambiente e saúde humana” (PRESA, 2013, p.165). Grifos nossos.

<sup>61</sup> Os agricultores provavelmente não tinham contato direto com a Revista Informe Agropecuário, mas a proliferação das chamadas “Casas da Lavoura” e a recomendação de agrônomos, estes sim possíveis leitores da revista, fizeram com que esses produtos alcançassem as lavouras da Serra do Brigadeiro.

Uma solução para os problemas da lavoura, uma promessa sedutora para o agricultor, que resolveria seus problemas com os remédios das “casas da lavoura”, como era o caso do bicho mineiro, responsável por perdas consideráveis na produção do café. Como eliminar o monstro de dentes grandes que come os seus lucros?



Contra essa “praga”, recomendava-se o uso do BIDRIN (nome comercial do Dicrotofós), conhecido pelo seu alto grau de toxicidade e pelos diversos casos de intoxicação ocorridos, chegando a ser um produto legendário nos anos 80 na região estudada: “No combate ao “bicho mineiro” (...) atualmente recomenda-se duas aplicações, de 30 em 30 dias, de Dicrotofós 50S e Fention 50E, em julho e agosto, proporcionando um aumento de produção de até 110%”<sup>62</sup>.

Era, portanto, com a tecnologia oferecida pelas pesquisas científicas e pelas patentes das grandes empresas da agroindústria que os cafezais da Zona da Mata Mineira avançariam e gerariam mais lucros e competitividade ao agricultor da região. Assim afirma-se: (...) através do plano de renovação e revigoração de cafezais vem a Zona da Mata de Minas Gerais, região montanhosa e sem grandes opções agrícolas, retornando gradualmente à cafeicultura, numa base altamente tecnificada<sup>63</sup>. Pois melhorar e aportar tecnologia às lavouras de café da Zona da Mata significava utilizar os produtos químicos que eliminassem qualquer patologia da lavoura, de forma rápida e eficiente, ainda que com riscos para a meio natural e, conseqüentemente, para o ser humano.

<sup>62</sup> “Projeto Café – soluções para os problemas da cafeicultura”. In: **Revista Informe Agropecuário (EPAMIG)**. Belo Horizonte, Ano 3, nº 34, p.12.

<sup>63</sup> *Ibidem* p.10 (grifo nosso).

Neste ponto da pesquisa já se podia modificar a nomenclatura com os alunos, passamos a utilizar a palavra *agrotóxico*, imprimindo a estes o significado de toxicidade que lhe é inerente. Assim, fomos às imagens publicitárias dos mesmos.



Para além de fazer os alunos perceberem os artifícios da propaganda e os males reais dos agrotóxicos, com os quais convivem no seu dia-a-dia, buscou-se também criar uma racionalidade ambiental, colocando-os no centro da decisão sobre que tipo de agricultura vamos ter no futuro. Assim, como proposto por Enrique Leff, procurou-se vincular um passado, e presente, eco-destruidor e um futuro sustentável (LEFF, 2007, p.14), formando um cidadão capaz de utilizar e defender o seu meio natural – quiçá um das mais nobres tarefas entre todas com os quais deve lidar o professor de história na sua luta por construir uma história ambiental na sala de aula.

### Referências:

ALVES, Marisa Alice Singulano. **O Patrimônio de Dom Viçoso**: economia e sociabilidade entre camponeses na região da Serra do Brigadeiro. 2008. 175 folhas. Dissertação de Mestrado - Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Impresso.

CARVALHO, Ely Bergo de. História & Natureza. **História**, Franca, v. 25, n. 1, p. 254-260, 2006. Disponível a partir de: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742006000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742006000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 23 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Uma História para o Futuro: o desafio da educação ambiental para o ensino de história. **Revista História Hoje – revista eletrônica de história**. Vol5, nº 14, 2011/1. ISSN 1806 3993.

Disponível em:

<[http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=14&impressao](http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=14&impressao)>

Acesso em: 22 jul. 2015.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. pp. 11-29, nov. 2007. ISSN 2175-7976. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383/9913>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. História Ambiental: uma demanda contemporânea. **Cadernos de Pesquisa Cdhis**, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010. ISSN: 1981-3090.

Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7520/7153>. Acesso em: 23 Jul.2015.

PRESA, Juliana Brocca. Um mal silencioso: a regulamentação de agroquímicos no Brasil. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 20, n. 30, p. 164-167, dez. 2013. ISSN 2175-7976. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2013v20n30p164/27840>>.

Acesso em: 22 jul. 2015.

SOUZA, Luiz Alberto de. **AEDOS –Revista do Corpo Discente do PPG – História da UFRGS**, Porto Alegre, Num.8, vol. 3, Janeiro, Junho 2011. ISSN 1984- 5634. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/16742/11956>>. Acesso em: 22 Jul. 2015.

### **Patrimônio e História Ambiental: relatos de ações em pesquisa e extensão-a constituição do GTPEHA**

Daniel Porciuncula Prado<sup>64</sup>

Hardalla Santos do Valle<sup>65</sup>

#### **Aspectos iniciais**

O presente texto visa apresentar a constituição e algumas das ações do Grupo de Trabalho, Pesquisa e Extensão em História Ambiental (GTPEHA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o qual originou o Programa “A História Ambiental como estratégia de intervenção na cidade do Rio Grande/RS”, financiado pelo Programa

---

<sup>64</sup> Professor no Instituto de Ciência Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Doutor em Educação Ambiental pela FURG; Coordenador do Programa de Extensão “A História Ambiental como estratégia de intervenção na cidade do Rio Grande/RS”. E-mail: danielhistprado@yahoo.com.br

<sup>65</sup> Doutoranda do

de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação, tendo iniciado formalmente o desenvolvimento de suas atividades no primeiro semestre de 2015.

Em linhas gerais, o Programa caracteriza-se como uma iniciativa de aproximação e troca de experiências entre os sujeitos da academia, atores sociais e os cidadãos da cidade do Rio Grande. O objetivo, com a construção deste elo, consiste no incentivo e fortalecimento da cidadania ativa, na preservação de memórias, salvaguarda de acervos, pesquisa em História Ambiental e Patrimonial da região e intervenções educativo-ambientais. Deste modo, o Programa visa ser um instrumento de estímulo à participação social na proposição de políticas públicas socioambientais, práticas culturais e processos educativos relacionados à área do patrimônio e da História Ambiental.

Caracterizado desta forma, o Programa realiza diagnósticos e análises dos problemas e desafios socioambientais na cidade do Rio Grande e entorno, no extremo sul do Brasil; em outras palavras, o Programa representa uma possibilidade de problematização e ação diante da realidade estabelecida na região.

### **A constituição do GTPEHA**

No ano de 2014, a FURG concorreu e foi contemplada pelo edital do Ministério da Educação denominado ProExt. O Programa, alicerçado em uma metodologia de caráter qualitativo, se ampara na realização de encontros dialogados, oficinas de ação, rodas de conversa e dinâmicas de grupo, além da filmagem de documentários sobre a história ambiental das Escolas e comunidades locais onde estão sendo realizadas as ações que compõem o Programa.

Para tanto, o processo investigativo estrutura-se em 03 etapas. A primeira constitui-se a partir de pesquisa bibliográfica, para o mapeamento dos principais trabalhos científicos já produzidos acerca dos temas abordados pelas ações do grupo. O trabalho de campo, segunda etapa, é caracterizado pela observação participante e realização de entrevistas. Finalmente, na terceira etapa, constituída pela análise dos dados, seguem-se as orientações de Minayo (2003), no momento em que se procura construir inferências das informações destes dados a partir de sua ordenação, classificação e análise.

Deste modo, o Programa visa trabalhar a educação histórico-ambiental, a questão do desenvolvimento urbano desenfreado e os resultantes impactos sobre a cultura local, nas práticas de trabalho que são tradicionais da cidade, no pertencimento

local, na utilização que vem sendo efetivada aos espaços públicos de sociabilidade e na falta de consciência socioambiental sobre os resíduos sólidos e os trabalhadores da reciclagem.

Em consonância com esta direção, os membros deste Programa vem se dedicando à pesquisa e ao trabalho na área da história ambiental, estabelecendo laços de atuação e assessoria junto às comunidades de base, movimentos populares, bem como produzindo dissertações de mestrado; teses de doutorado; publicação de livros; capítulo de livros; artigos em revistas científicas; organização de eventos e intervenções em programas de rádio/TV associados ao tema.

Tal perspectiva epistemológica remonta ao ano de 2008, quando foi operacionalizada uma alteração curricular no Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), momento que houve a introdução de duas ênfases no curso de Bacharelado, a saber: Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural e Gestão do Patrimônio Socioambiental. A partir destas alterações, o Curso de História Bacharelado da FURG voltou-se ao tema “Patrimônio”, tendo em vista que “o egresso terá condições de gerir o patrimônio socioambiental e histórico-cultural, com atuação direta sobre esses patrimônios” (PPP do Curso de Bacharelado em História, 2008, p. 10).

Ocorreu, a partir de então, um redirecionamento do Curso, colocando em evidência o patrimônio em seus mais diferentes aspectos, assim como se passou a oferecer uma gama de possibilidades de atividades (cursos, estágios, atividades complementares, etc.) diretamente voltadas à pesquisa e ação social.

No que refere ao Curso de História – Licenciatura, também é possível afirmar que a Universidade Federal do Rio Grande busca a aproximação e a reflexão crítica dos graduandos acerca da realidade local, cultivando um olhar para “além dos muros” da Escola e da Universidade, indispensável para a qualificação docente. Acredita-se que o ensino de História tem em seu âmago uma função social de extrema importância, que é propiciar embasamento para uma observação e uma posição consciente dos sujeitos sobre o mundo. Logo, a extensão e os projetos e estágios são amplamente valorizados nos Cursos de História.

Esta configuração estimulou a criação do Núcleo de Educação e Patrimônio (NEP), sediado no Centro de Documentação Histórica (CDH-FURG), que tem como objetivo de aglutinar o desenvolvimento de ações voltadas ao mapeamento e gestão do patrimônio do Município do Rio Grande. Da mesma forma, possibilitou a existência do GTPEHA-FURG, que atua em diversas pesquisas da área da história ambiental,

realizando diagnósticos e análises dos problemas e desafios socioambientais da cidade do Rio Grande. Nesta direção, pode-se ressaltar que o presente Programa representa uma resposta às demandas cidadinas provenientes das análises, assim como constitui um espaço para o exercício da extensão de forma integrada às diretrizes estabelecidas pelo Projeto Político Pedagógico dos Cursos de História da FURG.

As ações projetadas vão ao encontro das profundas transformações econômicas, sociais e culturais vivenciadas pelo Município do Rio Grande (RS) na contemporaneidade, decorrentes principalmente da instalação do polo naval e dos impactos diretos deste sobre o local. Rio Grande, além de ser o Município mais antigo do Estado do Rio Grande do Sul, caracteriza-se por ter uma história bastante peculiar, afinal, os processos históricos locais, em decorrência dos ciclos de crescimento econômico, configuram esta como uma urbe vulnerável, sem deixar nada a perder para as ditas cidades modernas. Como já afirmado, Rio Grande desponta no cenário econômico regional e nacional com o complexo industrial e portuário, vivenciando um intenso ciclo de crescimento econômico com a instalação de um complexo da indústria naval, com a ampliação do contingente populacional e, conseqüentemente, da área ocupada para abrigar a população flutuante – trabalhadores de outros Estados – e dos estaleiros, que ocasionam profundas transformações junto ao cenário ambiental e cultural, impactando em profundas alterações na estrutura do local com o crescimento urbano e demográfico de forma desordenada, gerando impactos como a falta de estrutura pública, de imóveis para moradia, pressão sobre os marismas, banhados e ecossistemas frágeis, aumento da violência, do tráfico de drogas etc. Ou seja, compõe-se um mosaico de conflitos de ordem socioambiental em toda a região.

Há que se considerar, também, que o Município do Rio Grande apresenta uma multifacetada composição cultural, associada à riqueza do seu meio natural, as quais podem ser visualizadas em diferentes categorias do seu patrimônio e que merecem ser reconhecidas e preservadas pela população e pelo poder público.

Dentro deste contexto, cabe mencionar, ainda, que a prática extensionista orientada pelas demandas contemporâneas do Município se constitui como um possível espaço privilegiado para formação de educadores, pesquisadores e gestores comprometidos com a construção de políticas públicas socioambientais. Assim, a formação de acadêmicos atentos às transformações culturais, ambientais, educacionais e sociais locais se impõem como um imperativo à Universidade, que se pretende articulada à comunidade e ao ecossistema do qual é parte constituinte, tendo em vista

que a interação entre os saberes científicos e os saberes tradicionais podem trazer consistentes encaminhamentos para o atendimento de questões de curto, médio e longo prazo, a partir de um trabalho interinstitucional articulado e co-responsável entre comunidade, Universidade e poder público.

Com relação às ações previstas e já desencadeadas pelo GTPEHA, destacam-se: A construção de ações para a preservação de saberes tradicionais e a salvaguarda da identidade local, como os da pesca artesanal e da produção de sementes crioulas/nativas. Com relação à pesca tradicional, já foram defendidos – no âmbito de trabalhos de conclusão de curso na área da História – dois TCCs, focando tais atividades tradicionais, em especial, na Ilha da Torotama, e com relação às sementes crioulas, um TCC de graduação e, atualmente, uma dissertação de Mestrado, focando entrevistas junto às comunidades tradicionais rurais do interior do município do Rio Grande e, somado a isto, o mapeamento destas sementes crioulas. Este último trabalho vem sendo articulado em conjunto com a Secretaria do Desenvolvimento Primário da Prefeitura. Neste ponto, a ideia central consiste em buscar a patrimonialização destas sementes nativas e crioulas, além do apoio junto ao projeto “guardiões das sementes crioulas”, sendo que estes “guardiões” são os próprios alunos de escolas municipais inseridos na área rural e filhos dos agricultores.

Outro importante ponto deste programa diz respeito à identificação das representações sociais da população rio-grandina diante do processo de intensificação da urbanização, complexificação da economia e da estrutura social a partir do crescimento portuário. Com o referido crescimento acelerado, muitos olhares, percepções, representações sociais estão em processo de desaparecimento. Desta forma, entende-se que a “documentação” pode servir como uma espécie de “resistência” em meio ao à “pasteurização” da cultura local.

Por outro lado, Rio Grande, apenas no ano de 2014, estabeleceu seu Plano de Arborização. A cidade possui um número mínimo de árvores, sendo a sua maioria, árvores exóticas como a espécie plátano, localizadas em canteiros e áreas públicas. Outra característica são as podas sem orientações que ocorrem por particulares, em especial, na época do inverno. A ação do GTPEHA está realizando um mapeamento das árvores nativas da cidade do Rio Grande, bem como das áreas que precisam de uma melhor arborização e em conjunto com a Prefeitura local, está estabelecendo metas de arborização com a mata nativa. Junto a esta demanda, dentre os diversos temas que se

desenvolvem em oficinas nas escolas e associações de bairros, um deles diz respeito à arborização citadina.

Outro item em pleno desenvolvimento é o diagnóstico acerca das praças urbanas e funções que vem sendo atribuídas a estas. Praças aqui compreendidas pela pesquisa enquanto espaços de práticas sociais, ambientes de preservação e de sociabilidade. A proposta a ser operacionalizada pelo GTPEHA relaciona saídas a campo, roteiros junto às escolas públicas parceiras, trabalhando-se com a metodologia da educação ambiental e da educação patrimonial com turmas de ensino fundamental.

Isto posto, uma das formas de realizar a publicização das ações consiste na realização de mostras fotográficas com foco nos ecossistemas/paisagens bem como do patrimônio material e suas modificações ao longo do século XX. Nesta direção, destaca-se o papel da Fototeca Municipal, a qual conta com um acervo que remonta às paisagens da cidade desde o final do século XIX. A metodologia de trabalho visa fotografar os mesmos espaços em suas atuais condições, e ao mesmo tempo, comparar com as imagens antigas, propondo assim uma reflexão acerca das transformações ocorridas na urbe durante o século XX. Uma primeira mostra fotográfica já foi realizada nas dependências da FURG, em agosto de 2015, e a proposta agora é ampliar a quantidade de imagens, bem como realizar exposições itinerantes, como no Mercado Público Municipal, Prefeitura e Legislativo da cidade, locais públicos em condições adequadas de luz para as referidas projeções, etc.

Por fim, como produto social destas ações, estão sendo confeccionados materiais didáticos relacionados à pesca artesanal na Ilha da Torotama e às atividades junto aos grupos de coleta seletiva de resíduos. A proposta será a realização de documentários que foquem tais realidades; estes serão encaminhados às escolas e espaços de gestão do município em formato de DVD, bem como ficarão disponíveis na *web*. Em sínteses, o teor destes materiais didáticos/documentários consistirá na análise da realidade, a partir de depoimentos dos atores sociais destes grupos/comunidades, mediados pelos integrantes do GTPEHA.

### **Considerações – Parciais – Finais**

No presente procurou-se apontar aspectos das ações de extensão e de pesquisa coordenados pelo GTPEHA, e que estão em andamento ao longo do ano de 2015. Por meio da conscientização socioambiental das comunidades locais, diversas ações estão e serão realizadas para o fortalecimento do sentido de pertença da população rio-grandina,

assim como a valorização de práticas de trabalhos tradicionais da cidade, salvaguarda de acervos e preservação de patrimônios culturais locais/regionais.

Nestes primeiros meses de desenvolvimento das ações extensionistas, já é possível citar como um resultado parcial a recuperação do acervo documental do Museu das Águas. Atualmente, o material recuperado está passando por um processo de higienização para ser disponibilizado, posteriormente, à comunidade.

Como demonstrou-se, as demandas são muitas, e ao mesmo tempo as políticas públicas de equacionamento e/ou diminuição das desigualdades e em prol da preservação dos patrimônios histórico e ambiental encontram-se em escala lenta. Neste sentido, acredita-se que somente a colaboração entre diversos atores sociais como os parceiros do Programa ora apresentado, podem se constituir como uma ferramenta de enraizamento de compromissos socioambientais na região, demarcando uma presença forte da Universidade junto à comunidade local.

### **Referências**

- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- LAGO, Antonio & PÁDUA, José Augusto. **O que é Ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.
- PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PRADO, Daniel Porciuncula. **A Figueira e o Machado: Uma história das raízes do ambientalismo no sul do Brasil e a crítica ambiental de Henrique Roessler**. Rio Grande: Editora da FURG, 2011.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO DE HISTÓRIA DA FURG**. Rio Grande: FURG, 2008.
- MEIHY, José Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

## **Patrimônio, memória e ambiente em Rio Grande: praças como espaços de aprendizagem.**

Camila Rola Alves<sup>66</sup>  
Carmem G. Burgert Schiavon<sup>67</sup>

Esta proposta de comunicação tem como objetivo o relato acerca de uma atividade realizada em quatro praças da cidade do Rio Grande; são elas: Praça Barão de São José do Norte, Praça Xavier Ferreira, Praça Almirante Tamandaré e Praça Sete de Setembro. A referida atividade ocorreu com os alunos do 4º ano da Escola Círculo Operário Sagrado Coração de Jesus e objetivou a realização de uma reflexão relacionada ao patrimônio, à memória e ao ambiente destes espaços. Em outras palavras, o trabalho com estas Praças abordou a sua utilização a partir de diferentes aspectos, ou seja, não somente a sua formação mas, como estes lugares eram utilizados antigamente e na atualidade.

Nesta direção, o projeto desenvolvido na Escola Círculo Operário Sagrado Coração de Jesus objetivava visualizar a cidade como uma espécie de documento para o ensino de História, tendo em vista que muitos dos conteúdos trabalhados em sala de aula podem ser aprofundados mediante a realização de atividades práticas como saídas de campo, de forma que o aluno tenha a “compreensão da própria cidade como documento da história e de cultura” (SCIFONI, 2012, p. 30) e assim possam (re) conhecer o espaço citadino; enfim, as mudanças, os novos traçados e configurações das cidades, entre outros aspectos.

A partir dos conteúdos a serem trabalhados e dos princípios da metodologia da Educação Patrimonial, as atividades ocorreram a partir da escolha de pontos considerados patrimônios pelos alunos, os quais guardam relação com a história da cidade do Rio Grande, haja vista que esta “metodologia tem demonstrado o quanto se pode refletir e problematizar com relação à cidade e à sua história, tomando os monumentos históricos como ponto de partida para o processo de ensino-

---

<sup>66</sup> Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Mestranda do Programa em História – Mestrado Profissional em História da FURG.

<sup>67</sup> Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG).

aprendizagem” (FRAGA, 2010, p. 224). Para tanto, o ponto de partida deste trabalho foram algumas Praças da cidade do Rio Grande.

Assim, a atividade desenvolveu-se em diferentes etapas: em um primeiro momento, ainda no ambiente da sala de aula, foram expostos cartões-postais e fotografias relacionadas a diversos espaços da cidade do Rio Grande, em diferentes momentos. A partir de então, os alunos foram instigados a observar, a descobrirem que lugar era aquele, a indicarem as mudanças e permanências de uma imagem para outra. Em um segundo momento, trabalhou-se com as informações apontadas pelos alunos acerca do que eles sabiam sobre a história daquelas Praças. Neste momento, torna-se importante destacar que algumas Praças – como é o caso da Barão de São José do Norte e a Sete de Setembro –, que não ficam bem no centro da cidade, muitos alunos não as conheciam ou, até mesmo, passavam pelos locais e não reconheciam aqueles espaços e suas histórias. Finalmente, em um terceiro momento, trabalhou-se com o histórico destas Praças.

A seguir, aponta-se um breve histórico destes locais.

A Praça Barão de São José do Norte tem uma história muito incomum em relação às outras; neste local, inicialmente cercado de madeira, realizava-se o enforcamento dos condenados à morte; prática que ocorreu na cidade até o ano de 1855, quando a pena de morte foi abolida no Brasil. Neste mesmo espaço, conforme indica uma planta de 1767, também ficava o pelourinho – local onde eram publicadas as normas ditas legais da época e eram aplicados castigos físicos, inclusive, o açoite a escravos. Estes chegavam através do Porto do Rio Grande; alguns ficavam por aqui, e outros eram comercializados pela região Sul. Na cidade, os escravos trabalhavam nas mais diferentes atividades; entre elas, ama-de-leite, cozinheiros, lavadeiras, pedreiros, etc. Ao trabalharmos com a história desta praça, estaremos abordando a presença do trabalho escravo na cidade do Rio Grande; em outras palavras, podemos refletir sobre a presença escrava e negra na cidade, bem como acerca das contribuições culturais deixadas, como é o caso de práticas religiosas e aspectos ligados à culinária rio-grandina.

Este local, a Praça Barão de São José do Norte, também foi chamada de Largo do Moinho; posteriormente, passou a denominar-se Largo da Praça da Caridade com o início da construção do hospital da Santa Casa, na década de 1850 e, finalmente, passou à denominação atual – Praça Barão de São José do Norte –. Além disso, na década de 1930, a referida Praça foi dividida em duas partes para possibilitar o escoamento do

trânsito; em especial, dos bondes da linha Cidade Nova, os quais eram obrigados a fazer duas acentuadas curvas para seguirem para a Rua Aquidaban (TORRES, 2008). Assim, ao falarmos deste ponto, o porquê da Praça ter sido dividida, abordaremos temas como a modernização e os bens patrimoniais locais.

Ao focar na Praça Xavier Ferreira, não temos como a desvincular do centro histórico da cidade, tendo em vista que esta é praticamente o “coração” do mesmo. Sua história remonta aos primeiros anos do século XIX, ganhando formato à medida que foi sendo construído. Na visita ao local, a Praça foi observada não somente pela sua apresentação, como também pelos monumentos que fazem parte dela. Com relação a estes, destacamos o Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes (fundador da cidade); o Monumento à Liberdade, que retrata o fim da escravidão (sendo que este foi o primeiro monumento erguido em praça pública na cidade no ano de 1889). Também observamos o Chafariz vindo da Inglaterra, em 1874, sendo que este era um dos principais cartões-postais de visita da cidade no século XX. Além destes destaques houve referência ao Lago dos Cisnes<sup>68</sup>. A Praça Xavier Ferreira também possui um número bastante diversificado de árvores, tornando o lugar como um “local de passeio das famílias ao entardecer e nos finais de semana” (TORRES, 2008, p. 43).

O interior da Praça Tamandaré possui muitos monumentos; entre estes, destaca-se o Monumento Túmulo à figura de Bento Gonçalves, “um dos principais líderes da Revolução Farroupilha. Foi Bento Gonçalves da Silva que se destacou como comandante militar nas lutas platinas e também como presidente da República Rio-Grandense” (TORRES, 2008, p. 69); sendo que no ano de 1909, foram depositados, junto ao monumento, seus restos mortais. Nesta Praça também encontramos um mini zoológico com um pequeno número de animais, um grande chafariz, que foi instalado em 1876 pela Companhia Hidráulica, entre outros aspectos e, conforme aponta o historiador Luiz Henrique Torres, “devido a grande dimensão de 44.124 metros quadrados, 316 metros de comprimento por 140 metros de largura, a manutenção deste espaço público tem sido um desafio para os governos municipais” (TORRES, 2008, p. 33).

---

<sup>68</sup> Este local é assim chamado por ter possuído belos exemplares dessa ave, sendo que os primeiros vieram da Alemanha, em 1936, depois no início da década de 60 um casal vindo de Portugal nadava graciosamente no Lago, ainda nos anos 60 vieram cisnes da estirpe inglesa, mas nascidos no Brasil, por último tivemos um casal de cisnes negros, vindos da Holanda, que ainda na década de 80 se encontravam no lago (SOARES, 2010, p. 47).

Ao trabalharmos com a Praça Tamandaré – assim como as demais Praças – como já foi destacado anteriormente, abordaremos o seu histórico, já que este local era antigamente chamado de Geribanda e foi um dos principais pontos de abastecimento de água da cidade. Este era, então, um ponto de aglomeração para coleta de água, geralmente feita por escravos e, também, ponto de lavagem de roupas por lavadeiras. No início da década de 1870, quando os poços começaram a ser fechados, existiam 5 exemplares. A área se valorizou com o crescimento da cidade; sendo assim, a Praça começou a receber projetos, como o de plantação de árvores, já que neste local só existiam combros de areia e também foi feito um ajardinamento e a construção de lagos e ilhotas (TORRES, 2008). A realização deste percurso patrimonial foi pensada de modo que os alunos caminhassem por estes espaços, que eles vivenciassem esta experiência, isto é, que os discentes (re) conhecessem os lugares visitados.

Seguindo com o roteiro das Praças, trabalhamos com a Praça Sete de Setembro, e nesta abordamos a colonização da cidade, assim como retomamos o assunto referente à chegada do Brigadeiro José da Silva Paes, a colonização da Vila do Rio Grande de São Pedro, entre outros aspectos.

A última parte desta atividade patrimonial ocorreu por meio da confecção de desenhos e de pequenas narrativas dos alunos acerca dos pontos e aspectos que mais chamaram a atenção deles durante a realização das atividades práticas. Entre os trabalhos realizados foram citados o Monumento Túmulo a Bento Gonçalves, o Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes, conforme indica a seguinte narrativa: “o monumento do Brigadeiro José da Silva Paes está consentrado na praça Xavier, ele foi o fundador da nossa cidade no dia 19 de fevereiro de 1737 a frota “Brigadeiro” trampôs a “Barra” difício e aqui “desenbarcou” para construir um forte militar” (narrativa do aluno A<sup>69</sup>; manteve-se a grafia apresentada pelos alunos). Outro ponto muito destacado nas narrativas construídas pelos alunos foi o mini zoológico, localizado na Praça Tamandaré, no momento em que eles indicaram: “o mini zoo está localizado na Praça Tamandaré. E tem vários animais, e na praça tem muito movimento de pessoas” (narrativa do aluno J.)

Por fim, destacamos que a partir destas atividades, os alunos foram elencando seus bens culturais, e isto demonstra o trabalho realizado e o aflorar do sentimento de

---

<sup>69</sup> Optamos pelo anonimato dos alunos.

pertença dos alunos quanto ao patrimônio, tanto na sua vertente material, quanto imaterial.

### Referências

FRAGA, Hilda Jaqueline de. A cidade como documento no ensino de história. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.) **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.) **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

SOARES, Célio. **Ecos do passado: histórias da velha cidade do Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 2010.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande: Imagens que contam a História**. Rio Grande: SMEC/Rio Grande, 2008.

### **Praças riograndinas: espaços públicos do encontro com o Outro.**

Taciane Borges Umpierre de Moares<sup>70</sup>

Este projeto tem por objetivo desenvolver dentro do espaço escolar uma percepção de espaço público, construindo ou potencializando a consciência crítica e social, o sentido de pertencimento ao espaço público e ao reconhecimento da história local. Este trabalho foi estimulado a partir de observações empíricas e diálogos entre várias pessoas as quais também percebem o sentimento de descaso com os espaços públicos da cidade do Rio Grande/RS. Ainda nestas observações, percebemos que uma parte da população busca nos seus momentos de lazer lugares que exista uma aproximação com o meio natural. Daí fica a pergunta: se a população busca estes espaços o porquê vão ao encontro e lugar longe e não valorizam o espaço que lhes é ofertado em seus bairros? Será a falta de identificação com este espaço? Será a falta da manutenção e fiscalização sob competência de gestores públicos?

---

<sup>70</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, Graduanda do curso de Geografia Licenciatura e Bolsista do Grupo de Trabalho de Pesquisa e Extensão em História Ambiental – GTPEHA-FURG, todos com atuação na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Para desenvolver um assunto, primeiramente, temos que buscarmos conhecimento sobre ele, e por isso dialogamos brevemente sobre o que são praças urbanas e qual o seu papel na sociedade.

A ideia do conceito praça através de uma definição histórica. Praça no dicionário (FERREIRA, 2010) "Lugar público cercado de edificações; largo. 2. Mercado; feira. 3. O conjunto das casas comerciais duma cidade; o seu comércio. Mas ao analisar diversas praças percebemos ver que o lugar é apropriado de diversas formas ou funções. Para o Urbanista Marx, a "praça é um espaço para a reunião de gente e para o exercício de um sem números de atividades diferentes, que surgiu entre nós de maneira marcante e típica, diante das capelas e igrejas, de conventos ou irmandades religiosas e que tem sido muito confundida com jardins.", reconhecida como um espaço público, onde os cidadão de uma sociedade se reuni para diversas atividades coletivas.

A história da cidade é facilmente confundida com a história e cultura das praças. Estes lugares de participação pública ou privada de manifestações política e do encontro com o outro, se constituiu assim ao longo da história.

Segundo o Geografo GOMES, as praças eram um Largo ou Terreiro. A partir do século XIX as praças ganham um novo significado através de ideias de reforma do espaço urbano. Novos conceitos e funções foram adquiridos e aspectos como a higienização e o sanitário em defesa da saúde, a arborização como princípios estéticos como calçamentos e jardins. Por esse fio condutor através da história das praças, conseguimos contextualizar o processo de formação da Praça Tamandaré.

Para tecer a história da praça é necessário que conheçamos a história da cidade e assim compreender a sociedade que se relaciona com este espaço.

A importância de reconhecer a Praça Tamandaré como um patrimônio socioambiental não deverá vir somente pela percepção do poder público, mas sim, de toda a comunidade Riograndina. Aqui vamos falar de um espaço que agrega fatores físicos e biológicos, paisagístico e urbanístico, lazer, recreação, arte e esporte são elementos significativos para justificar e definir a Praça Tamandaré como um patrimônio socioambiental.

É através destas observações que o projeto é construído e afirma um compromisso de desenvolver estes objetivos já difundidos no início do parágrafo anterior. Este projeto será trabalhado com o GTPEHA-FURG em parceria com secretarias municipais responsáveis pela manutenção do espaço público e meio ambiente da cidade do Rio Grande/RS. O projeto se desenvolverá em três(3) etapas, as

quais são denominadas como: 1ª etapa “Conhecer o Outro”. Como primeiro momentos o objetivo nesta etapa é conhecermos e estabelecer uma relação de estudo. O importante é conhecer o espaço, a linguagem e a relação de convívio desta comunidade.

Ao longo do projeto serão realizadas atividades em campo, onde os alunos se deslocarão para espaços públicos para fazerem observações aos diferentes lugares identificados semelhanças e diferenças, analisando aspectos positivos e negativos no sentido de um ambiente saudável, harmônico, prazeroso pra um convívio coletivo.

A 2ª etapa “Conhecendo o Lugar do Encontro”. Será desenvolvida uma saída de campo à Praça Tamandaré. Nesta fase o objetivo é de construir saberes e uma relação com a praça que oferece uma importância social, ambiental e histórica para a comunidade Rio Grandina. Como é uma praça central grande parte da população tem um certo contato com o este espaço. As categorias a serem observadas e trazidas para o diálogo são: a água; a arborização; a fauna, os monumentos, a saúde da praça (conservação e higienização) e a circulação das pessoas. Cada categoria terá um elemento em destaque para ser observado, como por exemplo, na categoria Fauna ganhará destaque os animais em cativeiro que ali estão expostos. Como também na categoria a circulação das pessoas será destacado o acesso ao transporte público. Trazer a reflexão da Praça Tamandaré como Patrimônio Socioambiental.

A 3ª etapa construindo saberes do “Lugar do Encontro com o Outro”. Neste último passo do processo da construção de saberes das nossas praças Através do material coletado identificaremos a história do espaço público do bairro. Traçaremos um comparativo de como era e como é. Assim trabalharemos a ideia de qual praça seria ideal para aquela comunidade, a partir de suas percepções e expectativas.

O material produzido pertencerá ao grupo que desenvolveu o trabalho.

## **Conclusão**

Após findarmos todas as atividades do projeto, um relatório será produzido. Nele constarão todas as ações e a análise final. Esta análise se embasará no resultado final da última etapa, onde o grupo descreverá o modelo de praça ideal para o desfrutar desta comunidade. A ideia é entregar este relatório aos órgãos competentes para que seja realizado, a solicitação do grupo que representará o seu bairro e para que também sirva de documento e fonte histórica para outras pesquisas.

A ideia final e o objetivo e o motivo visa o desenvolver a identidade da comunidade com seu espaço público, e assim estimular o sentido de pertencer a um

espaço coletivo, saudável, prazeroso e harmônico, construindo a ideia de espaços verdes e também de ser participativo na fiscalização e cuidado com higienização e conservação do espaço público a qual faz parte.

## Referencial

ABUD, Kátia Maria. **Ensino de história. Estudo do meio e aprendizagem histórica.** Cap. 5. Kátia Maria abud, André Chaves de Melo Silva, Ronaldo Cardoso Alves. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2013. (p.79 – 92)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Comunidades Aprendentes. **Encontros e Caminhos:** Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília, 2005.

GOMES, Maria Rosângela. **A praça pública como indicador dos problemas socioambientais na cidade de Natal/RN.** Sociedade e Território, Natal, v. 24, nº 1, p. 134 - 145, jan./jun. 2012.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. e SOARES, Beatriz Ribeiro. **A Vegetação Nos Centros Urbanos:** Considerações Sobre os Espaços Verdes em cidades médias brasileiras. Estudos Geográficos, Rio Claro, 1(1): 19-29, Junho, 2003. [www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio:** O dicionário da língua portuguesa. 8ª ed. Curitiba; Ed Positivo; 2010.

LUZ, Thaize Ferreira da. **Espaços Públicos no cenário urbano Rio-Grandino:** um estudo de caso do papel social das praças na cidade do Rio Grande. FURG, 2011.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil:** pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

REIS, Marília Freitas de Campos Tozoni. **Pesquisa-Ação. Encontros e Caminhos:** Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília, 2005.

SÁ, Laís Moura. **Encontros e Caminhos:** Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília, 2005.

VIERO, Verônica Crestani. e FILHO, Luiz Carlos Barbosa. **Praças Públicas:** Origem, Conceitos e Funções. UBRA, 2009. <http://www.ceap.br/material/MAT1511201011414.pdf>

VIEZZER, Moema L. **Pesquisa-Ação-Participante. Encontros e Caminhos:** Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília, 2005.

## Rio Grande e São José do Norte (RS, Brasil): a constituição e complexificação de uma zona de sacrifício.

Caio Floriano dos Santos<sup>71</sup>; Marcela de Avellar Mascarello<sup>72</sup>

### Introdução

Os municípios de Rio Grande e São José do Norte, localizados no extremo sul do Brasil, atravessam um ciclo de crescimento econômico impulsionado pela modernização portuária e introdução da indústria naval no território (SANTOS; MACHADO, 2013a; GERHARDT *et al.*, 2014), o que atrai novos investimentos e empreendimentos (SANTOS; MACHADO, 2013b).

Assim, buscamos ampliar e explicitar sobre a constituição da região do Extremo Sul do Brasil como uma grande "zona de sacrifício"<sup>73</sup> (SANTOS; MACHADO, 2013a), que acaba por se complexificar em virtude da atração de novos investimentos (SANTOS; MACHADO; 2013b; SANTOS, 2014) que possui nas chantagens locacionais e nas alternativas infernais<sup>74</sup> a criação discursiva para a aceitação e a impossibilidade de qualquer discussão sobre os empreendimentos (GERHARDT *et al.*, 2014), invisibilizando comunidades e populações (MASCARELLO; SANTOS, 2015).

Com isso, pretendemos de forma crítica discutir esse "des-envolvimento"<sup>75</sup>, que se vende para essa região, bem como as atitudes do Estado que vêm tratando a cidade como mercadoria (VAINER, 2000). Proporcionando uma outra leitura sobre esse "mar

<sup>71</sup> Doutorando PPGEA/FURG - Bolsista FAPERGS/CAPES.

<sup>72</sup> Oceanógrafa (UNIVALI). Mestranda em Manejo Costero Integrado na UDELAR/URUGUAI.

<sup>73</sup> Zona de sacrifício é caracterizada pelo fato que "**certas localidades destacam-se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda.** Os moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. **Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de "zonas de sacrifício" ou "paraísos de poluição", onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios,** assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados "paraísos fiscais" (ACSELRAD, 2004).

<sup>74</sup> Chantagem Locacional é o processo em que uma determinada empresa procura obter vantagens financeiras para a sua instalação em determinada localidade (ACSELRAD, 2013) e por "alternativas infernais "a escolha entre duas soluções ruins", fazendo com que a população aceite determinados empreendimentos (ACSELRAD; LEROY, 2012).

<sup>75</sup> A expressão 'des-envolvimento' é utilizada por Carlos Walter Porto-Gonçalves nas obras o "(Des)caminho do Meio Ambiente" (1989) e a "A globalização da natureza e a natureza da globalização" (2006). Expressão essa que foi empregada na Carta do IV Encontro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, realizado em Belo Horizonte em 2014, a qual articula diversos grupos que lutam contra a injustiça ambiental no país.

de oportunidades"<sup>76</sup> propagandeado pelos governos e pela mídia, produzindo uma "harmonia coerciva" (NADER, 1996) evitando a possibilidade de conflitos e rupturas.

Para tanto, nos basearemos em dados de empreendimentos que vêm sendo implementados na região, bem como pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, como por exemplo pelo Observatório de Conflitos do Extremo Sul do Brasil<sup>77</sup>, CDES e outros, para realizar um debate sobre esse cenário.

### **A ampliação da zona de sacrifício**

Santos e Machado (2013a) consideram a Região do Extremo Sul do Brasil como uma "Grande Zona de Sacrifício" por ser permeada "de atividades potencialmente poluidoras, como: monoculturas (*pinus*, eucalipto, arroz e soja), pastagens para gado, indústria de fertilizantes, cadeia produtiva do petróleo (indústria naval e refinaria de petróleo), pesca industrial e outras" (p. 198-199). Apresentamos na figura 1 algumas destas atividades concentradas nos municípios de Rio Grande e São José do Norte. Tendo como referência o Porto Organizado do Rio Grande, que possui áreas consolidadas e de expansão em ambos municípios, bem como o Distrito Industrial do Rio Grande, na área retroportuária.

---

<sup>76</sup> "Mar de Oportunidades" foi o slogan utilizado nas três primeiras edições da Feira do Polo Naval (baseada nos negócios e transações comerciais) realizada no município do Rio Grande nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande.

<sup>77</sup> <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>

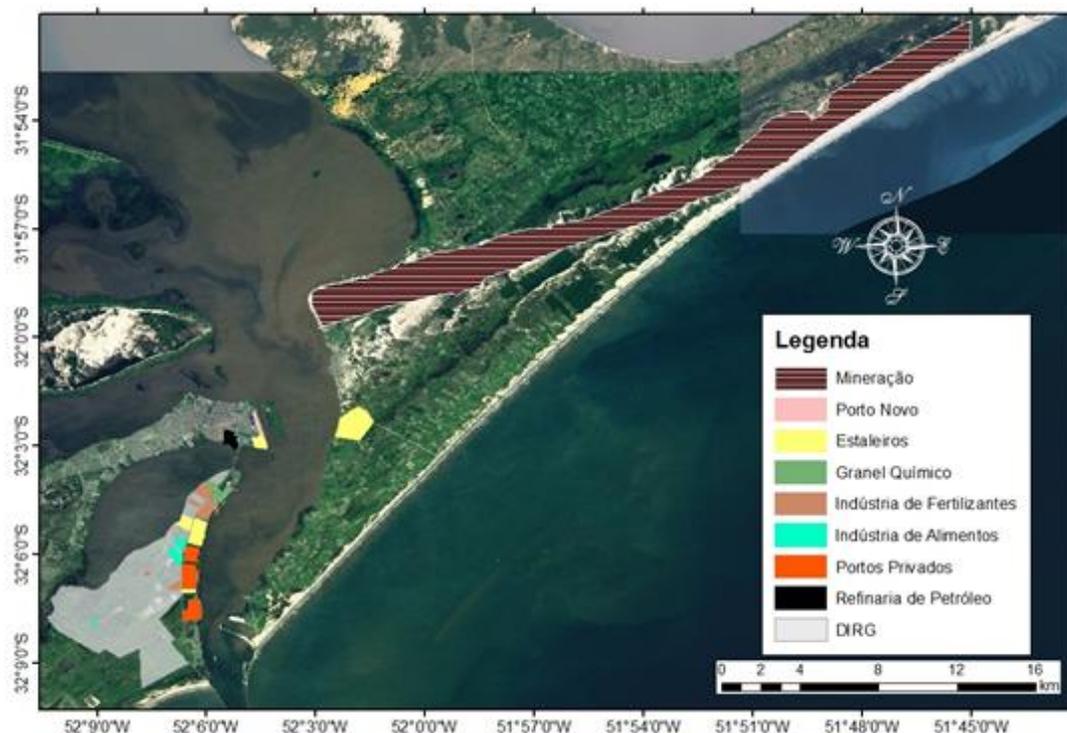


Figura 1: Atividades industriais e portuárias desenvolvidas nos municípios estudados. À direita da figura São José do Norte e à esquerda Rio Grande.

Além das atividades já consolidadas, a partir da chegada do polo naval na região em 2005 e de diversos atrativos geográficos, logísticos, naturais e de incentivos fiscais<sup>78</sup>, novos investidores mostram interesse em se instalar nas localidades, como é ilustrado no quadro 1<sup>79</sup>.

Quadro 1: Empresas entrantes em Rio Grande e São José do Norte (RS)

Empresa	Tipologia	Situação
<b>Crizel</b>	Metalúrgica	Projeto
<b>Francisco Sodré</b>	Metalúrgica	Projeto
<b>Perfetta</b>		Em negociação
<b>Cimec Engenharia Ltda</b>		Projeto
<b>Mills</b>	Estruturas e Serviços de Engenharia	Em negociação
<b>Exwood</b>		Em negociação
<b>Laborial</b>		Em negociação
<b>Andrita</b>	Manutenção Mecânica e industrial	Em negociação
<b>Bruanc</b>	Montagem industrial	Projeto
<b>Quero Diesel</b>		Em negociação
<b>Metasa</b>	Engenharia em Estruturas	Projeto

<sup>78</sup> As empresas da indústria naval (e outras) recebem isenções fiscais desde o ano de 2006 para atuar no município de Rio Grande.

<sup>79</sup> O número de empresas e indústrias com projetos e em negociação para se instalarem em ambos os municípios pode ser muito maior que esse apresentado.

	Metálicas	
<b>Termoelétrica Gaseificadora</b>	Energia	Em estudo
<b>Projetos Eólicos</b>	Energia	Em Estudo, Em Instalação e Projetos
<b>Rio Grande Mineração</b>	Mineração	Em Estudo
<b>Fabrica de Placas Fotovoltaicas</b>	Energia	Em estudo

Fonte: Carvalho (2010); CDES (2013); Santos (2014) e ampliado pelos autores.

A concentração e a atração de novas atividades com grande "potencial poluidor" deixa uma grande interrogação e dúvida sobre o futuro desses dois municípios, visto que "os capitais conseguem "internalizar a capacidade de desorganizar a sociedade" (ACSELRAD, 2013, p. 68) fazendo com que se submetam aos seus interesses "todos aqueles que buscam o emprego, a geração de divisas e a receita pública a qualquer custo" (ACSELRAD, 2013, p. 68), evitando com isso que se faça qualquer discussão sobre seus impactos negativos, principalmente os ambientais, sobre os territórios. Um dos principais argumentos para a aceitação de determinado projeto sem verificar seus possíveis impactos negativos e questionar que contribuição ou legado poderá trazer para a região está justamente nestas alternativas infernais vendo nestes projetos como "bóia de salvação" (SANTOS; MACHADO, 2013b), e geração de emprego e renda, bem como tributos que deveriam converter em benefícios na saúde, educação, mobilidade urbana, assistência social entre outros. Porém a chantagem locacional e a visão dos gestores públicos que vêem a cidade como uma mercadoria a ser vendida aceitando a barganha do empreendedor fazem com que muitas vezes estas empresas tenham até 100% de isenção fiscal em alguns tributos.

As investigações da Operação Lava-Jato geraram um clima de incertezas sobre a continuidade e futuro da atividade naval, visto que as denúncias recaem sobre as empresas atuantes na região.

### **Questões para refletirmos**

Percebe-se que a localização estratégica e os recursos naturais são vistos como possibilidades de investimentos em Rio Grande e São José do Norte (principalmente pelos gestores públicos), mas nos perguntamos: para quem e para quê? Acho que essas são perguntas que precisam ser respondidas e que nos ajudam a refletir sobre as intencionalidades dos mesmos para com o território. O certo é que os impactos ambientais negativos, que causam desigualdades ambientais, tem recaído sobre

comunidades que são invisibilizadas, como: Vila Mangureira e Barra Nova (como descrevem Mascarello; Santos, 2015). Como mudar esse cenário? Como mudar essa situação? Precisamos questionar os empreendimentos redentores dos territórios e refletir sobre os seus reais impactos (negativos e/ou positivos) sobre os territórios para além das falácias e discursos sobre a geração de emprego e renda.

### Referências

ACSELRAD, Henri. Liberalização da Economia e flexibilização das leis - o meio ambiente entre o mercado e a justiça. In: **Revista de Educação, Ciências e Matemática**. v.3, n.3. 2013. p. 62-68.

CARVALHO, Diego Sá. Distrito Industrial do Rio Grande: perspectiva de mudança de perfil induzida pela implantação do polo naval e offshore. In: Anais do VI SEUR e III Colóquio Internacional sobre as Cidades do Prata. Pelotas. 2010. p. 34 - 46.

CDES. **Violações ao Direito à Cidade e à Moradia decorrente de Megaprojetos de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul**: diagnóstico e perspectivas - o caso de Rio Grande. Porto Alegre: CDES. 2013. 50 p.

GERHARDT, Cleyton; LOPO, Rafael; SANTOS, Caio Floriano. Pólo Naval de Rio grande: ideologia neodesenvolvimentista, "alternativas infernais" e "autoritarismos tolerantes". In: ZHOURI, Andréa e VALÊNCIO, Norma. **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais e garantia dos direitos humanos e difusos. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014.

NADER, Laura. Harmonia coerciva: A economia política dos modelos jurídicos. In: **RBCS**. 1996.

SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos RS. Extremo Sul do Brasil - uma grande "zona de sacrifício" ou "paraíso de poluição". In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (Orgs). **Conflitos Ambientais e Urbanos**: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013a. p. 181-204.

SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos RS. Conflitos Socioambientais no Extremo Sul do Brasil – debate a partir dos reflexos do polo naval de Rio Grande/RS. In: **XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2013b. p. 1-21.

SANTOS, Caio Floriano. projetos de desenvolvimento em rio grande (rs): o papel da educação ambiental na resolução negociada de conflitos ambientais. In: **38º Encontro Anual da Anpocs**. Minas Gerais: Caxambu. 2014. p. 1- 27.

MASCARELLO, Marcela de Avellar; SANTOS, Caio Floriano dos. Rio Grande (RS): entre a expansão portuária e a invisibilidade social programada. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; MASCARELLO, Marcela de Avellar (Orgs). **Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf. 2015. p. 41 - 54.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Oflia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2000. p. 75-103.

**Sementes crioulas: uma reflexão sobre os saberes tradicionais e a humanização do uso da terra na cidade do Rio Grande/RS.**

JAQUES, Nadia R da Costa<sup>80</sup>  
SOUZA, Suserli Carvalho de<sup>81</sup>

As sementes geneticamente modificadas vão, a cada dia, ganhando mais espaço no Brasil e no mundo. A ciência e a tecnologia tomam o lugar onde há poucos anosos agricultores simples reinava. Os saberes recebidos, tradicionalmente, junto com as sementes geradas na própria terra, vão sendo esquecidos e descartados tanto pelos próprios agricultores envolvidos como por suas novas gerações. Algo preocupante, para aqueles que priorizam a saúde frente à produtividade exaltada pelas novas tecnologias. Nessa lógica, quando voltamos nosso olhar às comunidades agrícolas tradicionais, não vemos seus agricultores só como mantenedores da diversidade biológica natural, mas como guardiões de riquezas em forma de sementes que são fontes de vida.

O presente texto objetiva apresentar alguns pontos do referido assunto do Programa “A História Ambiental como estratégia de intervenção na cidade do Rio Grande/RS”, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação, que teve início no primeiro semestre de 2015. No qual se busca a valoração dos saberes tradicionais que se encontram entrelaçados ao cultivo das

<sup>80</sup> Mestranda do PPGH – FURG – Mestrado Profissional em História

<sup>81</sup> Graduanda em História – licenciatura – FURG – Bolsista do Programa “A História Ambiental como estratégia de intervenção na cidade do Rio Grande/RS”

sementes crioulas, algo que intrinsecamente faz parte da humanização do uso da terra; como fortalecer o incentivo do aumento de sua produção e disseminação dessas sementes entre outros agricultores.

Nossa pesquisa busca preservar esses saberes através das memórias evocadas por meio de entrevistas amparadas pelo alicerce teórico-metodológico da História Oral. Apresentando que a positividade do respeito às terras cultivadas com sementes crioulas por essa agricultura familiar, pode alterar a história de suas localidades através de despertamento do orgulho desses que ainda lutam pela preservação das sementes herdada de seus antepassados.

O cultivo das sementes crioulas garante uma produção contínua, através da seleção de sementes da própria colheita para o próximo plantio. Apesar de não contemplar uma alta produtividade, ela é a única capaz de produzir sempre desde que acondicionada apropriadamente. O desenvolvimento de sementes transgênicas, apesar de se arvorar como única maneira de produzir em quantidade suficiente para suprir as necessidades mundiais, mantém o domínio da patente das mesmas sob a guarda de poucas empresas que detém a sua venda, e ligada às mesmas toda uma gama de insumos desenvolvidos para sua utilização, encarecendo o acesso aos agricultores com baixo poder aquisitivo. E conforme Lacey: “Tenha-se em mente a persistência da fome hoje; e que produzir alimento suficiente para alimentar a todos não significa que todos serão alimentados”. (LACEY, 2000, p.55)

Contudo, o presente Programa encontra-se em seu estágio inicial. Devido a isso, apresentaremos o esboço dos dados que conseguimos levantar, uma vez que, estamos em fase de embasamento teórico e buscando nos apropriar do sujeito de pesquisa.

Vale ressaltar que, atuaremos em parceria com a “Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário”, do município do Rio Grande. Tanto, auxiliando na salvaguarda das memórias dos saberes tradicionais desses produtores e através da compilação de entrevistas, bem como na patrimonialização das sementes (que em sua maioria se encontram sendo produzidas por mãos de várias gerações de famílias desses locais). Visa-se assim, institucionalizar mecanismo de proteção a esses saberes e suas sementes como patrimônio cultural da agricultura familiar local. Quanto à metodologia empregada na obtenção dos dados, nos utilizaremos da pesquisa-ação, sendo essa uma metodologia de interação entre pesquisador-pesquisado, aproximando os envolvidos de forma a propiciar a articulação do conhecer e do agir durante a efetuação do processo. Complementando com a metodologia da História Oral na formação de roteiros e formas

de tratamento das entrevistas, já que segundo Thompson (1992) a História Oral tem uma finalidade social, portanto se coaduna plenamente a nossa pesquisa.

### **Sementes e memórias**

No Brasil a atual Lei 10.711/2003, conhecida como a Lei das Sementes, regula a produção e comercialização das sementes, porém, segundo Santilli (2009) não corresponde à total realidade do campo, se voltando para o que chama “sistema formal” de produção de sementes, que estão centradas nas mãos de empresas privadas. Ainda segundo ela:

Os sistemas formais e locais operam sob lógicas e dinâmicas muito distintas, atendendo a necessidades de diferentes modelos agrícolas, o que tem sido subestimado pelas leis de sementes. As leis de sementes devem, portanto, se limitar a regular os sistemas formais, deixando fora de seu escopo os sistemas locais, que não podem ser obrigados a se enquadrar em normas tão distantes de sua realidade econômica e sociocultural. Só assim as leis de sementes estarão contribuindo para a diversificação dos sistemas de sementes, tão fundamental para uma agricultura heterogênea e para a conservação da biodiversidade agrícola. (SANTILLI, 2009, p.102)

Como podemos observar na visão da autora muito ainda tem de ser feito para efetivar a salvaguarda dos direitos das sementes crioulas aqueles que efetivamente as mantêm. Segundo outro autor à a necessidade de fortalecer os vínculos com métodos tradicionais de cultura, algo que o desenvolvimento tecnológico de sementes de alta produtividade desprestigiou.

[...], os métodos materialistas são de maneira geral adequados para tratar da *maximização*, e realmente levam à identificação de possibilidades genuínas das culturas TG. Não podem, porém, identificar as possibilidades necessárias para tratar do *fortalecimento local*, e é impossível responder à grande questão da necessidade de desenvolvimento de sementes TG se nos abstermos de utilizar métodos que levem em conta esse fortalecimento. (LACEY, 2000, p.57)

Observamos assim, a relevância desse trabalho onde o fortalecimento da agricultura familiar tem em seu bojo todo um contexto social. Trazendo à tona conhecimentos tradicionais que acabariam se perdendo na noite dos tempos, já que esses saberes se desmerecem ante o desenvolvimento técnico/científico aos olhos da juventude local.

Conseguimos em reunião informal com o secretário adjunto da Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário de Rio Grande, o senhor Cledenir Vergara Mendonça alguns dados levantados sobre as sementes crioulas do município.

Essa Secretaria na Pessoa de Cledenir Mendonça vem fazendo um trabalho de restauração com as sementes tradicionais e suas formas de cultura. Já houve, por exemplo, como que um “resgate” de diversas espécies de milho, feijões, ervilhas, abóbora e morango. Espécies hoje não mais encontradas comercialmente, e algumas como no caso de um milho branco denominado “catete”, cujo produtor havia efetuado sua última colheita, pois por estar idoso estava parando de plantar. E esta semente foi então recolhida pela prefeitura e repassada a outros produtores e a guardiões de sementes.

Hoje as nutricionistas da prefeitura já estão testando a abóbora “gila” para a confecção de espaguete, e também do doce que é tradicional. E melhor, para ser utilizada na merenda escolar. Com as receitas testadas e aprovadas aumenta a necessidade de mais produção e a valorização da produção familiar e as multiplicações dessas sementes tradicionais. Hoje o pequeno produtor já tem o seu espaço garantido como as “Feiras do Produtor” que acontece no cassino e no centro todas as semanas, vendendo não só o que planta, como o que lhe agregar como doces feitos de aboboras e tantos outros produtos do pequeno produtor.

Entre as sementes já mapeadas encontram-se: ervilhas, feijão “quarentino” e o “quarentino” vermelho, milho “catete”, abóbora “gilá”, feijão “sopinha” entre outras. Também já existem os guardiões das sementes crioulas no município de Rio Grande, e projetos em andamento com auxílio do poder Executivo para o Museu das Sementes Crioulas, Associação de Produtores de Sementes crioulas e patrimonialização de sementes. Como bem pode ser observado, a valoração dos conhecimentos tradicionais e suas sementes estão sendo agilizados, e nosso projeto é de auxiliar nesse processo através da compilação e socialização dos dados levantados; para que nossa História local seja o menos lacunar possível, priorizando por uma alimentação mais saudável, por um ambiente equilibrado e por um espaço social mais justo.

## **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. **LEI No 10.711, de 5 de agosto de 2003.** Acessado em 31/07/2015 às 21:30h em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm)

LACEY, Hugh. **As Sementes e o Conhecimento que elas Incorporam**. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/spp/v14n3/9772.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n3/9772.pdf)

SANTILLI, Juliana Ferraz da Rocha. **Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores**. Curitiba, 2009. Tese de doutorado de Direito da PUC doParaná. Disponível em <http://www.farmersrights.org/pdf/juliana%20santilli-phd-thesis.pdf>

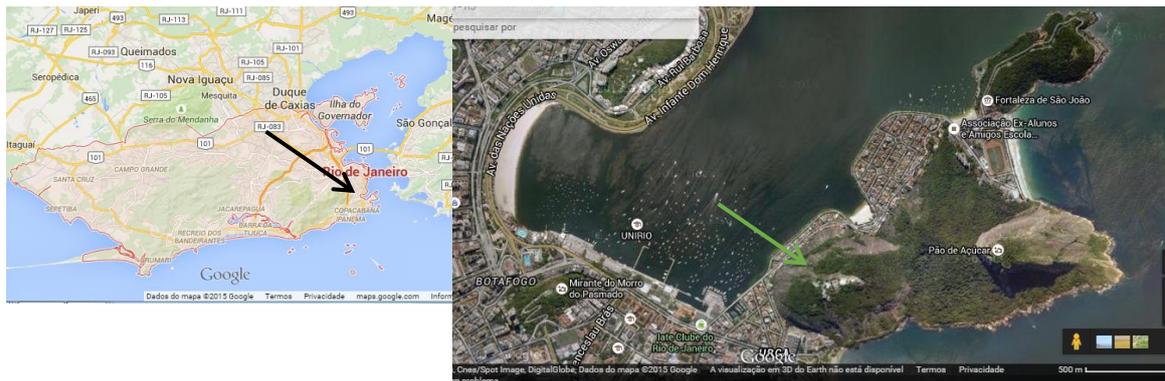
THONPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

### **Subindo o morro da Urca como prática de sala de aula: apontamentos sobre ensino de História e História Ambiental**

José Lúcio Nascimento Júnior

Cartão postal da cidade do Rio de Janeiro, o Morro da Urca se localiza no complexo geológico do Pão de Açúcar que faz parte da Serra da Tijuca. Parte de um dos maiores cartões postais do Rio de Janeiro, o Pão de Açúcar, o Morro da Urca se integra a história da cidade sendo um ponto de interesse geológico, ecológico, ambiental, cultural e histórico (LYRA: 2006, p. 201). Além disso, faz parte da lista de patrimônios culturais da cidade maravilhosa e um de seus principais atrativos turísticos (LYRA: 2006, p. 201), sendo um dos monumentos naturais que está na entrada da Baía da Guanabara, por onde os portugueses e outros europeus acessavam a região a partir do século XVI. Esta região foi palco da disputa entre portugueses e franceses pelo território sul-americano, com vitória dos portugueses nesta querela (WEHLING & WEHLING: 1994).

Imagem 1: Mapa do rio de Janeiro e do Pão de Açúcar.



Imagens do Google disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Rio+de+Janeiro+-+RJ/@-22.8024435,-43.4154889,10z/data=!4m2!3m1!1s0x9bde559108a05b:0x50dc426c672fd24e> Acessado em: 28 de julho de 2015.

Segundo o decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937, os monumentos naturais se equivalem aos elementos do Patrimônio Cultural brasileiro (SIRVINSKAS: 2009, p. 175). Um monumento, seja ele natural ou cultural, tem como primeiro sentido nos lembrar de algo importante tanto no presente como no passado. A ideia de Patrimônio vem de herança, algo que as gerações passadas deixaram para as gerações atuais e que tem relevância para a identidade comum, contribuindo para a formação de nossa brasilidade (PELEGRINI: 2009).

O turismo e o lazer têm sido formas de acessar esta herança representada pelos diversos monumentos naturais e culturais que compõem nosso patrimônio e se constituem como formas de se incentivar a busca o passado (MENESES: 2006). Por ser uma Área de Proteção Ambiental (APA), o turismo tem sido incentivada estando em consonância com a Política Nacional de Unidades de Conservação, lei número 9985 de 17 de junho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SIRVINSKAS: 2009, p. 373-383). Em parques naturais a prática do turismo e o incentivo a pesquisas científicas têm sido fomentados desde a criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937 no Governo Getúlio Vargas (DUARTE: 2006). Além disso, a ideia de encontrar algo preservado, como se o tempo não tivesse passado é algo que serve como incentivo a visitação e a atividade turística, seja em ambientais culturais ou naturais (MENESES: 2006; DUARTE: 2006).

Por ser um atrativo turístico muito visitado, este se configura como um excelente lugar para a realização de uma visita técnica com estudantes do curso de Técnico em Guia de Turismo. A Visita técnica possibilita ao estudante a experimentação do atrativo

turístico ainda em seu processo de formação, o que lhe possibilita ampliar as experiências vivenciadas neste percurso. Este método de ensino se relaciona ao Projeto Pedagógico do Senac que tem como *slogan* o “aprender fazendo” (SENAC: 2008; SENAC: 2013). A visita técnica também possibilita o desenvolvimento da consciência histórica (SCHIMIDT: 2014).

Para pesquisadores da área do turismo, o Guia de Turismo se configura como a imagem do turismo para o turista que visita uma determinada região (BOITEUX & WERNER, 2009; CHIMENTI & TAVARES, 2007), tendo como função “prestar as informações necessárias, também acompanhará o turista e irá orientá-lo durante a viagem” (CHIMENTI & TAVARES, 2007, p. 20). Como principais atividades que este profissional de turismo pode realizar, temos os guiamentos em âmbito regional (ligado à cidade e/ou região onde o guia atua), nacional, internacional e o especializado em atrativos naturais e culturais (BOITEUX & WERNER, 2009; CHIMENTI & TAVARES, 2007). Considerando as características do Morro da Urca percebemos que este se liga tanto ao turismo regional quanto ao especializado em atrativos naturais e culturais, se constituindo um local de atividade do Guia no Rio de Janeiro.

Ao analisar a relação que se estabelece entre a História e Turismo na análise do Patrimônio Cultural, Meneses destaca que para os historiadores o monumento é algo para se refletir sobre a relação passado-presente, enquanto para os turismólogos este se constitui como um produto a ser comercializado (MENESES: 2006, p. 11). Esta diferença de visão, contudo, não pode ser vista como algo que exclui a relação entre as duas áreas, mas como uma área de fronteira entre as duas ciências. Além disso, permite aos profissionais de turismo o desenvolvimento da competência narrativa com base na consciência histórica (SCHIMIDT: 2014).

Como docente no curso Técnico em Guia de Turismo no SENAC Rio, venho analisando a relação entre o ensino de história e Turismo (NASCIMENTO JÚNIOR: 2015). No decurso da formação do técnico em guia, ao analisar o currículo proposto por esta instituição de ensino profissional, percebemos que as disciplinas ligadas aos saberes históricos ocupam aproximadamente 10% (dez por cento) do mesmo (NASCIMENTO JÚNIOR: 2015). Na Unidade Curricular História aplicada ao Turismo Regional, que conta com 36 horas de aula, (SENAC: 2013) escolhi fazer duas visitas técnicas como forma de possibilitar uma aprendizagem histórica (SCHIMIDT: 2014) que esteja ligada a prática do Guia de Turismo.

A visita técnica em termos de método de ensino se assemelha ao Estudo do Meio conforme proposto por Celestin Freinet (HAYDT, 2006; LIBANEO, 1994). Porém, enquanto no estudo do meio, o aluno é levado ao lugar para fazer um levantamento de dados sobre o ambiente, na visita técnica é feita uma simulação da prática profissional através da observação e da prática no ambiente onde poderá ser realizada a prática profissional. No caso do Guia de Turismo, Morro da Urca se coloca uma possibilidade singular, pois além de utilizar os conhecimentos advindos da aprendizagem histórica, torna-se possível relacionar os conhecimentos históricos com de outras ciências, tais como a Geografia, as Ciências Ambientais e o Turismo. Como nos diz Tardif (2013), as práticas docentes são baseados em diferentes saberes. Ao escolher a Morro da Urca como um local para realizar a visita técnica possibilita ao professor mobilizar tais saberes.

Como atividades a serem realizadas nesta visita técnica escolheram-se: (1) uma explicação sobre a história do Bairro da Urca e sobre a ocupação do Rio de Janeiro ainda no Século XVI; (2) seguido por uma trilha iniciada na pista Claudio Coutinho e a trilha para o alto do Morro; (3) observação da cidade a partir do alto do Morro e (4) descida através dos Bondes. Esta sequência de atividades tem por objetivo propiciar ao aluno futuro guia experimentar um pouco da realidade que o turista poderá usufruir neste atrativo turístico.



Foto: José Lúcio Nascimento Júnior  
Visita Técnica no Morro da Urca em realizada em 2013

Por fim, cabe destacar que, muitas vezes, ao se realizar uma visita alguns turistas e pessoas que estão realizando atividades de lazer se aproximam do grupo para ouvir as explicações que estão sendo oferecidas pelos alunos na simulação que a atividade proporciona. No caso em particular do Morro da Urca, muitas vezes, as pessoas que se

juntam apresentam curiosidade em saber sobre o nome da Praia Vermelha, o nome do Pão de Açúcar e como foram levados os cabos do bondinho para o alto dos dois morros, o da Urca e o Pão de Açúcar. Esta visita técnica acaba proporcionando ao aluno uma vivência de como ocorre o trabalho do Guia de Turismo e auxilia no desenvolvimento de sua Consciência Histórica.

### **Referências**

- BOITEUX, B. do C.; WERNER, M. **Introdução ao Estudo do Turismo**. Rio de Janeiro, 2009.
- CHIMENTI, S.; TAVARES, A. de M. **Guia de turismo: o profissional e a profissão**. São Paulo: Senac, 2007.
- DUARTE, R. H. **História e Natureza**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- FONSECA, T. N. **História e ensino de história**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- HAYDT, R. C. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2006.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LYRA, C. C. **Documenta Histórica dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2006.
- MENESES, J. N. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- NASCIMENTO JÚNIOR, J. L. **Ensino de História na Educação Profissional**: Reflexão sobre ensino de História aplicada ao Turismo. in.: RICCI, C. S.; SIMAN, L. M. (org.) Encontro Nacional Perspectivas do ensino de História, 9; Encontro Internacional do Ensino de História, 4; questões socialmente vivas e ensino de história: caderno de programação e resumos. Belo Horizonte: CEA da UFMG, 2015, p. 110 – 115.
- PELEGRINI, S. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SCHIMDT, M. A. Cultura histórica e Aprendizagem Histórica. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, nº 10, p. 31 – 50, jan./jun. 2014.
- SENAC. **Programa de Desenvolvimento Docente - Ambientação**. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2008.
- SENAC. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2013.
- SIRVINSKAS, L. P. (org.) **Legislação de Direto Ambiental**. 4º Ed. São Paulo, 2009.
- WEHLING, A.; WEHLING, M. J.; **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, 1994.

## **Transformações socioambientais do município do Rio Grande/RS dos anos 2000 a 2014**

Eduardo Henrique<sup>82</sup>

Atualmente o município do Rio Grande vem passando por uma série de transformações, muitas delas devido a inúmeros investimentos, entre esses investimentos podemos citar a implementação do polo naval no município. “Se, por um lado, esses investimentos estimulam a economia do sul do estado, por outro lado também trazem mudanças significativas na sua rotina, causando alterações estruturais e sociais” (FEIJÓ, 2013, p.03). Outro ponto interessante é que a:

[..] instalação de indústrias não se restringe somente a plantas industriais, mas a todo um conjunto de elementos e fatores que irão marcar a produção daquela espacialidade. Cria-se, portanto, um meio técnico que aparente ou não, ajuda a explicar um espaço. Pois, juntamente com as empresas industriais, vieram empresários, operários, comércio e serviços para o atendimento de necessidades de ordem industrial assim como matéria-prima e todo um arcabouço em termos de infraestrutura como energia, água e transportes. (SANTOS, 1996 apud MARTINS, 2005. p.13)

Com base nisso, buscamos direcionar esta pesquisa a fim de entender as transformações no município no campo socioambiental, fazendo um recorte temporal nos anos de 2000 a 2014. É importante salientar que este estudo é parte de uma das ações que estão sendo desenvolvidas pelo GTPEHA (Grupo de Trabalho, Pesquisa e Extensão em História Ambiental) da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. A apropriação do sujeito de pesquisa, vem sendo trilhada a partir da história do crescimento urbano da cidade, bem com através de um embasamento teórico-metodológico.

Neste início de pesquisa, estamos buscando reunir ao máximo estudos sobre o referido tema, para que seja possível construir um bom embasamento teórico, que viabilize a identificação das influências e variações ocorridas no município.

---

<sup>82</sup> Graduando do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande. Membro do Grupo de Trabalho, Pesquisa e Extensão em História Ambiental (GTPEHA-FURG).

Com base em alguns estudos já lidos, percebemos que a cidade de Rio Grande dentro deste recorte temporal começou a apresentar problemas na sua infraestrutura, uma vez que, em função do aumento populacional, ocasionado pela migração causada pelas oportunidades de emprego no polo naval, o município começa a exibir déficits em alguns serviços.

Para podermos entender melhor esse assunto, precisamos, primeiramente, buscar compreender o conceito socioambiental, dando assim suporte para o resto do estudo. Mas por outro lado, percebemos que este conceito não é muito bem definido, tende-se a ser um conceito muito diluído, sem uma definição exata. Como explica Silva Filho:

O termo “socioambiental” tem sido ampla e indiscriminadamente usado não só pelas empresas, mas em estudos acadêmicos. Podemos entender esse uso não preciso por parte das empresas como uma estratégia de divulgação e busca de um apelo junto ao grande público...No entanto, apesar de já existir uma produção acadêmica considerável com uma preocupação conceitual, têm-se encontrado artigos que, na busca de simplificar uma introdução a estudos de caso em organizações sobre a questão ambiental, e/ou sobre a questão social, laçam mão do termo qualquer preocupação conceitual. (SILVA FILHO, 2007, p.199).

Entendemos então, que ainda precisamos de uma reflexão sobre o conceito e o uso do termo “socioambiental”, isso devido à falta de uma preocupação conceitual, ou seja, não há uma real definição para este conceito, ele é trabalhado de uma forma muito superficial. Por outro lado, percebemos que o conceito de “responsabilidade social” é bastante discutido em muitos estudos.

Dado o exposto, tentaremos buscar compreender, no decorrer do recorte temporal escolhido, as transformações do município, e reconhecer se houveram consideráveis transformações socioambientais, que refletiram diretamente no ordenamento espacial e nas condições de vida de seus moradores. Já observando que, se por um lado houve um processo de desenvolvimento econômico e social, por outro, é perceptível o surgimento de consideráveis impactos negativos nas condições socioambientais e municipais.

## **Referências**

**ANDRADE, A. C. Crescimento populacional e transformações socioambientais em municípios turísticos: o caso de Poços de Caldas (MG).** Caderno Virtual de Turismo,

Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.6782, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/1685>

COSTA, Cleber dos Santos et al. **As transformações socioambientais e os novos usos na maré do apicum no bairro coroa do meio em Aracaju, Sergipe**. Seminário nacional de geoecologia e planejamento territorial. 2012, p. 19. Disponível em: [http://anais.geoplan.net.br/trabalhos\\_formatados/as transformações socioambientais e os novos usos na mare.pdf](http://anais.geoplan.net.br/trabalhos_formatados/as%20transforma%C3%A7%C3%B5es%20socioambientais%20e%20os%20novos%20usos%20na%20mare.pdf).

FEIJÓ, Flavio Tosi. **Polo naval do Rio Grande: potencialidades, fragilidades e a questão da Migração**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2013.

MARTINS, Solismar Fraga. **O papel da cidade do Rio Grande (RS) na economia rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930)**, 2005. Disponível em: <http://estudantegeografos.xpg.uol.com.br/riograndeeconomia.pdf>

RENNER, Marco Antônio da Gama. **As transformações na organização da industrialização de pescado em Rio Grande-RS**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

SILVA FILHO, José Carlos Lázaro da. **Socioambiental: o perigo da diluição de dois conceitos**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, Pernambuco, v.5, n.2, p.199209, 2007.

Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/view/37>

### **Uma cidade no caos: as águas de março e os relatos de professores acerca da enxurrada de 2011 no município de São Lourenço do Sul /RS.**

Juliano Torres Fraga

O presente trabalho tem a intenção apresentar uma análise da enxurrada ocorrida em São Lourenço do Sul no mês de março do ano de 2011, através de relatos de entrevistas com professores da rede pública escolar e da comunidade lourenciana envolvida na enchente, além da mídia eletrônica e jornalística local. A vivência de quem sofreu com o trágico mês de março de 2011 é um dos focos da pesquisa, destacando quem ajudou a socorrer e por quem passou pelas perdas materiais

Como questões norteadoras do trabalho, destacam-se: como os professores conviveram com aqueles primeiros dias de crise; como enfrentaram o problema; quais

os impactos possíveis e imagináveis no momento da catástrofe ambiental. Com os relatos poderão se rever os demais problemas dos segmentos da comunidade escolar, como alunos, pais, professores e funcionários, todos que foram afetados, psicologicamente e materialmente. A dificuldade dos professores em recomeçar do zero e ainda ministrar aulas com quase nada ou poucos pertences em suas casas; as particularidades e resultados de uma catástrofe ambiental; até que ponto esta poderia ter sido evitada pelas autoridades competentes, se é que poderia; qual a contribuição de todos como sociedade perante a natureza e a resposta desta para a sociedade; a enxurrada poderia ser evitada por todos nós? Qual a parte de culpa em diferentes proporções? Como a sociedade Lourenciana reagiu e como as escolas trabalharam com esta adversidade da natureza? O que foi feito para as escolas e para a cidade de uma forma geral?

A pesquisa tem como alicerce a História Oral e História Ambiental. Conta com fontes diversas, jornais locais, jornais estaduais, sites, institutos de meteorologia e estatísticas, além das entrevistas das memórias dos professores das escolas públicas de São Lourenço do Sul. Metodologicamente, a história oral é uma importante ferramenta, apropriada para o uso das entrevistas, devidamente espontâneas e autorizadas por seus entrevistados. Estes, assim caracterizados: 4 no total, sendo três colaboradores em atividades de classe e na escola exercendo suas funções e um responsável pela única mídia local que funcionou nos momentos de crise. As entrevistas objetivam identificar as angústias, a solidariedade, o clima de uma cidade no caos e os primeiros passos para a reconstrução; o que foi feito, o que supostamente foi escondido e o que deve ser lembrado e esquecido; a educação, o meio ambiente e a história se fundem naturalmente no trabalho, propondo reflexões: como foram as aulas neste período de crise? Quais as ações múltiplas e de solidariedade que atingiram os estudantes e a comunidade escolar? Quais as perdas materiais mais sentidas? Como ficou a cidade após a enchente? Como ficou o “*orgulho da cidade*” após a ação das águas na vida das pessoas? De onde tirar forças para esquecer, se reerguer e ir adiante?

A fundamentação e coluna dorsal do trabalho amparam-se na História Ambiental. Esta se constitui em um campo relativamente recente e que vem se estruturando no emaranhado das fundamentações teóricas da historiografia a partir da década de 1970, em diferentes países. Entende-se com pertinência a sua abordagem analítica para o ocorrido em março de 2011.

A História Ambiental, ainda com poucas obras e pesquisas no Brasil, desperta interesse há poucas décadas entre historiadores brasileiros, entretanto, estes têm se empenhado em desbravar tal campo do conhecimento histórico. Neste campo, destacam-se os nomes de José Augusto Pádua (2010), Paulo Henrique Martinez (2006), José Augusto Drummond (1991), Daniel Prado (2008), Regina Horta Duarte (2005), José Luiz de Andrade Franco (2009), dentre outros. Algumas Universidades brasileiras e grupos de trabalho em História têm procurado aumentar a abrangência deste campo, como por exemplo, os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão elaborados no âmbito da FURG.

Na década de 1990 no Brasil, as questões ambientais ganham maior visibilidade.

[...] É o que podemos observar no caso do ensino, fundamental e médio, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, desencadeando a necessidade de preparação profissional dos professores para a abordagem das problemáticas ambientais já nos cursos de graduação e licenciatura de disciplinas escolares, entre elas a História. Outra manifestação, nesse sentido, foi a valorização da Educação Ambiental no ensino formal, definida pela Política Nacional de educação Ambiental (Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999) no ensino formal, em uma perspectiva transversal, e não como disciplina específica, gerando também novas necessidades no campo do ensino e da aprendizagem. (MARTINEZ, 2006, p.12)

É necessário entender que para estudar uma catástrofe natural é imprescindível uma modalidade teórica adaptada ao meio ambiente, respaldando e filtrando com uma maior exatidão os acontecimentos naquele março de 2011.

O objetivo geral deste trabalho é interpretar através das entrevistas, as memórias dos professores do ensino público que sofreram o processo catastrófico, os primeiros dias de aula, o impacto em reconstruir a escola, suas casas, sua vida, os diferentes aspectos da realidade perante a fúria do meio ambiente e num plano menor, evidenciar-se as causas e resultados dos problemas da região.

Segundo os meteorologistas, o dilúvio que levou à inundação de São Lourenço do Sul era imprevisível. Alguns agricultores, que costumam fazerem medições com pluviômetros caseiros em suas propriedades, afirmam que estes mesmos atingiram 500 mm em torno de 8h. Trata-se de um número absurdo, embora não se tenha comprovação exata.   provável que considerem este volume por mais horas de chuva, pois em toda primeira metade do século XX no Rio Grande do Sul o maior volume medido foi na cidade de São Luiz Gonzaga, em 21 de junho de 1920, onde marcou 310 mm. Este

volume de 500 mm é quase o dobro da chuva que ocorreu em Porto Alegre, em 1941, nos meses de abril e maio, quando houve uma grande enchente.

O evento que culminou com a tragédia de São Lourenço do Sul, ao que tudo indica por estudos meteorológicos, foi absurdamente isolado. Na área urbana do município veio a chover torrencialmente somente após o Rio São Lourenço vir com toda a sua força, com águas acumuladas desde o dia anterior, proveniente do interior do município, e inundar a cidade. Trata-se, portanto de uma ocorrência única e em microescala. Fenômeno próximo ao que é um tornado, onde neste não se consegue afirmar exatamente quando vai se formar.

O São Lourenço, que banha a cidade e foi o principal causador da enxurrada de 2011, é considerado um rio calmo, sem força e velocidade constantes até pela ausência de maiores correntezas. Ao contrário dos demais rios e riachos do interior ele não seca. Quando ocorrem suas enchentes, efeito de intensa chuva ou do volume de água que recebe de sua bacia produz alagamentos na rua principal que contorna o seu leito e causa inundações nas casas próximas ao seu entorno.

Os professores/colaboradores desta pesquisa viveram “na pele” o ocorrido, perdendo os bens materiais, enfrentando filas para receber água, comida, roupas e algum colchão e coberta para dormir. Os relatos destes não são apenas pessoais, pois reverberam os sentimentos de inúmeras pessoas atingidas. Oito munícipes perderam a vida, fora as inúmeras pessoas que estiveram em risco com a correnteza e o poder da água.

No presente trabalho foi utilizado a História Oral de Vida como método. Conforme MEIHY (1996: pag. 35-39) a História Oral de Vida é muito mais subjetiva que objetiva. O sujeito é o depoente que tem liberdade para dissertar o mais livremente possível a sua experiência pessoal, sendo esta o relato oficial do depoente. O narrador é soberano em revelar ou ocultar caos, situações e pessoas. Meihy revela a necessidade de registrar na gravação a ficha técnica do depoente (nome completo, estado civil, local e data do encontro). A participação do entrevistador deve ser sempre estimuladora, nunca de confronto. O trabalho teve este formato e seguiu estas concepções para que se tivesse uma maior proximidade do entrevistado com “seu mundo real”, com seus pensamentos e lembrança dos fatos. Ainda sobre História Oral de Vida, Meihy destaca cinco formas principais de narradores, ainda que haja múltiplas variações em cada tipo de depoente: 1) Narrativas de vidas públicas; 2) figuras que leem a própria história contada de forma épica; 3) Narradores que contam suas vidas expressas de maneira trágica; 4) Narradores

cômicos que relatam experiências com uma dose exagerada de humor; 5) Narradores que contam a própria história mesclando várias formas. Além disto, Meihy destaca que todos os agentes sociais têm história e configuram-se como potenciais colaboradores para a história oral.

A destruição, como ficou conhecida através da mídia nacional e internacional, foi terrível. Embora 50% da cidade tenham sido atingidas nos bairros como Centro Sul, Barra, Barrinha, Navegantes e parte da Lomba, na região mais baixa, toda cidade sofreu em no mínimo a curto e médio prazo com os efeitos da enxurrada.

Foi decretada Situação de Emergência do município, que tinha contabilizado até aquele momento oito mortes. De acordo com vice-governador, 75 pessoas que estavam ilhadas foram resgatadas pelos helicópteros da Brigada Militar. A cheia do rio São Lourenço atingiu 50% do município. Na época, o vice-governador estava em contato permanente com o ministério de integração nacional, onde teria pleiteado auxílio para a construção da cidade e cestas básicas para as famílias atingidas. Através do vice-governador, foram pedidos recursos imediatos para a reconstrução da cidade. O Subcomandante geral da Brigada Militar, Cel. Altair de Freitas Cunha, montou um centro de operações no município com um contingente de 150 homens, dez viaturas e uma embarcação, que assumiu a segurança da cidade e reforçou a segurança as casas atingidas. Na mesma sexta-feira, foi retomada a busca de algumas pessoas que se encontravam desaparecidas.

Conclui-se que as narrativas das entrevistas, em nenhum momento expressaram alguma congruência por parte dos professores. Os sujeitos tinham plena consciência e noção do que querem de melhorias ambientais e materiais para sua cidade, no que diz respeito ao meio ambiente, em prol da sociedade atingida, a não atingida e os turistas. Ao realizar seus esclarecimentos tinham plena noção do papel que cada cidadão deve ter com o meio ambiente, assim como saber qual função dos governantes para as devidas melhorias e o seu próprio papel como educadores.

Fica patente que todo cidadão que contribui para a poluição direta ou indiretamente é parte culpada de todo processo. Assim como o poder Executivo e Legislativo local, que não constituíram, não definiu uma maneira clara de investir em dragagens significativas no arroio São Lourenço, não investir em pontes, em saneamento básico, em ruas calçadas. O que alguns destes itens somente agora estão a acontecer.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e Abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMARAL, R; RIBEIRO, R.R. 2009. **Enchentes e Inundações**. In: **Desastres Naturais, conhecer para prevenir**. Tominaga, L.K; Santoro, J; Amaral, R. (Organizadores). Instituto Geológico, São Paulo. p. 40-53.

HOBBSAWM, Eric J. **O presente como história**. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: Pesquisa e ensino** – Coleção questões da nossa época, Vol. 130. São Paulo: Cortez, 2006.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PÁDUA, José Augusto. **As Bases Teóricas da História Ambiental**. Estudos Avançados. Vol. 24. Nº 68. São Paulo. 2010.

PRADO, Daniel Porciuncula. **Figueira e o Machado Raízes da Educação Ambiental no Sul do Brasil: Práticas Educativas e Militância Ambiental na Perspectiva do cronista Henrique Luiz Roessler**, FURG/Rio Grande. Tese de Doutorado. 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAITO, Silvia M. **Desastres Naturais: conceitos básicos**. I Escuela de Primavera sobre Soluciones Espaciales para el Manejo de Desastres Naturales y Respuestas de Emergências-Inundaciones. Instituto Nacional Pesquisas Espaciais (INPE), dados do ano de 2007.

TORRES, Luiz Henrique. **Lagoa dos Patos: história e natureza**. Rio Grande: Pluscom Editora, 2013.